

ÁSKESIS

10 ANOS

**EM DEFESA DA
SOCIOLOGIA**

V. 11 | N. EDIÇÃO ESPECIAL
DEZEMBRO | 2022
ISSN: 2238-3069

ÁSKESIS

10 ANOS

**EM DEFESA DA
SOCIOLOGIA**

V. 11 | N. EDIÇÃO ESPECIAL
DEZEMBRO | 2022
ISSN: 2238-3069



Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Reitora: Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz
Vice-diretor: Prof. Dr. Adélcio Camilo Machado

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros
Vice-Coordenador: Prof. Dr. André Ricardo de Souza

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProPG-UFSCar)

Endereço

Áskesis. Rod. Whashington Luís, 235 - Monjolinho. 13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil - Caixa-postal: 676.

**Volume 11 | Número Edição Especial
Dezembro de 2022
ISSN 2238-3069**

Organizadores da Edição Especial - Em Defesa da Sociologia

Thalles Vichiato Breda

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e Doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Bauhaus-Universität Weimar

Ana Carina Sabadin

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Dados da imagem da capa

Autor: Thalles Vichiato Breda

Obra: Releitura da capa da primeira edição da Revista Áskesis, 2022

Editora

Beatriz de Melo Silva

Diagramação

Thalles Vichiato Breda

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.



Comitê Editorial

Beatriz de Melo Silva

Mestranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Cinquini Ribeiro

Mestranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Padilha de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Fernando Augusto de Souza Guimarães

Doutorando pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Mariana Cardozo Batista de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Talitha Passos de Lima Wormhoudt

Mestranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Tharuell Lima Kahwage

Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Vitor Gomes

Doutorando pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar



Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Études en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – França)

Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil)

Anibal Quijano (Binghamton University – USA)

Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido)

Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – França)

Daniel Cefaï (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'Etude des Mouvements Sociaux – França)

Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA)

Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil)

Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil)

José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla – Espanha)

Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas – Brasil)

Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista – Brasil)

Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM – México)

Márcia Ochoa (University of Califórnia – USA)

Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil)

Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil)

Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil)

Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)

Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)

Paulo Tavares (Goldsmiths College – Inglaterra)

Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França)

Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil)

Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra – Portugal)

Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil)

Veronica Gimenez Béliveau (Universidad de Buenos Aires – Argentina)



Editorial

Às leitoras e aos leitores

Enorme é a satisfação de anunciarmos mais uma edição da *Áskesis*. Esta, em especial, celebra os 10 anos de nossa revista e os 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, sua sede. *Em defesa da Sociologia* conta com a organização de Thalles Breda e Ana Sabadin, editores da *Áskesis* entre 2019 e 2021, e traz contribuições valiosas tanto do corpo docente e discente do PPGS/UFSCar quanto de quem já esteve na condução da revista.

Em fevereiro de 2012, a primeira edição da Revista *Áskesis* foi lançada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar com o suporte de seus docentes e funcionários. Feita *pelos e para* os alunos, a *Áskesis* tem se mostrado como um importante instrumento de produção e acesso democrático ao conhecimento científico.

Criar e manter com consistência uma revista discente ao longo de 10 anos não é tarefa fácil. Quando a *Áskesis* foi lançada, as universidades públicas brasileiras encontravam-se em expansão, diferente do cenário dos últimos anos, onde a ciência vem sofrendo constantes ataques e cortes orçamentários sob o governo Bolsonaro.

Aproveitamos este editorial para agradecer à todas as incontáveis pessoas que estiveram presentes conosco, que participaram e participam da equipe editorial, aos pareceristas, leitores, autores e aos membros do PPGS/UFSCar.

Que estes 10 anos sejam só o começo de uma longa história.

Boa leitura!

Comitê editorial

Dezembro de 2022



SUMÁRIO

Expediente

EDIÇÃO ESPECIAL: Em Defesa da Sociologia

- 10 Apresentação: 10 anos da Revista Áskesis: acúmulos, frutos e desafios em tempos de ventania**
Fábio Sanchez
- 17 A importância das Revistas Discentes de Sociologia: desafios e perspectivas**
Thalles Vichiato Breda
- 38 O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas**
Jacqueline Sinhoretto
- 52 A sociologia: inútil ou constrangedora?**
Jacob Carlos Lima
- 69 A liberdade acadêmica e o fazer científico: um olhar sobre os desafios enfrentados no Brasil contemporâneo**
Beatriz de Melo Silva, Bruna Cinquini e Talitha Passos de Lima Wormhoudt
- 80 Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas**
Rodrigo Constante Martins, Jéssica Pires Cardoso e Ana Carina Sabadin
- 92 Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos**
Alexsandro Arbarotti e Tainá Reis
- 107 Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia**
Felipe Padilha e Lara Facioli



SUMMARY

Expedient

SPECIAL EDITION: In Defense of Sociology

- 10 Presentation: 10 years of *Áskesis* Journal: accumulations, fruits and challenges in windy times**
Fábio Sanchez
- 17 The role of Sociology Student Journals: challenges and perspectives**
Thalles Vichiato Breda
- 38 Governing against science: anti-intellectualism, authoritarianism and public universities**
Jacqueline Sinhoretto
- 52 Sociology: useless or awkward?**
Jacob Carlos Lima
- 69 Academic and scientific freedom: a look at the challenges in contemporary Brazil**
Beatriz de Melo Silva, Bruna Cinquini e Talitha Passos de Lima Wormhoudt
- 80 Ruralities, environmental and society: researches paths**
Rodrigo Constante Martins, Jéssica Pires Cardoso e Ana Carina Sabadin
- 92 Scorched earth: how capital appropriates the labour of living beings**
Alexsandro Arbarotti e Tainá Reis
- 107 Fieldwork with digital media: challenges for sociological imagination in pandemic times**
Felipe Padilha e Lara Facioli



10 anos da Revista Áskesis: acúmulos, frutos e desafios em tempos de ventania

**10 years of Áskesis Journal: accumulations, fruits and challenges
in windy times**

Fábio Sanchez¹

Receber o convite para apresentar esta Edição Especial (co)memorativa dos 10 anos da Revista Áskesis é uma enorme honraria. Poder *memorar juntos* os feitos e significados desta revista muito me alegrou. Mas as homenagens devem ser feitas para aqueles e aquelas que nestes anos têm construído esta Revista de discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Gerir e editar uma revista é em si uma tarefa difícil, fazê-lo paralelamente às atividades e tempos comprimidos de uma pesquisa de mestrado ou doutorado; em uma área, como a sociologia, que tem sofrido ataques das mais diversas ordens e questionamentos a sua própria existência; em uma universidade continuamente precarizada, com escassez de estrutura e com cortes de recursos em mais da metade do período de existência da Revista e com uma pandemia no meio... Mais ainda. Mas cá está a edição volume 11, e este número marcando os 10 anos de existência da Revista Áskesis. Dez anos, com constância e qualidade, é tempo longo para qualquer publicação acadêmica, mesmo aquelas com forte apoio institucional e geridas por profissionais, o que torna esta comemoração ainda mais significativa.

Assim, de fato, as homenagens têm que ser dirigidas aos bravos guerreiros, discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, que nestes anos trabalharam arduamente para que a Revista Áskesis alcançasse este patamar de perenidade e de alta qualidade que a caracteriza.

A diversidade de temas e o volume de informações acumuladas neste período são significativas. Foram 19 edições, contando com esse que agora sai, que reúnem mais de três centenas de autores e autoras. Fazendo uma

¹ Professor Associado no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos -SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7810-0317>. E-mail: sanchez.fabio@uol.com.br.



rápida e aproximada contagem na página da Revista, estes diversos autorxs produziram mais de 170 artigos, 24 ensaios, 23 resenhas, 15 entrevistas, 13 relatos de pesquisa, 8 traduções. São números significativos, que trazemos aqui para mais uma vez afirmar a solidez da Revista, algo difícil de ser alcançado para qualquer revista acadêmica.

Mas a solidez da *Áskesis* vai além da quantidade. A qualidade da Revista pode ser observada desde seu projeto gráfico - é uma revista com uma identidade visual clara e bonita - à diversidade de temas e conteúdos que aborda, assim como de autorxs que nela publicam. Uma característica interessante da *Áskesis* é que ela não apenas serve como um primeiro instrumento de divulgação do trabalho e resultados de pesquisas de pessoas que poderíamos chamar “em início de formação”, como também encontramos em suas edições textos de pesquisadorxs já consolidadxs na carreira. Tanto de uns como de outras, a qualidade dos textos publicados são sentidas. Na verdade, nenhuma revista teria sobrevivido o tempo que a *Áskesis* tem sobrevivido se, para além da boa vontade e comprometimento daquelxs que colaboram com ela ou a beleza de seu projeto gráfico, não despertasse também o interesse de leitorxs aos seus artigos e conteúdos publicados.

Importante também destacar os Dossiês publicados na *Áskesis*, que passaram a ser uma constante a partir de seu terceiro volume. Os temas foram variados: sociologia urbana; lutas sociais no campo; perspectiva *queer* e estudos de gênero e sexualidade; estudos diaspóricos; sociologia do trabalho; estudos sobre acesso à justiça e cidadania; sociologia das religiões; estudos sobre imigração; políticas públicas; estudos sobre corpos, corporalidades e subjetividades; sociologia digital; estudos culturais; entre outros. Estes temas não são aleatórios, eles representam tanto os interesses e trabalhos de pesquisa dos discentes como dos grupos de pesquisa do PPGS-UFSCar. Neste sentido, representam uma perspectiva do Programa como um todo: de trabalhar com temas contemporâneos, ousaria dizer, de fronteira do conhecimento, dando ênfase na articulação entre teoria e empiria para se aproximar das questões candentes de nosso tempo.

Mas os Dossiês vão também além disso ao articularem os diferentes grupos e temas de pesquisa, propiciando um importante espaço de rompimento do trabalho cada vez mais especializado e solitário que caracteriza as universidades hoje e a pós-graduação de maneira particular. A *Áskesis* e seus dossiês acabam se constituindo, junto com as aulas e seminários, em um espaço de formação coletiva e debate acadêmico qualificado, tirando (particularmente os discentes, mas não só eles) de suas caixinhas temáticas e provocando debates mais amplos com outros campos de pesquisa.

Por fim, antes de apresentar esta Edição Especial, é importante lembrar que todo este trabalho que se consubstancializa no sucesso destes 10 anos de Revista *Áskesis* é resultado do empenho de diferentes gerações de pós-graduandxs que, mesmo com suas passagens muitas vezes temporárias pela



Revista, conseguiram criar um ambiente intelectual e uma identidade coletiva que é passada dos mais experientes aos mais novos, constituindo um processo de construção coletiva. Os textos apresentados abaixo trazem uma dimensão desta construção.

*. *. *

Para marcar estes 10 anos da Revista *Áskesis* seu conselho editorial propôs a organização da **Edição Especial Em Defesa da Sociologia** que ora segue.

O texto que abre, intitulado **A importância das Revistas Discentes de Sociologia: desafios e perspectivas**, vem justamente marcar as conquistas e desafios da *Áskesis* e situá-la em um contexto mais amplo da divulgação científica e das revistas organizadas por pós-graduandos. Escrito por Thalles Vichiato Breda, doutorado pelo PPGS e ex-editor-chefe Revista *Áskesis* entre 2019 a 2021, o trabalho busca discutir em diferentes perspectivas o papel e significado de uma Revista mantida por discentes. Apresenta desde o objetivo de divulgação científica propriamente dita, passando por aspectos institucionais e estratégicos, tanto nas avaliações de programas como na inserção de estudantes no campo institucional da sociologia; até, e principalmente, o caráter formativo que uma revista de discentes propicia aos estudantes. A partir desta discussão, o autor realiza um balanço da realidade geral das revistas de discentes no campo da sociologia para concluir com um debate sobre os obstáculos enfrentados por estas iniciativas e seus desafios e perspectivas.

O texto seguinte, intitulado **O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas**, é de autoria de Jacqueline Sinhoretto, docente do PPGS. O trabalho faz uma homenagem aos 10 anos da revista *Áskesis* buscando ligar a biografia da revista à história mais geral. Desta maneira, o artigo problematiza a trajetória das políticas nacionais para a universidade e para a pós-graduação, com ênfase para a sociologia, neste período. Retoma o momento de ampliação e entusiasmo que passaram as universidades federais no período que vai aproximadamente de 2007 a 2015 - com a expansão dos campi, diversificação do perfil de estudantes com as políticas de ações afirmativas, a ampliação da pós-graduação, os incentivos à internacionalização, aumento do número de bolsas, entre outras conquistas - ao período de regressão e crise que abate a universidade a partir de 2015 até o momento de escrita deste texto. Crise não apenas de financiamento, de corte de bolsas ou de precarização do trabalho, mas sobretudo de ataques ao conhecimento produzido e seus sujeitos, de anti-intelectualismo e autoritarismo. A autora nos oferece um interessante quadro deste movimento de ascensão e queda, que tem levado ao achatamento de expectativas e de horizontes. Ascensão e queda, mas período também de resistência, que a



própria continuidade da Revista Áskesis representa.

Jacob Carlos Lima, também docente do PPGS, em seu texto intitulado **A sociologia: inútil ou constrangedora?**, busca situar esta crise especificamente no campo da sociologia, mostrando, a partir de uma reconstrução histórica da institucionalização da sociologia no Brasil, que para nossa área crises e questionamentos da legitimidade são constantes. O autor nos mostra que no Brasil a sociologia sempre teve uma dupla dimensão: se por um lado tem sua institucionalização intimamente atrelada ao “processo de modernização” do país, por outro sempre esteve sob suspeita, devido a sua intrínseca característica de ser constrangedora ao desvelar e desnaturalizar as relações sociais. Desta maneira, as tensões e crises que a sociologia vive não são novas. O autor nos mostra que, a partir de 2010, novas desconfianças e novos desafios se colocam para a sociologia no país. Ao fazer um balanço desses desafios, que passam pelas mudanças mais gerais da sociedade, e que têm colocado questões que vão das possibilidades de profissionalização da carreira e mercado de trabalho para sociólogos e sociólogas, ao próprio questionamento da utilidade da disciplina e os ataques e desmonte que ela vem sofrendo, Jacob Lima conclui: *“não é a sociologia que está ameaçada, pois sempre foi combatida, pelo utilitarismo imediatista ou pelo obscurantismo ideológico, mas a sociedade brasileira como um todo, a própria existência do país e suas conquistas civilizacionais”*. Não sendo a sociologia que de fato está em crise, mas a própria sociedade democrática, Jacob Lima retoma Bourdieu e afirma, ao contrário da inutilidade, a importância da sociologia como arma de combate, caracterizada pela crítica, contra a barbárie.

A questão das possibilidades de campo de trabalho e (a falta) de horizonte de expectativas profissionais para formandos e formandas em cursos de graduação e pós-graduação em sociologia, elencado no artigo de Jacob Carlos Lima como um dos desafios atuais da sociologia, é o tema central do texto que segue nesta Edição Especial, intitulado **A liberdade acadêmica e o fazer científico: um olhar sobre os desafios enfrentados no Brasil contemporâneo**. Escrito por três mestrandas do PPGS - Beatriz de Melo Silva, Bruna Cinquini e Talitha Passos de Lima Wormhoudt – podemos dizer que o texto traz a perspectiva de quem “vive na pele” este desafio. Se mestrands do período em que a Áskesis foi criada, em 2012, viviam um momento de expansão do sistema federal de ensino superior, ampliação das vagas no ensino médio, inúmeras possibilidades de trabalharem em gestões públicas ou em organizações da sociedade civil, estas mestrandas observam seu horizonte de expectativas achatado e refletem sobre isso neste artigo. O ponto central do trabalho é justamente o processo que estamos passando de desvalorização da atuação profissional dx sociologx que, como argumentam as autoras, é representado pela exclusão da obrigatoriedade da sociologia no ensino médio, os constantes ataques do próprio governo à universidade pública, o questionamento da legitimidade e utilidade da sociologia, o contexto



de avanço do conservadorismo; todos elementos que levam à diminuição da perspectiva profissional de sociólogas em formação.

Um segundo bloco de artigos desta Edição Especial celebra os 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, trazendo discussões e sistematizações de temas que fazem parte do universo do programa.

No artigo coletivo de Rodrigo Constante Martins, Jéssica Pires Cardoso e Ana Carina Sabadin, intitulado **Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas**, temos um esforço de sistematizar temas e percursos teóricos-analíticos de um importante grupo de pesquisa do PPGS, o Ruras. Iniciam o trabalho apresentando a incorporação do debate ambiental ao já tradicional campo da sociologia rural e como esta ampliação redimensiona tanto a concepção do rural e suas fronteiras como, de maneira mais geral, as dinâmicas inter-relacionadas de geração das desigualdades sociais. O artigo busca problematizar as *“desigualdades sociais no Brasil a partir de uma sociologia direcionada para o tema dos conflitos agrários e ambientais no século XXI”*. Para problematizar este tema, o trabalho organiza as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Ruras em três eixos: aquelas que estão mais centradas em discutir as desigualdades de saberes; outras que abordam as desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal e, por fim, as que se centram nas desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais. Num terceiro momento, o artigo traz alguns percursos teóricos-analíticos presentes nas pesquisas que buscam se debruçar sobre os temas acima. Ao fazer um esforço de sistematização de um trabalho de pesquisa coletiva, além de trazer importante contribuição para a área, o artigo nos mostra, à la Guimarães Rosa, que mesmo que o capinar seja sozinho, a colheita é coletiva.

O artigo seguinte, escrito a 4 mãos por Alexandro Arbarotti e Tainá Reis, dois egressos do PPGS, que inclusive já foram editores da Revista *Áskesis*, e intitulado **Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos**, tem temática semelhante ao artigo anterior: a incorporação do debate ambiental no campo na sociologia, mas com um enfoque da relação entre capitalismo e natureza. O artigo mostra que as atuais questões ambientais não podem ser desvinculadas do debate sobre o capitalismo ou, mais que isso, que o capitalismo é o cerne das atuais questões ambientais. Esta constatação leva xs autorxs a rediscutirem as próprias teorias sobre o processo de acumulação capitalista, mostrando que a natureza não é apenas matéria prima ou ente passivo neste processo, mas que há uma apropriação e exploração do trabalho e tempo da natureza no processo de acumulação do capital. Ao fim e ao cabo, o artigo mostra que a natureza não é apenas objeto a ser dominado, como externalidade, mas ente que é explorado. Desta maneira, ao pensar a relação entre capitalismo e questão ambiental, o artigo argumenta que *“é necessário integrar o capitalismo dentro da natureza, e a natureza dentro do capitalismo, pois o capitalismo é antes de tudo um sistema baseado na natureza”*.



O artigo **Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia** também é de autoria de dois egressxs do PPGS, Felipe Padilha e Lara Facioli, que também já foram editores da *Áskesis*. O artigo traz outro campo de discussão bastante fértil no PPGS, o da sociologia digital. Xs autorxs, que tiveram suas pesquisas de pós-graduação direcionadas à sociologia digital, trazem sua bagagem de pesquisadoxs na área para fazer uma discussão metodológica sobre a pesquisa em mídias digitais em um contexto de pandemia. Percebem que pesquisas não apenas sobre as mídias digitais, mas tendo elas como campo, se tornaram um imperativo metodológico de diferentes trabalhos. De fato, não foram poucxs pesquisadorxs que no decorrer da pandemia tiveram que redesenhar seu “campo” diante da realidade de “isolamento social” e dificuldades impostas. Para xs autorxs, a internet pode ser tanto estruturante das relações e do campo pesquisado como também um recurso complementar para a pesquisa. Mas estes redesenhos não foram muitas vezes apenas de instrumentos de coleta de dados, mas das próprias sociabilidades estabelecidas entre pesquisador e sujeitos. Isto tem representado desafios enormes que xs autorxs do artigo corajosamente buscam problematizar. Diante de tais desafios, refletem que o *“caráter experimental da pesquisa tem se constituído um traço marcante nas investigações que envolvem mídias digitais, revelando novas formas de escrita, de descrição e o teste de novas técnicas e métodos de coleta de dados, que evidenciam a dimensão do artesanato intelectual, característica da pesquisa social”*.

Podemos assim agrupar os artigos desta Edição Especial em dois grandes blocos, que representam bem este decênio da *Áskesis* e os 15 anos do PPGS-UFSCar.

Um primeiro bloco de textos busca debater o contexto destes 10 anos, caracterizados pela conjuntura de esperança e ampliação da pós-graduação ao desmanche e resistência do último período. Os 4 primeiros artigos desta Edição têm este sentido de contextualizar e problematizar o quadro mais geral em que a Revista *Áskesis* surgiu e se desenvolveu. São trabalhos de autoria tanto de docentes do PPGS como de atuais discentes do Programa e que montam um quadro geral da sociologia, da universidade e da pós-graduação nos tempos presentes.

O segundo bloco de artigos traz textos e debates sobre temas que fazem e fizeram parte do cotidiano do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e que estiveram presentes, diretamente e indiretamente, nas preocupações da *Áskesis* nestes 10 anos. Não à toa são trabalhos de autoria ou de atuais discentes ou de egressos do PPGS-UFSCar que, em sua maioria, foram, em momentos diferentes, integrantes do comitê editorial da *Áskesis*. São dois temas que aparecem neste segundo bloco: a incorporação da temática ambiental às preocupações da sociologia e à sociologia digital. Obviamente muito longe de esgotar a pluralidade de temas e debates presentes no PPGS-



UFSCar e na história de 10 anos da *Áskesis* dá um ótimo “aperitivo” de “frutos” do ambiente acadêmico propiciado pela *Áskesis*.

Com este sabor de “quero mais”, vamos aos artigos desta Edição Especial

Como citar esta apresentação:

SANCHEZ, Fábio. 10 anos da Revista *Áskesis*: acúmulos, frutos e desafios em tempos de ventania. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 10-16, dez., 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.793>

ΕΠΣΑΙΟΣ

ΕΠΣ

ΕΠ

ΕΠ

ΕΠ



A importância das Revistas Discentes de Sociologia: desafios e perspectivas

Thalles Vichiato Breda¹

Resumo: Este ensaio tem como objetivo celebrar os 10 anos da Revista *Áskesis* e discutir quais são os desafios e perspectivas na gestão discente de revistas científicas na área de Sociologia. Busca-se discutir o papel das revistas científicas na produção e divulgação da ciência e compreender quais as potencialidades de uma revista discente, seu papel pedagógico e formativo. Também é apresentado um levantamento sobre o cenário das revistas discentes na área de Sociologia nos principais Programas de Pós-graduação e Institutos no Brasil, segundo a Capes, nos últimos dois quadriênios. Destaca-se um papel fundamental das revistas discentes para pesquisadores e pós-graduandos em início de carreira, tanto como um canal de divulgação de suas pesquisas, mas também como um instrumento pedagógico que colabora para moldar pesquisadores e acadêmicos mais cientes sobre o mundo editorial, um aspecto central na vida de todo acadêmico.

Palavras-chave: Sociologia. Revista Discente. Revista *Áskesis*. Divulgação Científica. Ciências.

The role of Sociology Student Journals: challenges and perspectives

Abstract: This essay aims to celebrate the ten years of the *Áskesis* journal and discuss the challenges and perspectives in the management of scientific journals by students in the area of Sociology. It seeks to discuss the role of scientific journals in the production and dissemination of science and to understand the potential of a student journal and its pedagogical and formative role. A survey is also presented on the scenario of student journals in the area of Sociology in the main Postgraduate Programs and Institutes in Brazil, according to Capes, in the last two quadrennia. A fundamental role of student journals for early career researchers and postgraduates is highlighted, both as a channel for disseminating their research and as a pedagogical tool that collaborates to shape researchers and academics to be more aware of publishing world, a central aspect in the life of every academic.

Keywords: Sociology. Student Journal. *Áskesis* Journal. Scientific Dissemination. Sciences.

¹ Foi editor chefe da *Áskesis* entre abril de 2019 a setembro de 2021. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, SP e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo da Bauhaus Universidade de Weimar, Alemanha. <https://orcid.org/0000-0001-5584-3003>. E-mail: thallesvbreda@gmail.com.



1. Introdução

Em fevereiro de 2012, a primeira edição da Revista *Áskesis* foi lançada (ÁSKESIS, 2012). Organizada por discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar), seu principal objetivo foi construir uma revista no campo dessa disciplina *pelo* e *para* os discentes. Hoje, em seu aniversário de 10 anos, buscamos fazer um balanço deste período, visando refletir sobre os desafios e perspectivas que fazem parte deste tipo de produção científica.

As revistas discentes têm como características serem organizadas pelos alunos e alunas de cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com o perfil de cada curso, estas publicações possuem o desafio de construir espaços legítimos de disseminação dos trabalhos de recém graduados ou pós-graduandos, que, por ainda não possuírem o título de doutor(a), encontram dificuldades de ter seus trabalhos aceitos em revistas com requisitos formais mais restritos.

Soma-se a isso o fato que cada vez mais editais para ingresso nos cursos de pós-graduação pontuam discentes que já tenham publicações ou exijam que os discentes tenham um determinado número de publicações para poder obter a titulação. Assim, estas revistas são espaços fundamentais para que pesquisadores e acadêmicos possam dar seus primeiros passos nesta profissão através da publicação, divulgação e debate crítico de suas respectivas pesquisas.

Da perspectiva do fazer editorial, as revistas permitem que os discentes passem a entrar em contato com o mundo da publicação científica - tão cara para a nossa profissão - não apenas como autores, mas como editores e assim contribuindo para uma visão mais completa dos processos publicação e editoração, conhecendo as etapas, aprimorando seus textos, construindo redes. Ainda há espaço para os discentes participarem como pareceristas, aprendendo a avaliar um artigo e lidar com prazos, refletindo em uma melhora no próprio trabalho desenvolvido.

Do ponto de vista institucional, a revista proporciona que os discentes publiquem seus resultados de pesquisa, impactando a avaliação da CAPES e, por consequência, a distribuição de verba. Ao funcionar como um processo formativo tanto para os discentes que publicam quanto para aqueles que compõem o comitê editorial, colabora com a construção de pesquisadores mais maduros e conscientes do mundo acadêmico. Assim, a revista contribui com a formação dos discentes dos PPG (Programas de Pós-Graduação) ou Institutos. Elas também permitem tanto que seus pares discentes entrem em contato com as pesquisas produzidas, como também funcionam como uma vitrine para o conhecimento produzido pelos alunos dos PPGs ou Institutos.

Como bem pontuado pelo Prof. Dr. Jacob Carlos Lima, na apresentação do primeiro volume da *Áskesis*:



[a revista é] um esforço coletivo para a consolidação de uma cultura acadêmica para além das atividades de salas de aula e dos laboratórios de pesquisa, realizando-se na divulgação e discussão da produção dos estudantes, **como forma de legitimar-se e de atestar sua qualidade**. A revista tem a função de fortalecer esse “habitus”, expor e debater os resultados de pesquisa, mostrar o que está sendo realizado no Programa, abrir o veículo para estudantes e pesquisadores da área de Sociologia para participarem desse esforço, enfim, devolver à sociedade o que ela investe na universidade pública (LIMA, 2012, s./p - grifo nosso).

A partir da experiência de um dos membros do comitê editorial da revista *Áskesis* nos últimos anos, buscamos refletir sobre o papel das revistas discentes na ciência e na divulgação científica, assim como traçar um breve cenário das revistas discentes da área de Sociologia nos principais departamento e institutos do Brasil (levando em conta a nota CAPES, dentro da área de Sociologia). Por fim, discutimos as experiências dos membros da Revista *Áskesis* no fazer editorial e a sua importância em tempos de ataque a ciências.

2. A ciência e a divulgação científica

A atividade científica é uma das distintas formas de produção de conhecimento. Ela se desenvolve em uma relação múltipla e complexa com diversos interlocutores. Tais relações resultam na produção de textos escritos, orais, visuais ou audiovisuais, variando as maneiras de apresentação, local, interlocutores e público. Parte inseparável da atividade científica, é a divulgação científica.

Longe de ser uma atividade recente ou exclusiva da era da comunicação de massa, a divulgação científica tem uma trajetória secular, nascendo junto a ciência moderna. Seus contornos e modos de divulgação são forjados às características de cada época. No século do Iluminismo (XVIII), por exemplo, anfiteatros europeus recebiam grandes públicos interessados em conhecer novas máquinas e demonstrações sobre mecanismos elétricos, mecânicos e pneumáticos. Exposições e palestras itinerantes no campo da física, química, história e medicina também eram comuns, “Eram verdadeiros shows científicos, aparentemente bem ao estilo de muitas atividades de *divulgação científica* atuais”, argumenta Silva (2006, p. 54).

Nessa época já era possível encontrar diversos livros² escritos por cientistas voltados para um público hoje chamado de leigo ou não-

² Sobre a história social do conhecimento entre o Renascimento e o Iluminismo e o papel fundamental da invenção da imprensa com tipos móveis (por volta de 1450), ver Burke (2003). Sobre o trabalho pioneiro dos impressores-editores e dos livreiros-editores no século XV e sobre o desenvolvimento da cultura impressa ao longo da metade do século XX, ver Bragança (2005).



especializado. Também era possível encontrar livros com conteúdo científico voltados para o público infantil datados do ano de 1770. A audiência para a *divulgação científica* surgia conforme a própria ciência moderna nascia e se institucionalizada, no século XVIII. “As divisões entre pesquisa científica e popularização, entre pesquisa, formação de profissionais e entretenimento eram muitas vezes praticamente inexistentes” (SILVA, 2006, p. 55).

Portanto, “o termo *divulgação científica*, longe de designar um tipo específico de texto, está relacionado à forma como o conhecimento científico é produzido, como ele é formulado e como ele circula numa sociedade como a nossa”. Também é necessário pontuar que a divulgação científica está relacionada com “todo um conjunto de representações e valores sobre a própria ciência, os textos que lhe são associados e o imaginário que os diferencia em termos de legitimação com relação ao conhecimento que veiculam os lugares por onde este e não aquele texto pode/deve circular” (SILVA, 2006, p. 53).

Isto nos leva a considerar que, divulgação científica e reflexão crítica são condições de possibilidade da própria existência do que consideramos ciência. Ou seja, é no processo de reflexão e divulgação que a ciência tem capacidade de se colocar em movimento, complexificando o debate e possibilitando novas perspectivas acerca dos eventuais temas discutidos. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, as formas de produção e divulgação científica estão imersas em campos de disputa de poderes que estão longe de ser neutros. As distintas formas de produção e divulgação produzem no imaginário uma diferenciação e hierarquização de status entre os discursos que transmitem. Assim como produzem uma hierarquização das pessoas que produzem ciência e as divulgam por determinados canais considerados mais ou menos legítimos (SILVA, 2006).

Em nosso contexto, basta imaginar a hierarquização produzida pelo Qualis Capes e o prestígio atribuído à pesquisadores que publicam nos estratos A1 e A2, assim também o prestígio dos jornais e dos editores inseridos nestes extratos. Trata-se de uma relação entre conhecimento, poder, circulação e acesso.

Com o advento da internet e a consolidação do universo *online*, as formas de disponibilização e acesso à informação e conhecimento redesenharam a comunicação científica de forma radical por meio do dinamismo e velocidade de produção e circulação na internet (PORTO, 2009). Segundo Castells (1999), o surgimento deste novo sistema eletrônico de comunicação com alcance global potencializou a integração e comunicação, implicando no surgimento de uma nova cultura: a cultura da virtualidade real.

Para Porto (2009, p. 161),

A comunicação em ciência assume papel de duplicidade, além de servir como difusora de ciência ela possibilita o diálogo entre cientistas e sociedade, buscando criar um elo de circulação para a construção do conhecimento. A divulgação científica *on-line* pode atuar como um meio promissor para que mudanças sejam



efetuadas e percebidas na sociedade. Por meio da divulgação científica *on-line* pode ser vislumbrada uma nova série de textos que dialogam entre si, sedimentando conhecimentos e criando conhecimentos novos.

Neste sentido, a autora argumenta que a internet é um elemento importante na construção de uma cultura científica, embora ainda haja vários desafios na produção, divulgação e recepção. Miranda, Carvalho e Costa (2018) apontam que com o desenvolvimento da comunicação eletrônica, quer-se que os usuários sejam capazes de lidar com as novas tecnologias, o que pode ser uma barreira no acesso à informação.

3. Periódicos científicos impressos e eletrônicos

Uma das formas de legitimação e divulgação científica mais aceitas na contemporaneidade são os artigos científicos, uma vez que assumem o papel de principal veículo formal da comunicação científica (BOURDIEU, 1983). Segundo Gruszynski, Golin e Castedo (2008, s./p.), a partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática, argumentam que:

O periódico científico, no processo de comunicação da ciência, funciona como uma das instâncias de consagração. Ao atuar como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências próprias do campo científico, confere valor às pesquisas e as situa no seu grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento.

(...) Garante a memória da ciência, aponta seu grau de evolução, estabelece a propriedade intelectual, legitima novos campos de estudos e disciplinas, constitui-se em fonte para o início de novas pesquisas, dando visibilidade e prestígio aos pesquisadores entre um público altamente especializado, os seus pares.

Os periódicos são utilizados também como indicadores para a avaliação de cursos de pós-graduação, concessão de bolsas, progressão funcional, distribuição de verbas públicas, dentre outros. Atuam, portanto, produzindo sistemas de julgamento que moldam as estruturas institucionais de pesquisa e, em consequência, os próprios mecanismos decisórios de poder e distribuição de verbas (GRUSZYNSKI, GOLIN e CASTEDO, 2008).

Historicamente³, o modelo de periódico científico remonta ao século XVII, sendo um dos primeiros periódicos o *Journal des Sçavans e Philosophical Transaction*, de 1665 (HOUGHTON, 1975). O surgimento dos periódicos científicos estava relacionado a alguns fatores: os editores esperavam obter algum lucro com as revistas; havia uma crença de para se realizar novos

³ No Brasil, a comunicação científica se iniciou no século XIX, com publicações cotidianas de jornais não especializados. O primeiro periódico impresso foi a Gazeta, no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar materiais científicos e produção de obras, dentre outros. Para mais informações, consultar Freitas (2011).



descobrimientos era precisa existir um debate coletivo e, o principal motivo segundo Meadows (1999), havia a necessidade de uma comunicação de qualidade entre os interessados nas novas realizações.

Assim, os periódicos científicos representaram a ampliação dos canais voltados para difusão da comunicação científica e os meios de comunicação considerados tradicionais – oral, correspondência pessoal e livros, que foram paulatinamente modificados ou até mesmo substituídos pela nova modalidade (GRUSZYNSKI, GOLIN e CASTEDO, 2008).

Segundo Gruszynski, Golin e Castedo (2008), o formato dos periódicos científicos permaneceu praticamente inalterado nos últimos séculos até o surgimento dos periódicos eletrônicos. Na segunda metade do século XX, dois fatores influenciaram o formato dos periódicos atuais, que podem ser compreendidos entre impressos, híbridos e eletrônicos/online⁴.

O primeiro se refere aos avanços da editoração eletrônica ocorridos na década de 1970 que foram capazes de trazer maior qualidade e rapidez na editoração. Entretanto, a grande mudança ocorreu na década de 1990, com a inauguração da transmissão de artigos pela internet. A origem dos periódicos eletrônicos, argumentam as autoras, está ligada à comunicação eletrônica que se iniciou com os *e-mails* e *newsletters*, e foi se deslocando para o formato conhecido atualmente. A primeira revista científica eletrônica foi lançada nos Estados Unidos em 1978, chamada *New Jersey Institute of Technology* (TARGINO, 1999).

Com o surgimento dos periódicos eletrônicos as práticas editoriais também se modificam em relação a cada modelo, exigindo a reavaliação de critérios e parâmetros que sempre orientaram suas práticas, como formas de disponibilidade de acesso, navegabilidade, formas de interatividade, ferramentas de informações como mecanismos de busca e indexação, seguindo parâmetros consolidados no universo impresso, como política editorial, conselho editorial, rigorosa revisão de qualidade - *peer review*, edições regulares, apresentar e-ISSN, instruções aos autores, indexação em índices nacionais e internacionais, produção de metadados, dentre outras. A própria forma de avaliação da qualidade da revista teve que se modificar, como por exemplo os critérios do Qualis, que recomendou as revistas eletrônicas a se basearem nas padronizações e referências do projeto SciELO e do sistema SEER (GRUSZYNSKI, GOLIN, 2007).

O universo eletrônico e *online* permitiu a incorporação de outros elementos que vão desde a ferramentas de busca rápida até a utilização de *hiperlinks*, utilização de sons, fala e vídeos, que acabam por produzir novos modelos de comunicação (GRUSZYNSKI, GOLIN e CASTEDO, 2008). Também

⁴O conceito de periódico eletrônico abrange as categorias de híbrido (disponíveis nos dois formatos), em que o formato impresso se estende ao formato eletrônico, ou exclusivamente eletrônico. Para Gruszynski, Golin e Castedo (2008), o periódico científico eletrônico é aquele disponibilizado *online* em formato digital e que adota os padrões de cientificidade. Eles são de responsabilidade das instituições, tais como universidades, sociedades e órgãos de pesquisa, dentre outros.



permitiu a utilização de *software* anti-plágio, por exemplo. Outro desafio posto que vale a menção é a relação entre o leitor e o texto (físico ou em formato digital, por exemplo). As práticas de leituras são experiências que se ressignificam ao longo do tempo, envolvendo aspectos sociais e individuais.

Para as autoras Gruszynski, Golin e Castedo (2008), o crescente aumento de tecnologias eletrônicas tem desencadeado novas estratégias de busca pela visibilidade e prestígio em um campo competitivo e especializado. Lawrence (2001) apontou que a circulação eletrônica dos artigos aumenta cerca de 336% as citações online comparadas à mesma fonte impressa.

Alguns desafios, especialmente em relação à falta de padronização no formato dos sites e de suas publicações. A padronização é um elemento que colabora na viabilidade do intercâmbio de dados, assim como na forma de controle das informações e checagem. Outro desafio encontrado nos periódicos científicos é que as revistas são editadas por pesquisadores especialistas em seus campos, mas que muitas vezes não detêm o conhecimento dos processos de produção editorial⁵.

Se por um lado as práticas editoriais voltadas para o universo *online* podem baratear ou facilitar o processo de editoração, armazenamento, circulação e acesso; por outro lado, impõem desafios diversificados como o manejo de novas tecnologias e a manutenção de um padrão de qualidade dos periódicos e das publicações. Lançamos algumas questões para refletir sobre esse debate: Como construir reputação de qualidade e credibilidade dentro de uma área de conhecimento? Como qualificar o conteúdo produzido pelos periódicos científicos e como qualificar eles próprios? As avaliações do Qualis Periódicos são suficientes? Quem são as pessoas que estão gerenciando estes periódicos?⁶ Quais são os processos editoriais? Os periódicos estão atrelados às instituições de ensino e extensão?

4. Revistas científicas na área de Sociologia

4.1 Panorama geral

Atualmente, há uma grande variedade de revistas com Qualis em Sociologia, embora nem todas sejam exclusivas da área de Sociologia ou Ciências Sociais. A Qualis Periódicos⁷ registrou nos dois triênios disponíveis (2010 - 2012; 2013-2016) 2.425 e 2.025⁸ títulos classificados na área de

⁵ Um importante debate sobre o processo de editoração científica pode ser encontrado no artigo “E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia” (OLIVEIRA et al., 2020).

⁶ Sobre roteiros de avaliação de periódicos eletrônicos, ver Sarmento e Souza, Foresti e Vidotti (2004); para periódicos impressos e eletrônicos, ver Trzesniak (2006).

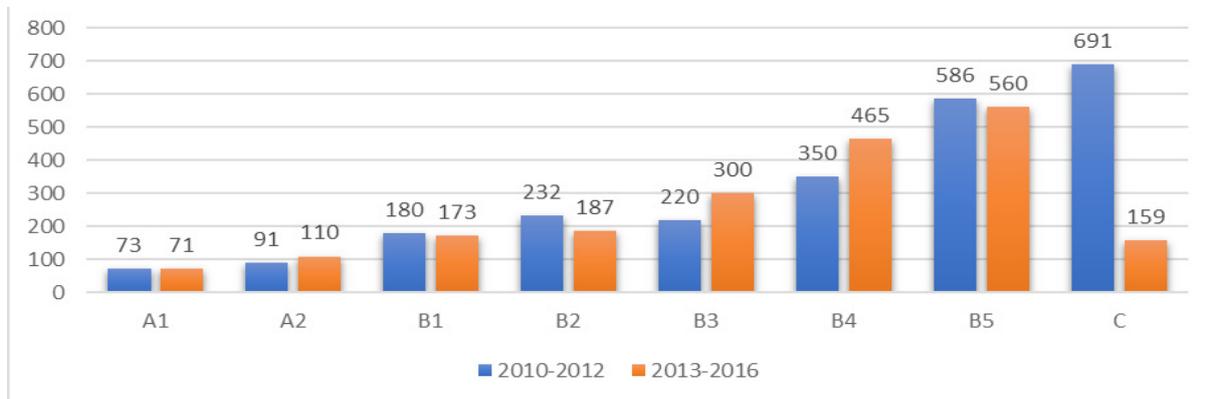
⁷ Sobre a Qualis periódicos e sua forma de classificação, ver <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acessado em 09 de mar. de 2022.

⁸ O número apresentado originalmente pela Qualis Periódico (2013-2015) foi de 2.233, entretanto, foram localizados 208 ISSN duplicados, os quais foram excluídos, chegando ao número de 2.025.



sociologia entre os estratos A1 - C, respectivamente. A seguir, apresentamos a distribuição das revistas com Qualis em Sociologia por estrato.

Gráfico 1. Número de revistas com Qualis Periódicos na área de Sociologia, entre os triênios de 2010-2012 e 2013-2016



Fonte: Qualis Periódicos, 2010-2012 e 2013-2016.

Apesar dos limites metodológicos destes dados, eles nos mostram certa constância numérica em cada estrato, com exceção do estrato C, no qual houve uma redução abrupta. Observamos também que majoritariamente as revistas de sociologia se concentram nos estratos B e C. Há um motivo para esta distribuição, segundo Sant'ana (2016), há uma regra de proporcionalidade, em que os estratos mais bem qualificados devem ser sempre menores que os estados menos bem qualificados, como por exemplo A1 será sempre menor que A2, e assim por diante. Outra regra é que a soma dos periódicos A1 e A2 não podem passar de 25% do total dos periódicos da área. Se somados estes dois ao B1, a porcentagem não pode passar de 50%.

Segundo a síntese dos Critérios de Classificação por estratos - QUALIS/CAPES (2016)⁹, para a área de Sociologia, os periódicos discentes começam a ser enquadrados no **Estrato B5**, em que há o mínimo de critérios para uma publicação científica. O **Estrato B4** exige que ao menos 20% dos artigos (incluindo resenhas e entrevistas) devem ser de autores vinculados a 3 instituições diferentes daquela editada pelo periódico, por volume. Já o **Estrato B3**, dentre outras exigências, eleva para 30% o número de artigos com autores vinculados a, ao menos, outras 3 instituições diferentes. No **Estrato B2**, este número sobe para 45% e há a exigência de o periódico constar em bases de dados ou indexadores específicos. No **Estrato B1**, exige-se que os volumes

Também é preciso levar em consideração que algumas revistas aparecem de modo duplicado, pois tem o registro da publicação impressa e online ou devido às diferentes formas de grafia. Assim, estes dados não podem ser tomados como análise final. Há a necessidade de fazer uma apuração mais detalhada, metodológica, para chegar-se a um número mais preciso sobre a quantidade de periódicos. De todo modo, estes dados apresentam um panorama dos periódicos científicos na área de Sociologia cadastrados no Qualis Periódico, principal portal de avaliação.

⁹ Dado disponível em: <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/sintese-dos-critc3a9rios-por-area-da-capes.pdf>. Acessado em 10 de mar. de 2022.



do ano anterior sejam publicados até o dia 31 de março do ano seguinte, que a revista seja indexada em bases do tipo Scielo, que seja publicado ao menos 18 artigos por volume e que 60% dos artigos devem ser vinculados a autores de ao menos 4 instituições diferentes da editada pelo periódico. Deve haver uma periodicidade semestral. Quando não estiverem indexados na base tipo Scielo, as exigências aumentam, como por exemplo 75% das publicações do ano devem ser originais e/ou significativas para a área específica, dentre outras exigências.

Para os **Estratos A2 e A1**, as exigências aumentaram, como publicações internacionais, presença em indexadores e publicação de pelo menos 75% dos artigos cujo os autores sejam de 5 instituições diferentes, sem contar a instituição da revista.

Podemos destacar três fatores principais para subir na hierarquia da Qualis Periódicos: número de publicações externas e de diferentes instituições, indexadores e bases de dados importantes e publicação das edições sem atraso.

4.2 Revistas discentes na área de Sociologia

As revistas discentes podem desempenhar um papel fundamental para recém graduados ou pós-graduando, assim também como pode ser uma ferramenta importante para os Institutos, Departamentos ou Programas de Pós Graduação. Estas revistas podem ser a primeira experiência de publicação para pesquisadores em início de carreira, uma vez que muitas revistas mais prestigiadas ou com estratos Qualis altos não aceitam submissões de não-doutores. Nesta primeira experiência, os discentes são introduzidos às regras do mundo editorial, formas de organização e divulgação de seus resultados. Este processo colabora para o refinamento da escrita, o debate crítico dos resultados. Para aqueles que estão dentro dos comitês editoriais, produzindo e gerindo as revistas, a experiência pode ser mais intensa pois estes precisam dominar o fazer editorial e as regras de produção do conhecimento científico.

Em uma perspectiva internacional, o *blog Undergraduate Research at Illinois* (TRAMMELL, 2014), ligado à Universidade de Illinois, destaca que do ponto de vista do corpo discente, publicar como um recém formado ou início de pós-graduação ajuda na melhora da escrita e habilidades de pesquisa, além do aprendizado do processo de publicação científica. Ainda, a possibilidade de se conectar com os pares (professores e pesquisadores) e discutir resultados de pesquisa de Iniciação Científica ou resultados preliminares de pesquisa de mestrado ou doutorado, colabora na construção de uma carreira acadêmica.

Do ponto de vista institucional, as revistas discentes são importantes na medida em que a produção do corpo discente dos programas é relevante para as avaliações realizadas pela CAPES, que por consequência determina a distribuição de verbas (MALAQUIAS, 2018). Para além da análise quantitativa, estas revistas podem ser compreendidas como um espaço formativo para que



os discentes possam se familiarizar com o mundo das publicações. Assim, elas colaboram na construção de um pesquisador/acadêmico mais consciente sobre os processos de publicação e editoração, preparando-o para publicações futuras em veículos mais prestigiosos e de maior abrangência.

Esta perspectiva formativa de uma revista discente não se restringe apenas à experiência da *Áskesis* ou revistas nacionais. Segundo o *site* da *Simon Fraser University Library* (SHUTTLEWORTH, 2021), o trabalho em grupo no do comitê editorial facilita a construção de uma rede colaborativa, que vai além da melhora de seu currículo, contribuindo com o campo de estudo como um todo. O processo de editoração também colabora com a capacidade analítica e na experiência no processo de comunicação científica e publicação acadêmica. O conhecimento de processos como o *peer review* é fundamental nas escolhas estratégicas necessárias para a carreira de sociólogo.

Focando nesta questão institucional, realizou-se um levantamento relativo aos periódicos discentes alocados em departamentos ou instituições vinculadas a Programas de Pós-Graduação que obtiveram nota 5, 6 e 7 na área de Sociologia na última avaliação da Capes¹⁰. O asterisco (*) nas universidades representa programas que têm a nota na área de Sociologia, mas o departamento não é exclusivamente de Sociologia, como por exemplo, a UFRJ, onde o programa de pós-graduação é em Sociologia e Antropologia.

O levantamento de dados foi realizado na página de cada programa de Pós-graduação, assim como no Portal de Periódicos de cada Universidade (dados consultados em março de 2022). Periódicos com participação de discentes, mas que não são geridos ou declarados como periódicos discentes não foram contabilizados. O Qualis dos periódicos se refere à área de Sociologia.

¹⁰ Por intermédio do portal de periódicos Sucupira não é possível selecionar de modo automático apenas as revistas discentes. Este trabalho teria que ser realizado de modo manual em mais dos 2 mil títulos com Qualis em Sociologia. Por isso optamos em realizar o levanto revistas discentes que tem o envolvimento direto dos discentes e estão lotados nos programas de pós-graduação com nota 5, 6 e 7 na área de Sociologia. Dados sobre a avaliação CAPES podem ser encontrados neste site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoConceito.jsf>. Acessado em 10 de mar. de 2022.



Tabela 1. Periódicos geridos por discentes em Programas de Pós-Graduação avaliados pela CAPES dentro da área de Sociologia com nota 7,6 e 5

Universidade	Nota	Nome, ano da primeira edição, ISSN e site	Gerida por	Qualis
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	7	Revista Contraponto (2014) (2358-3541) https://seer.ufrgs.br/contraponto	Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia	B4
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*	7	Revista Enfoques (2002) (1678-1813) https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques	Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia	B5
Universidade de Brasília (UnB)	7	Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1997) (2317-0344) https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/about	Discentes do Instituto de Ciências Sociais que hospeda os Departamentos de Antropologia; de Sociologia e; de Estudos Latino-Americanos	B4
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	6	Praça: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (2017) (2595-1025) https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca	Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Sem avaliação
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	6	Áskesis – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (2012) (2238-3069) https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/about	Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia	B4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	6	Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (2012) (2238-3425) https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP	Discentes do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, que hospeda as Pós-graduações em Sociologia e em Ciência Política	B5
Universidade de São Paulo (USP)	6	Não tem revista gerida por discentes do PPGS.		
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	6	Temáticas (1993) (1413-2486) https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/about	Discentes pós-graduandos das áreas de Ciências Sociais de diferentes departamentos do IFCH/Unicamp	B5
Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (UFRRJ)*	5	A Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (2007) (1984-9834) https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas	Discentes do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	B5
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	5	Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2012) (2316-9249) https://revistas.ufpr.br/sciplr/index	Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia	B5



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)*	5	Conversas & Controvérsias (1999) (2178-5694) https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/index	Embora a revista se apresente como uma criação dos alunos do curso de graduação e do programa de pós-graduação em Ciências Sociais, os membros editoriais não são alunos	Sem Qualis para sociologia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*	5	Intratextos (2009) (2176-6789) https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos	Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	C
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5	Em tese (2003) (1806-5023) https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/about	Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política	B4
Universidade Federal do Ceará (UFC)	5	Não tem revista gerida por discentes do PPGS.		
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	5	Não tem revista gerida por discentes do PPGS.		
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)*	5	Não tem revista gerida por discentes do PPGS.		
Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS)	5	Não tem revista gerida por discentes do PPGS.		

Fonte: Organizado pelo autor baseado no site de cada instituição, 2022.

Dos 17 programas de pós-graduação que obtiveram nota entre 5 e 7 na área de Sociologia pela última avaliação da CAPES, 12 apresentaram revistas geridas por discentes ligados diretamente aos programas de pós-graduação. Entretanto, a revista *Conversas & Controvérsias* da PUC/RS se apresenta como uma revista fundada por discentes, mas tem em seu corpo editorial apenas docentes segundo seu site, e a revista *Temática* da Unicamp se apresenta como discente, mas segundo sua página, o editor-chefe é um docente. Neste sentido, estas duas revistas precisam de uma averiguação mais aprofundada para compreender a forma de gerenciamento.

Também é válido pontuar que todos os programas de Pós-Graduação nota 7 e nota 6, com exceção à USP¹¹, contam com uma revista discente. Nos

¹¹ A USP tem a *Plural, revista de ciências sociais da USP*, “coordenada e editada por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)”. A comissão editorial é composta por doutores e os cargos de assistentes editoriais são compostos por doutorandos. Neste sentido, a revista não parece se



programas nota 5, quase metade não conta com revistas discentes (4 de 9). Também é interessante notar que algumas revistas não estão exclusivamente vinculadas ao PPG, mas sim ao instituto onde está lotado o programa. E, neste sentido, “compartilham” a gestão da revista com outros PPG, como é o caso das revistas listadas na UnB, na UERJ e na Unicamp. Majoritariamente as revistas se encontram nos estratos B5 e B4.

A seguir, apresentamos uma tabela sobre a proposta de publicação das revistas e sua situação editorial em relação ao fluxo de publicações. Os dados foram obtidos por meio do portal de cada periódico (links na tabela anterior) em 10 de março de 2022.

Tabela 2. Situação editorial de revistas discentes geridas por discentes de PPG com nota CAPES 5, 6 e 7 na área de Sociologia

Nome, ano da primeira edição e universidade	Proposta	Situação
Revista Contraponto (2014) (UFRGS)	Semestral	Publicou em todos os anos, mas nem sempre duas vezes por ano.
Revista Enfoques (2002) (UERJ)	Semestral	O site não apresentou as publicações entre 2003 a 2012. Entre 2013 a 2021, houveram anos que não teve publicação e anos em que houveram apenas uma publicação.
Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1997) (UnB)	Semestral	O site apresenta apenas publicações a partir de 2011 (v.10). Publicações entre 2011 a 2014 nem sempre apresentaram dois números por ano. Não há publicações entre os anos de 2015 a 2018. Entre 2019 a 2021, as publicações ocorreram semestralmente.
Praça: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (2017) (UFPE)	Semestral	Entre 2017 a 2020 houveram publicações, embora apenas no ano de 2018 houve a publicação de 2 números. Não há publicações para o ano de 2021
Áskesis – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (2012) (UFSCar)	Semestral	Com exceção do ano de 2013 onde não houve publicação, todos os outros anos foram publicados dois números por ano. Não há publicações para o ano de 2021
Temáticas (1993) (UNICAMP)	Semestral	Desde o ano de 2018 a revista apresentou dois números por ano. Entre 2019 a 2017, todos os anos foram publicados, mas nem todos os anos contaram com dois números. Os editores científicos são docentes.

caracterizar como uma revista discente. Dados disponíveis em: <https://www.revistas.usp.br/plural/about/editorialTeam>. Acessados em 10 de nov. de 2022.



Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (2012) (UERJ)	Semestral	Com exceção do ano de 2018, entre os anos de 2012 a 2019, houveram dois números publicados por anos. Não há publicações para os anos de 2020 e 2021
Conversas & Controvérsias (1999) (PUC/RS)	Semestral, atualmente publicação contínua	A revista apresenta diversas modificações em sua estrutura e proposta desde 1999. A última, em 2016, visou integrar os alunos da pós-graduação em Ciências Sociais em seu quadro editorial (embora o site apresente apenas professores no comitê). Os números apresentados no site partem do ano de 2010 (v.1), quando a revista passou a circular em versão digital. Entre 2010 a 2015 há uma grande defasagem de publicações. Entre 2016 a 2021 foram publicados 2 volumes por ano. Em 2022 a revista adotou o processo de “Publicação Contínua” e já há publicação.
Intratextos (2009) (UERJ)	Semestral	Entre os anos de 2009 a 2020, apenas no ano de 2016 não houve publicações. Entretanto, quase metade dos anos apresentou apenas um número por ano. Não há publicações para os anos de 2021
Em tese (2003) (UFSC)	Semestral	Desde o ano de 2018 a revista tem apresentado dois números por ano. Anteriormente, houveram alguns anos em que apenas um número foi publicado.
Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2012) (UFPR)	Semestral	Os anos de 2016 e 2017 não apresentaram publicações. Nos anos de 2012 e 2018 apresentou-se apenas um volume por ano. Nos outros anos houveram dois números publicados por ano.
Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (2007) (UFRRJ)	Semestral, atualmente publicação contínua	A revista apresenta uma consistência em suas publicações e, a partir de 2018, adotou o modelo “Publicação Contínua”.

Fonte: Organizado pelo autor baseado no site de cada instituição, 2022.

Após analisar o fluxo de publicação do universo de periódico discentes adotado, é possível apontar que a continuidade das publicações é um dos grandes obstáculos. Sem exceção, todas as revistas analisadas deixaram de cumprir o cronograma semestral prometido, por vezes publicando apenas um número por ano, por vezes deixando de publicar naquele ano ou mesmo por alguns anos. Isto pode ser uma das explicações por que as revistas discentes se encontram nos estratos C e B4.

Das 12 revistas apresentadas, 4 ainda não publicaram seus números referentes aos anos de 2021, dentre elas uma ainda não publicou os números referentes ao ano de 2020. Poderíamos dizer que 8 delas estão com as publicações seguindo o cronograma e, dentre elas, uma inclusive já publicou, em formato de “publicação contínua”, o número de 2022. Neste sentido, é válido pontuar que o formato de publicação contínua realmente parece acelerar as publicações de artigos já aceitos e diagramados. Dentre as 12 revistas, apenas



2 adotaram o modelo de “publicação contínua” até o momento.

Como já pontuado, majoritariamente as revistas se encontram na parte inferior da Qualis Periódicos, entre os estratos C e B4. Uma das explicações pode derivar do fato que elas sofrem com processos descontínuos de publicações por inúmeras razões. Outro fator é que colabora para a manutenção de um estrato baixo é que a taxa de publicação interna tende a ser elevada, seja por que a revista tem uma abrangência apenas local ou regional, ou pelo fato de que as edições podem ser majoritariamente compostas por recém-formado, pós-graduandos ou mesmo por membros do grupo de pesquisa do PPG/ Instituto onde a revista discente está lotada. Assim, a revista discente pode ter e uma alta taxa de publicação de alunos da “casa”. Outro fator é o registro em bases de dados em indexadores importantes como o Scielo, que são de difícil acesso para revistas pertencentes a esses estratos. E por fim, a publicação sem atraso que se mostrou um dos maiores gargalos das revistas discentes analisadas, por diversos fatores que poderemos explorar a seguir por meio da experiência de gestão dos membros da Revista Áskesis.

Também é importante pontuar que que documento analisado “Síntese dos critérios por áreas da Capes” (ver nota de rodapé 9) não elucida até qual estrato uma revista discente pode atingir. Por exemplo, para a área de História, as revistas discentes só podem ser classificadas até o estrato B3 (MALAQUIAS, 2018).

5. Desafios da gestão discente em periódicos científicos¹²

Gerir uma revista discente não é uma tarefa simples e exige dedicação e trabalho em equipe. Um dos principais desafios é o processo de aprendizagem do léxico de editoração, suas regras, o conhecimento dos fluxos de trabalho desde as etapas de *desk review*, designação de pareceristas, avaliação, edição do texto, revisão, diagramação, leitura de prova e publicação. Esta questão está ligada diretamente com a rotatividade de pessoas dentro do comitê editorial que por muitas vezes não ficam mais de 6 meses ou um ano. Aprender e ensinar o léxico editorial em um ambiente em que o trabalho é quase sempre voluntário e a rotatividade é alta, impacta diretamente no andamento das avaliações e publicações. Manter uma equipe engajada, com conhecimento sobre o processo editorial por mais de um semestre ou um ano é desafiador.

O trabalho na revista é realizado de modo voluntário na maioria das vezes e não é a prioridade na vida de um pós-graduando, uma vez que esta precisa focar em sua pesquisa. Assim, a dedicação é ditada pelo ritmo do semestre universitário. Quando há sobrecarga de leitura, provas, trabalhos,

¹² Um relato mais extenso e detalhado sobre a experiência dos discentes na gestão da Revista Áskesis entre os anos de 2019 e 2021 pode ser encontrado em Breda e Sabadin (2021). Para outros relatos sobre a experiência discente na gestão de revistas científicas, consultar Fraga Medeiros, et al (2021) e Ribeiro & Azevedo (2021).



conferências, qualificação, escrita da dissertação/tese e defesa, os alunos podem não se dedicar ao fazer editorial com tanto afinco. Portanto, é importante manter uma equipe mais numerosa visando à distribuição das tarefas entre os membros.

Mesmo com o trabalho voluntário, a revista demanda custos como revisão textual, diagramação, manutenção do site, etc. Em um momento de corte de verbas para as Universidades Públicas, estas funções na revista *Áskesis* foram assumidas por parte da equipe editorial, criando-se um comitê de revisão textual e ABNT, assim como os membros aprenderam o processo de diagramação e manutenção da plataforma OJS 3. Portanto, vale ressaltar a importância de uma estrutura de financiamento mínima que permita que esses serviços sejam remunerados, para que haja tanto o incentivo para que mais pessoas se disponham a colaborar com as revistas como para que os trabalhos possam ser inseridos em uma lógica administrativa que permita que a qualidade dos produtos esteja de acordo com as melhores práticas editoriais.

Entretanto, há um custo que não é possível ser assumido pelos membros - a vinculação dos artigos e edições com o *Digital Object Identification* (DOI), responsável por identificar cada artigo produzido para que possa ser vinculado aos seus autores e assim sirva como um meio para que as produções sejam contabilizadas pelos seus produtores. A implementação do DOI exige um pagamento em dólar por cada artigo. Nem todos os Programas de Pós Graduação possuem condições de financiamento para custear as formalizações necessárias para que a respectiva revista possa ser indexada e distribuída adequadamente. Em nosso caso, agradecemos ao PPGS/UFSCar por disponibilizar parte do orçamento anual para cobrir os custos do DOI.

Ainda no campo financeiro, o fato da revista ser organizada por discentes também reduz a possibilidade de financiamento externo ao PPG. Um exemplo foi a chamada “CNPq nº 15/2021 - Programa Editorial”¹³ para financiamento de revistas científicas, que exigia que o editor-chefe do periódico tivesse a titularidade de Doutor para que o projeto editorial pudesse ser elegível para financiamento do edital em questão. Assim, as revistas discentes carecem de outras formas de financiamento externas ao PPG/Instituto.

Buscando envolver alunos e alunas do PPGS que não estavam no comitê editorial da revista, as *Áskesis* promoveu eventos como o “Mosaico Sociológico”, uma iniciativa que permite que docentes e discentes conectados pela mesma temática de pesquisa possam discutir e apresentar suas trajetórias no campo acadêmico, as dificuldades, acessos e interdições ao longo de sua carreira. Com alguns encontros produzidos e gravados, foi possível criar um repositório de grande valor para a comunidade discente, sobretudo no sentido de discutir

¹³ Dados disponíveis em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=10322. Acessado em 12 de mar. de 2022.



com os discentes sobre o exercício da profissão de sociólogo. Também promovemos Ciclos Formativos online através da página do *Facebook* da *Áskesis*, ministradas por integrantes da equipe focados em discutir processo de escrita científica, padronização e normas da ABNT. Outra iniciativa foi os envolvimento dos alunos do PPGS como pareceristas ou organizadores de dossiês e o envolvimento dos docentes como professores entrevistados para compor a seção de “Entrevista” da revista.

Em um esforço de aprimorar a qualidade do comitê editorial e do serviço prestado, membros da equipe participaram de cursos e palestras *online* em editoração oferecidos pela ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos). Também foi implementado ferramentas como *softwares* anti-plágio, visando construir uma segurança e credibilidade para as publicações e para a *Áskesis*.

Outra estratégia de construir legitimação, circulação e visibilidade da *Áskesis* foi a reativação do *Facebook* e a criação de uma conta no *Instagram*, com postagens regulares como edições publicadas, chamadas para artigos e dossiê, regras de submissão, apresentação de membros da equipe, postagens de edições e artigos mais antigos, dentre outros tópicos. Com as postagens regulares, as páginas ganharam mais seguidores e visibilidade. Assim, foi composta uma equipe dentro do comitê editorial para cuidar do *marketing* digital.

A revista *Áskesis* não está sozinha no enfrentamento destes desafios. É válido ressaltar o esforço realizado pela Revista Ensaios, lotada na Universidade Federal do Fluminense, na criação e coordenação da Rede Nacional de Revistas Discentes das Ciências Sociais¹⁴, visando o contato constante para a troca de experiência com revistas científicas do país e a construção de uma base comum de pareceristas.

6. Últimas considerações: o infindável exercício da *áskesis*

A iniciativa de criar uma revista de discentes representa sempre um processo de via dupla, de tentativas sobrepostas, de repetição de erros, mas de acertos fundamentais. Idealizada por alunas e alunos do PPGS da UFSCar, a *Áskesis* ganhava contornos diversos a cada reunião que fazíamos. E isto foi, sem dúvida, seu principal ganho, pois como o nome deste periódico já indica, esta é uma revista dos alunos e alunas do PPGS da UFSCar, e as dificuldades que encontramos foram fundamentais para mantermos entre nós a tarefa de torná-la real. O difícil exercício de realizar cada nova edição permanecerá a cada nova turma de mestrado e doutorado. Não à toa optamos por nomear a realização deste trabalho de *Áskesis*, pois este termo representa a não submissão, a não sujeição, e o exercício de si mesmo como técnica em se atingir o conhecimento. É o que se encontra em nossa proposta, é o que esperamos a cada número

¹⁴ Dados disponíveis em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/announcement/view/610>. Acessado em 31 de agosto de 2022.



e é com o que contamos em nosso projeto (EDITORIAL, 2012, s./p.).

Celebrar os 10 anos da Revista *Áskesis* é celebrar a criação de um espaço democrático, feito *pelo* e *para* os alunos, e seus tantos outros colaboradores. É um espaço de participação, de debate, de formação, pedagógico, crítico e de produção e divulgação científica de pesquisadores e acadêmicos em início de carreira. Comemorar os 10 anos da revista em um momento de cortes de orçamentos na educação, acirramento das vulnerabilidades sociais, incertezas do futuro revela tanto um caráter de “resiliência” daqueles que compõem e apoiam a revista, como também denuncia a precariedade das condições daqueles que fazem ciência no Brasil.

A falta de verba, a destruição de perspectivas de um futuro, a fuga de cérebros, o aluno/pesquisador/editor polivalente e “resiliente”, a desistência de muitos colegas que não têm bolsa de estudo, o suicídio daqueles que não são assimilados e “bem-vindos” na universidade revelam os desafios e barreiras enfrentados pelos discentes no ambiente universitário. O momento político nos mostra mais uma vez a importância do fazer editorial, da produção e divulgação científica contra o obscurantismo, as *fakes news*, o fascismo, o terra-planismo. Mais do que nunca é fundamental a construção deste e outros espaços democráticos de produção e divulgação científica.

Como bem destaca o primeiro editorial da revista, estamos a realizar o trabalho de “áskesis”, - a não submissão, a não sujeição, o trabalho infundável de aprimoração na construção do conhecimento. Trabalho realizado por tantas pessoas que já passaram pela revista e que se repetirá a cada novo membro, a cada nova publicação, a cada novo governo ou momento político. Eis a importância da revista, eis a importância da Sociologia.

Aproveitamos este espaço para agradecer todas e todos as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste espaço democrático, horizontal, crítico de produção e divulgação da ciência. Criar e manter uma revista discente é um verdadeiro trabalho de “áskesis”.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para sua história. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.219-237, jul./dez. 2005.

BREDA, Thalles Vichiato; SABADIN, Ana Carina. Na tessitura da experiência: notas sobre o fazer editorial na Revista *Áskesis*. In: **Revista Ensaios**, v. 19,



jul. - dez., 2021, p. 141-153. <https://doi.org/10.22409/ensaios.v19.52263>

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol. 1.

MEDEIROS, Tifani Isabelle de Fraga; SILVEIRA, Esther Krüger; WEBER, Milena; MALUF, Natália. Aprendendo a editar, ensinando a publicar: caminhos para a produção científica na graduação em humanidades. **Ensaios**, 19, 2021, p. 121-131. <https://doi.org/10.22409/ensaios.v19.52111>

FREITAS, Maria Ester. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1158-1163, dez. 2011.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos eletrônicos e a visibilidade da ciência na web: estudo de caso na UFRGS. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; CASTEDO, Raquel da Silva. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de periódicos científicos. In: **E-Compós**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. [Porto Alegre]. Vol. 11, n. 2, maio/ago. 2008.

HOUGHTON, Bernard. **Scientific Periodicals**: their historical development, characteristics and control. Londres: The Central Press, 1975.

LAWRENCE, Steve. Free online availability substantially increases a paper's impact. **Nature Debate**, 2001. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Revistas discentes de História: espaço de divulgação e formação acadêmica. **Revista Horizontes Históricas** [online], 2018, v.1,n.1, p. 1-6.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. (tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos) Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

OLIVEIRA, Thaianie; HOLZBACH, Ariane; GROHMANN, Rafael; TAVARES, Camilla. E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia. **Revista Contracampo**, v. 39, n.



2, p. 2-13, 2020.

PORTO, Cristiane. **Difusão de Ciência Brasileira na Internet**: sugestão de uma tipologia. 2009.

RIBEIRO, ANELIZE dos Santos; AZEVEDO, Bruno. Uma Jornada Científica pela Planície. **Ensaio**, 19, 2021, 132-140. <https://doi.org/10.22409/ensaio.v19.52231>

SANT'ANA, Fabiano. Qualis Periódicos, quando surgiu e como funciona? In: **Galoá**, 2016. Disponível em: <https://galoa.com.br/blog/qualis-periodicos-quando-surgiu-e-como-funciona>. Acessado em 05 de dez. 2022.

SARMENTO E SOUZA, Maria Fernanda; FORESTI, Miriam C. P. P.; VIDOTTI, Silvana A. B. G. Periódicos científicos eletrônicos: critérios de qualidade. Mudanças no processo de comunicação científica: a alternativa dos repositórios institucionais. In: VIDOTTI, Silvana A. B. G. (org). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004, p.153-168.

SHUTTLEWORTH, Kate. Benefits and Challenges of Running a Student Journal. In: **Simon Fraser University Digital Publishing website**, 2021. Disponível em: <https://www.lib.sfu.ca/help/publish/dp/benefits-challenges-student-journals>. Acessado em 01 de agosto de 2022.

SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica? In: **Ciência & Ensino**, 1(1), 2006, 53-59

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. In: **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, n.31, 1999.

TRAMMELL, Ana. The Benefits of Publishing as an Undergraduate. In: **Undergraduate Research at Illinois**, 2014. Disponível em: <https://publish.illinois.edu/ugresearch/2014/10/14/the-benefits-of-publishing-as-an-undergraduate/>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

TRZESNIAK, Piotr. A avaliação de revistas eletrônicas para órgãos de fomento: respondendo ao desafio. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewpaper.php?id=26&print=1&PH_PSESSID=8f99710edd3789ada04ed656dc2687b8>.



Como citar este ensaio:

BREDA, Thalles Vichiato. A importância das Revistas Discentes de Sociologia: desafios e perspectivas. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 17-37, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.792>

Data de submissão do ensaio: 11/08/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas

Jacqueline Sinhoretto¹

Resumo: O texto propõe breve descrição e análise de desafios políticos enfrentados pela produção científica, em especial das ciências sociais, diante do crescimento da contraposição à ciência e o avanço destrutivo do autoritarismo governamental sobre a liberdade acadêmica e a autonomia universitária no Brasil. O objetivo é descrever mudanças recentes na política educacional e na política científica que ameaçam as condições de desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais.

Palavras-chave: Autoritarismo. Democracia. Universidades. Conhecimento. Bolsonarismo.

Governing against science: anti-intellectualism, authoritarianism and public universities

Abstract: The text proposes a brief description and analysis of political challenges to scientific production, especially in social sciences, framed by the growth of opposition to science and the destructive advance of governmental authoritarianism over academic freedom and university autonomy in Brazil. The objective is to describe recent changes in educational policy and scientific policy threatening the development conditions of social sciences research.

Keywords: Authoritarianism. Democracy. Universities. Knowledge. Bolsonarism.

¹ Professora da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia, desde 2009. Coordena o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC UFSCar. É doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2007), onde também cursou o Mestrado (2001) na mesma área. Tem experiência de pesquisa nos temas: administração institucional de conflitos, acesso à justiça, violência, segurança pública, policiamento, sistema de justiça, prisões, controle estatal do crime. É pesquisadora do INCT Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos e Bolsista de Produtividade 1C do CNPq. São Carlos, jacsin@ufscar.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8718-779X>



Comemorar os dez anos da revista *Áskesis* é uma vitória, pois ela significa a continuidade de um projeto intelectual coletivo afirmado sobre premissas que têm sido duramente questionadas nos últimos cinco anos. Garantir um espaço de difusão da produção acadêmica qualificada produzida pela pós-graduação em Sociologia vai além de equacionar os problemas financeiros que afetaram as políticas de ensino superior no Brasil desde 2016.

A celebração passa por registrar diferentes desafios enfrentados pela equipe editorial, como a redução draconiana do financiamento da pós-graduação. Mas exige também o inventário de desafios políticos mais abrangentes, como o crescimento da contraposição à ciência e o avanço destrutivo do autoritarismo sobre a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.

O objetivo deste texto é rememorar traços fundamentais da política educacional que tornaram possível a criação da revista e apontar as mudanças de contexto ocorridas nesta década, que ameaçam não apenas a continuidade das revistas acadêmicas, mas a própria pesquisa em ciências sociais. E, no limite, a própria vida.

A *Áskesis* surgiu na esteira de uma reforma universitária que envolveu o investimento no sistema público federal, a ampliação de vagas na pós-graduação, mediante a abertura de novas universidades, *campi* e cursos, a adoção do programa de ação afirmativa para a igualdade racial, o estímulo à internacionalização da pesquisa e da experiência dos estudantes, o investimento em ciência e tecnologia, a implementação de políticas públicas baseadas em parcerias entre universidade, governo e sociedade civil. Entre 2007 e 2015 a pós-graduação viveu um momento de crescimento e entusiasmo. E, como nem sempre acontece em períodos de expansão das vagas, o aumento do investimento significou diversificação da composição demográfica dos cientistas sociais, dos temas de pesquisa e das formas de pesquisar (SINHORETTO, 2021).

A década do entusiasmo foi lastreada pela conjunção de investimentos políticos na universidade pública que antecederam a sua expansão. Entre 1985 e 2016, o Brasil viveu o período de democratização política e social mais aprofundado, e nele as universidades públicas voltaram a ser ambiente de crítica social e, sobretudo, o lugar de formulação e avaliação de políticas públicas que nortearam a transformação do Estado autoritário. Avanços da cidadania foram conquistados em saúde, educação, proteção da infância, redução de desigualdades econômicas, raciais e de gênero, combate à fome, agricultura familiar, convertendo-se em políticas públicas lastreadas em conhecimento de tecnologias sociais produzidas pelas universidades em relação com os movimentos sociais. Algumas dessas tecnologias sociais convertidas em ação de governo se tornaram a marca de um país que passou a conquistar respeito internacional pela capacidade de formular soluções para problemas sociais complexos.



Isso não significa dizer que todos os problemas tenham sido resolvidos, apenas considerar que a universidade, mesmo tendo convivido com precariedade, ausência de investimentos, elitização, foi revalorizada pelas políticas dos governos democráticos. A conquista da autonomia universitária como um dos pilares do Estado democrático, incluída na Constituição de 1988 não se fez sem conflitos, mas dela decorreu uma liberdade acadêmica de crítica e formulação de proposições.

O balanço do período democrático requer considerar que avançar na conquista de políticas de cidadania não se faz sem embates, sem erros e fracassos. Porém, um dos passos importantes para a universidade manter-se um ator importante das tecnologias sociais democráticas foi sua progressiva legitimação como instância de formulação e avaliação de políticas públicas, setor em que as ciências humanas sempre foram um celeiro de quadros técnicos, políticos e intelectuais. Essa proximidade das universidades públicas com a política foi construída simultaneamente à preservação da atividade do pensamento e do ensino superior de ingerências diretas dos poderes políticos. Os professores das universidades públicas asseguraram sua posição como funcionários públicos, que dispõem de estabilidade funcional e garantias trabalhistas, que sempre asseguraram a possibilidade de dedicação integral à pesquisa, docência e extensão universitária, mesmo nos períodos em que os salários foram desvalorizados.

A legitimação do saber universitário fez parte do espírito democrático das últimas décadas, formando tanto os técnicos dos governos quanto os militantes dos movimentos sociais, quadros de partidos políticos de diferentes orientações. Enquanto ocorria essa legitimação social, a autonomia universitária também foi uma conquista, com o desenvolvimento da avaliação dos cursos com a participação da comunidade acadêmica, adoção crescente de mecanismos de avaliação por pares nas publicações e fontes de fomento, processos participativos de gestão tanto no interior das universidades (eleições paritárias, conselhos com ampla representação dos segmentos da universidade), como nas agências de fomento e gestão.

Também no período democrático, o financiamento público da ciência e tecnologia foi crescente, especialmente nos anos 2000. Mesmo com críticas ao produtivismo, ao peso das avaliações quantitativas de produção, ao predomínio da avaliação das ciências duras sobre as ciências sociais, houve conquista de maior espaço para as carreiras femininas nas ciências (TUESTA et al., 2019) e diversificação das origens sociais dos universitários, apesar de não terem sido superadas as desigualdades. Essa diversificação aprofundou-se após 2008, com a introdução por lei da ação afirmativa mediante a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, com garantia de cotas étnico-raciais. Certamente foi o maior passo já dado para a inclusão de estudantes negros e indígenas nas universidades, pois a ação afirmativa aconteceu no momento da ampliação de vagas pelo programa REUNI.



O Brasil multiplicou a formação de doutores em todas as áreas. O fomento federal à pesquisa passou a incluir critérios como desenvolvimento regional e desconcentração dos recursos para redes com diversidade institucional e regional. De fato, não se tratava apenas de democratizar o acesso para estudantes, mas também de promover uma política de estímulo a novos centros e lideranças, modificando as relações de poder no interior do campo científico. Isto tornou o sistema mais competitivo e, simultaneamente, democrático, por facilitar o desenvolvimento de carreiras de pesquisadores fora das redes de prestígio mais tradicionais. Isto beneficiou nitidamente as carreiras femininas, como demonstram os dados sobre o crescimento das publicações científicas (BOLZANI, 2017).

E foi nesse momento de entusiasmo que a revista *Áskesis* se tornou um projeto viável. A produção veiculada pela revista serve como um retrato dos debates políticos sobre igualdade, diferenças, ampliação da visibilidade social de públicos historicamente silenciados, os rumos do desenvolvimento nacional, os desafios da cidadania em escala global, as crises humanitárias e a desigualdade na vivência da violência. Se a produção acadêmica pode ser vista como um inventário de problemas sociais não resolvidos, ela é fruto de uma liberdade de pensamento e autonomia universitária construídos pela luta democrática.

Ocorre que essas transformações modificaram a dinâmica da universidade pública, mas continuou a expansão do sistema privado de ensino, cujos parâmetros são bem menos rigorosos. Se o sistema privado, impulsionado por programas como o FIES e o PROUNI, tornou o sonho do diploma universitário mais acessível às classes populares, isto se deu por meio de ensino massificado. E este fator contribuiu para que, mesmo entre os diplomados, se formasse uma base social crítica à universidade pública, sensível às propostas de restrição orçamentária e austeridade no setor da educação.

1. Retirar o dinheiro e a credibilidade

As políticas governamentais de austeridade implementadas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) coincidiram com uma mudança de humor da opinião pública em relação às universidades, fomentada por uma campanha de difamação estimulada pela ultradireita. A ocupação do espaço comunicacional por uma profusão de discursos de ódio contra as bases do regime democrático vem sendo estudada pelas ciências sociais como fenômeno de ascensão da nova direita, especialmente após a visibilidade de novos discursos e atores políticos que se fortaleceram após 2013.

Ao lado do surgimento de novas formas de representação – tanto à direita quanto à esquerda – a profusão das mídias digitais propiciou veículos



de transmissão do discurso em segmentos, redes fechadas, circuitos restritos de informação, que favorecem a disseminação de notícias falsas ou versões falseadas, comentários agressivos e discursos de insulto. Não apenas surgiram novos atores, mas também novas formas de comunicar o discurso. E esse novo deu impulso, no caso da ascendente direita, à revigoração de um quadro de valores reacionário e à reativação de estereótipos que haviam sido criticados pelas forças democráticas.

Embora o início do ciclo de ascensão da ultradireita seja anterior à eleição de Jair Bolsonaro, sua comunicação política é toda organizada para fortalecer os nós da opinião reacionária. Juntamente ao ódio aos direitos humanos, o ataque às universidades e à ciência são tópicos muito presentes nesse discurso, fortemente antiintelectualista.

O exemplo do movimento antivacina é eloquente. Num país que tem um sistema de vacinação consolidado, que alia pesquisa de vacinas, barateamento dos custos de produção e capacidade de promover campanhas de abrangência nacional, a proliferação de discursos antipáticos às vacinas acendeu o alerta a mudanças do cenário das percepções. De oposição à medicalização da vida, crítica ao poder da indústria farmacêutica a discursos religiosos radicais, os argumentos antivacina curiosamente simulam o discurso científico para difundir a desconfiança sobre sua efetividade ou sobre os riscos. O tópico mais popular, anteriormente à pandemia da COVID-19, vinculava vacinas ao autismo.

Trata-se de um tema não político em sua aparência, que se difunde por meio da transmissão de informações imprecisas sobre dados de pesquisa fragmentados, que parecem comprovar cientificamente uma tese não discutida nos meios profissionais dos cientistas. Em 2019, portanto antes da discussão sobre as vacinas contra o coronavírus, cientistas já estavam investigando o impacto do universo simbólico antivacina na redução dos indicadores de vacinação no Brasil. O caso mais crítico era o de reações adversas muito frequentes à vacina contra o HPV num grupo populacional delimitado. Jovens do Acre manifestaram reações alérgicas de larga escala após tomar a vacina, em proporção não verificada em outros grupos e localidades. O estudo concluiu que se tratava de efeitos psicossomáticos da intensa campanha antivacina, num tema que envolve a sexualidade feminina das adolescentes (ESTUDO conclui..., 2019).

Ao mesmo tempo em que existe a popularização de argumentos científicos, circulam os saberes pseudocientíficos. Concepções como o terraplanismo difundem narrativas sobre o formato do planeta, o vínculo do autismo com a vacinação em geral, o questionamento da existência de mudanças climáticas provocadas pelo uso desmedido de combustíveis fósseis. Narrativas semelhantes difundem a estereotipia de que as políticas públicas de prevenção da violência oferecem “flores aos bandidos” ou que metodologias educacionais de viés crítico produzam anomia social.



Terraplanismo e antivacina dividem o mesmo terreno do ataque às ciências sociais, à pedagogia de Paulo Freire e ao trabalho crítico dos professores da educação básica, a oposição aos direitos humanos. São diferentes formas de minar as bases dos consensos democráticos e esvaziar a autoridade do discurso baseado em evidências, induzindo a necessidade de controle político ideológico da ciência e da educação.

O movimento de ultradireita “Escola Sem Partido” introduziu no ambiente escolar conflitos com conteúdos das ciências sociais e da filosofia, buscando interditar a circulação de saberes mediante o constrangimento dos professores (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021), por meio de filmagens e exposição nas redes sociais, seja por parte dos estudantes ou de visitas de políticos locais de ultradireita a escolas.

Além de conteúdos ligados a direitos humanos e respeito às diferenças, a educação sexual nas escolas passou a ser frontalmente atacada, inclusive com a criação de *fake news* sobre qualidades imorais do material didático utilizado.

O movimento que notabilizou vários políticos de ultradireita dissemina a imagem da escola como um espaço de perigo à saúde física e mental de crianças e jovens, um lugar moralmente degradado que necessita da vigilância de pais e dos políticos ligados ao movimento. A figura do professor, especialmente das disciplinas de Humanidades, é interpretada por meio do perigo da doutrinação comunista, da “ideologia de gênero” que promoveria a “conversão” à homossexualidade.

É interessante notar como essa visão de ultradireita rivaliza até mesmo com o discurso da direita tradicional que vê a educação como chave para o sucesso individual, rivalizando, é claro, com a visão da esquerda de que a educação é o caminho do desenvolvimento econômico e social. Portanto, a escola, em diferentes correntes, foi no período democrático um consenso discursivo (LIMA, 2021).

Assim, o ataque às universidades é parte de um contexto maior de desacreditação dos princípios da educação pública adotados no período democrático. “Escola Sem Partido” é parte do movimento autoritário, com expressão religiosa e partidária mediante a ação de deputados e vereadores - os principais expoentes do movimento.

Dizendo-se contrário à ideologia política nas escolas, especialmente “ideologia de gênero”, toma o conteúdo reflexivo e crítico como expressão de “comunismo”, recuperando vocabulário e quadro mental dos discursos ocidentais da Guerra Fria nos anos 1950. No presente, o adversário da “guerra cultural” não é mais o sistema soviético, mas a China, país que superou a liderança econômica dos EUA em 2021.

O movimento faz ataque deliberado à liberdade de cátedra, pretendendo exercer um controle direto sobre os conteúdos ensinados nas salas de aula pelos professores, além da vigilância de sua expressão política fora da escola.



O caráter reacionário do “Escola Sem Partido” volta-se aos conteúdos ligados à democracia, participação social e direitos humanos trabalhados como transversais nas diferentes disciplinas, como previu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ensinados pelos professores de Humanidades. Considera a legislação do período democrático como responsável pelo que acreditam ser uma decadência moral dos valores da família, contudo reagem a uma mudança cultural bem mais profunda expressada por uma geração inteiramente nascida após as reformas democratizantes dos anos 90 no Brasil. É nas universidades, de fato, que a afirmação do feminismo e da luta LGBTQIAP+ produziu mais avanços na mudança dos papéis tradicionais de gênero e sexualidade. A mudança comportamental das novas gerações é visível e está lastreada numa longa luta contra a violência de gênero, trote homofóbico, violência nas festas universitárias, assédio sexual e privilégio branco. O choque geracional, que assusta os pais, foi canalizado pela ultradireita como acusação contra a escola e os professores de promover uma revolução da sexualidade. Felizmente essa mudança é muito mais ampla do que a escola, e a contestação dos papéis e normas tradicionais pelas gerações mais jovens está longe de ser silenciada pela existência do “Escola Sem Partido”.

A aversão antiintelectualista que caracteriza o ressurgimento autoritário do presente concebe escolas e universidades como o espaço primordial do conflito por serem sede do ensino de teorias de pensamento crítico. O ensino de direitos humanos sempre sofreu esse tipo de reação em escolas e universidades, contudo, o contexto democrático jogava a favor de um pensamento crítico e as resistências eram menos organizadas do que agora.

2. A universidade refém numa guerra cultural

Após a eleição de Jair Bolsonaro (2019-) à Presidência da República o que era um movimento de reação torna-se política pública. Aquilo que, a partir de 2016, começou a figurar-se como ataque morais a alguns professores, como foi o caso de Débora Diniz e de Luiz Felipe Miguel e mais de 30 casos semelhantes monitorados pela rede internacional *Scholars at Risk*, passou a uma fase institucional, comprometendo de forma consistente a proteção da liberdade acadêmica no Brasil (Scholars at Risk, 2019; AMEAÇADA de morte..., 2018; MEC quer..., 2018; UNB defende..., 2018).

No plano econômico, os cortes drásticos no setor de educação e cultura configuraram uma realidade de veto velado a projetos. Na esteira do discurso de austeridade, muitos editais tiveram a divulgação do resultado retardada. A análise por pares e a escolha de projetos por critérios técnicos passaram pelo filtro da viabilidade econômica, um segundo filtro, obscuro e de critérios pouco claros, muito suscetível à influência dos dirigentes dos órgãos de fomento. A competição por dinheiro se acirrou, o que aumentou as práticas



de defesa interna de grupos no meio acadêmico.

A austeridade foi imposta de fora, mas toda forma drástica de corte coloca problemas políticos aos sistemas de classificação de projetos: uma coisa é compor uma hierarquização onde o estrato mais bem avaliado se beneficia, o que significa contemplar diferentes grupos e linhas no interior do mesmo campo. Outra coisa bem diferente é precisar escolher apenas um.

Nesse dilema, o sistema de avaliação por pares sofreu um achatamento, o que praticamente eliminou seu potencial de democratização e transparência no acesso aos recursos de financiamento de projetos nos setores de educação, ciência e tecnologia e cultura. A tendência, num cenário de austeridade rigorosa, é dar dinheiro a quem já tem dinheiro e resultados. Nos formulários de avaliação das agências de fomento, perguntas sobre internacionalização da pesquisa dificultaram o sucesso de projetos propostos por programas mais novos e menos vinculados a redes de prestígio, assim como o estabelecimento de áreas prioritárias de pesquisa materializou a pouca importância dada às humanidades em geral, tendo inclusive sido excluída de editais em 2019.

O Ministério da Educação foi ocupado inicialmente por professor da Escola de Comando do Exército, que ficou 97 dias no cargo, criando muitas manchetes polêmicas, mas pouco resultado prático. Foi substituído por Abraham Weintraub, que fazia parte da equipe da Casa Civil, como especialista em Previdência, após fazer carreira no mercado financeiro, ligado a bancos e corretoras. Professor da Unifesp, conduziu uma gestão controversa, na qual o ressentimento pessoal contra as universidades públicas se transformou em portarias, decretos e projetos de lei. O ministro discursou diariamente contra as universidades públicas, utilizando conteúdos falsos e fazendo afirmações genéricas, contrariando os indicadores de produção e avaliação.

Weintraub foi o chefe de um sistema público de ensino que declarava seu desprezo pelas universidades federais, desmerecendo os resultados coletivos das instituições que deveria coordenar e promover, e praticando o insulto moral contra os professores.

Seu discurso de preferência pelas instituições privadas refletiu a influência política da irmã do Ministro da Fazenda Paulo Guedes, a presidente da associação das instituições de ensino privado. Em dezembro de 2019, assumiu a presidência da CAPES um professor oriundo de uma instituição privada, cristã protestante, sem histórico relevante de participação nos sistemas de avaliação existentes até então. Assim foi o perfil das indicações nas instâncias do ministério e agências a ela ligadas.

Um dos primeiros atos do Ministro da Educação foi contingenciar o recurso das federais. Naquele momento usou o termo “balbúrdia” para classificar as atividades das universidades, numa indicação de que os cortes tinham menos um fundamento fiscal e poderiam ser sentidos como punições à falta de alinhamento das reitorias às novas diretrizes federais.

No mesmo momento, uma campanha de difamação das universidades



começou a circular pelas redes de *Whatsapp*, com imagens com pessoas nuas, especialmente mulheres, realizando atividades como protestos ou apresentações performáticas. Algumas imagens não eram do Brasil e ajudavam a construir a mensagem de imoralidade predominante nas universidades, onde nudez e drogas seriam elementos cotidianos da perversão dos jovens.

As declarações do ministro iam na mesma linha, com comentários desinformados sobre a jornada de trabalho dos professores, plantações de maconha nos *campi* universitários e laboratórios de refino de cocaína. Imoralidade, perversão sexual e drogas foram elementos frequentes acionados pela campanha de poluição da imagem do sistema federal de ensino.

Esses ataques diretos produziram reação, com grandes manifestações em defesa da educação entre maio e agosto de 2019. As passeatas volumosas ocorreram em mais de 200 cidades brasileiras, com efeito importante na opinião pública, quando houve a primeira queda significativa da popularidade do presidente.

O setor de educação ainda enfrentou uma nova reforma da previdência, que tornou mais difícil a aposentadoria e reduziu a parcela do rendimento, aumentando a dependência dos funcionários públicos do MEC em relação à previdência privada. Foram enviadas ao congresso propostas que retiram a estabilidade funcional dos professores, abolem o regime de dedicação exclusiva, o que reduziria os salários significativamente e afetaria a liberdade de pensamento. Propostas que não foram seriamente acolhidas pelo Congresso, mas que serviram para bombardear o ambiente universitário de notícias negativas diárias.

A violação da autonomia universitária se tornou ainda mais concreta para as universidades que tiveram reitores nomeados em desacordo com a lista tríplice elaborada por voto da comunidade universitária. O governo Bolsonaro nomeou o último colocado nas listas tríplices em várias universidades e institutos. Isto nunca tinha sido feito no período democrático, quando tinha se tornado prática o governo nomear o primeiro colocado da lista, escolhido em consultas internas. Não existe eleição direta para reitor, mas a prática de nomear o primeiro colocado conferia legitimidade ao candidato mais votado. Bolsonaro tornou prática a ingerência política e criou incertezas na vida administrativa das universidades. Uma ação judicial levou a decisão ao Supremo Tribunal Federal, onde foram concedidas liminares para determinar a posse do mais votado. Contudo, na medida em que a legislação regulamenta o direito do presidente de escolher qualquer nome da lista tríplice, isto foi reconhecido como legal. Não obstante, houve insegurança jurídica nas consultas públicas e as nomeações feitas pela presidência da República demonstram a disposição de contrariar a comunidade universitária, rejeitando suas escolhas e nomeando reitores politicamente fracos no interior de suas instituições.

Quanto à CAPES, a falta de confiança e apoio da comunidade acadêmica a seus dirigentes deu ensejo também a impasses jurídicos sobre a avaliação da



pós-graduação. Todo o sistema de avaliação – e por decorrência, a distribuição dos recursos – mobiliza um grande contingente de assessores, membros dos próprios programas de pós-graduação que trabalham sobre as fichas de avaliação e aplicam os critérios desenhados pelos comitês de avaliação. Uma ação judicial foi impetrada em 2021 contra a diretoria da CAPES devido à inclusão de critérios já durante o processo de avaliação. Até o momento, a avaliação do último quadriênio está suspensa e pesa a dúvida sobre o processo de avaliação, o que é péssimo do ponto de vista da estabilidade e confiança dos programas de pós-graduação.

Ciência e tecnologia também tiveram cortes muito importantes, que inviabilizaram os programas em funcionamento, além de episódios de nomeações controversas. O ministro Marcos Pontes, famoso por ter sido o primeiro astronauta brasileiro numa missão junto à NASA, não teve força política nenhuma para reverter os cortes de sua pasta. As bolsas pagas pelo CNPq chegaram a ser suspensas. Todos os meses circulam notícias de que não há dinheiro em caixa para os pagamentos. Os bolsistas vivem em tensão permanente, ao lado dos muitos não bolsistas, o que tem prejudicado a dedicação exclusiva à pesquisa, pois é necessário encontrar fontes de renda fora da pesquisa acadêmica.

Os impactos sobre a produção científica nacional têm sido noticiados com frequência pelos jornais, especialmente as pesquisas na área da saúde têm sido destacadas como perdas decorrentes do corte de orçamento (CALIMAN, 2019; CORTE de bolsas..., 2019; JUCÁ, 2019). Foi com este ambiente deprimido que a ciência brasileira se deparou com o desafio da pandemia de COVID-19, em março de 2020.

O projeto de confrontamento da comunidade científica se traduziu em intervenção direta do governo nos órgãos de produção de indicadores sociais, ambientais e estatísticas. A demissão do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE é emblemática, tendo ocorrido após a divulgação de um relatório sobre o crescimento do desmatamento da Amazônia e suas consequências para as mudanças climáticas. O governo quis censurar a divulgação dos dados sobre o crescimento das queimadas e o presidente do órgão fez importante defesa de sua independência na imprensa (PONTES, 2019).

O Ministro da Fazenda propôs cortes no questionário do Censo a ser aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, numa atitude de intervenção não vista durante os governos democráticos. O impacto da redução do questionário do censo é a interrupção da produção de dados socioeconômicos importantes para medir o desempenho econômico do governo e as desigualdades que reduz ou aumenta (BERTONI, 2019).

Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz também foi censurada, com a recusa de publicação de relatório, por contrariar a visão dos integrantes do governo sobre o uso de drogas (CAMPOS, 2021). Segundo a pesquisa, menos



de 10% da população teve contato ou faz uso constante de drogas ilícitas, tendo havido aumento discreto no consumo de álcool. Todo o discurso do Secretário Nacional Antidrogas - Senad, Osmar Terra, se ampara no alarmismo da “epidemia de drogas” no país. O secretário é notório defensor da internação compulsória em “comunidades terapêuticas” ligadas às igrejas evangélicas. A pesquisa não teve seus resultados divulgados pelo governo.

Durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, a sequência diária de notícias negativas para as áreas de educação e ciência foi constante, com a profusão de portarias e decretos visando retirar a autonomia universitária e reduzir o investimento público nas universidades e centros de pesquisa. Tem se jogado um jogo de nervos, que cria insegurança e instabilidade e prejudica a liberdade acadêmica na medida em que dados de pesquisa são censurados, bases de dados são descontinuadas e cria-se um tumulto constante na gestão das universidades e demais órgãos.

Então, no início de 2020 chega a pandemia de COVID-19, demandando enorme esforço da pesquisa científica, ao mesmo tempo em que suspende as atividades presenciais das universidades, em virtude da necessidade de distanciamento social.

O que tinha sido o predomínio de antiintelectualismo e ataque moral aos produtores da ciência e da educação superior, passa ao nível de negacionismo deliberado por parte do governo federal. Uma história trágica, que foi contada em detalhes pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, a CPI da COVID-19, que acusou 78 pessoas pelo cometimento de crimes que impediram a ação do governo federal para o controle da pandemia, incluindo Jair Bolsonaro e dois de seus filhos, mais duas empresas.

Tratou-se de desmobilizar o Ministério da Saúde na condução de medidas de distanciamento social, estimular aglomerações, incentivar a recusa ao uso de máscaras, constranger os governadores e criar óbices às políticas estaduais de controle da pandemia, recusar a compra de vacinas, superfaturar a compra de vacinas, com o recebimento de propinas, produzir a crise em Manaus, indicar o uso de cloroquina como tratamento, negar as evidências, produzir e disseminar notícias falsas sobre o vírus e sobre as vacinas, incentivar experimentos não autorizadas por comitês de ética em pesquisa, apagão de dados. Enfim, uma longa lista de ações deliberadas de negacionismo científico, enquanto o número de mortos por COVID-19 ultrapassa 670 mil no Brasil, sendo que mais de 400 mil vidas foram perdidas em 2021, quando as vacinas já estavam sendo produzidas.

3. Resistir à descivilização e valorizar a vida

O governo Bolsonaro materializou as políticas descivilizadoras da ultradireita no mundo: apoio à violência policial e liberação de armas, por



parte do presidente, seus filhos, e do Ministro da Justiça Sergio Moro, com a proposição de um pacote de leis penais extremamente duras que visam assegurar impunidade a policiais em qualquer situação, e retirada de garantias de defesa aos cidadãos comuns. Séries de discursos bizarros de ministros pautados por uma moralidade conservadora radicalizada se tornaram a regra.

As propostas do governo orientam-se pela retirada de direitos, autorização para uso de armas e violência estatal, desmantelamento do mecanismo de combate à tortura nas prisões. Todas as políticas de prevenção da violência foram desmanteladas, as políticas de direitos humanos abandonadas em favor de uma defesa tacanha de modelos de família e papéis de gênero há muito ultrapassados pelas práticas sociais. Incentivo ao desmatamento, desmantelamento do Código Florestal, afrouxamento das leis ambientais, aprovação do uso de mais de 1500 agrotóxicos proibidos em outros países. Negacionismo da ciência e total desinteresse na vida dos cidadãos brasileiros abertamente demonstrados durante a pandemia.

Trata-se de uma reversão no processo civilizador (ELIAS, 1993), com a perda de relevância da vida individual e o descontrole civil das ações do Estado e das empresas. Muito mais do que atacar as universidades federais, é negação sistemática da contribuição da ciência em todos os campos da vida social.

Que a banalização da morte seja compreendida em seus significados sistêmicos e que as comunidades universitária e científica assumam seu papel ético histórico de defesa da vida e dos direitos humanos. É o que desejo ao futuro da Áskesis.

Referências bibliográficas

AMEAÇADA de morte, defensora da legalização do aborto vai deixar o Brasil. **Hypeness**. 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/12/ameacada-de-morte-ativista-defensora-do-aborto-vai-deixar-o-brasil/>. Acesso em 31 jan. 2022.

BERTONI, Estêvão. O que muda no Censo de 2020 com os cortes nos questionários. **Nexo**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/04/O-que-muda-no-Censo-de-2020-com-os-cortes-nos-question%C3%A1rios>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 56-59, Oct. 2017.

CALIMAN, Adriano. Cortes no orçamento ameaçam o progresso da ciência brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 8 set. 2019. Ciência. Disponível



em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/09/cortes-no-orcamento-ameacam-o-progresso-da-ciencia-brasileira.shtml>. Acesso em 9 fev. 2022.

CAMPOS, Edemilson Antunes. A pesquisa científica em tempos sombrios: o caso da pesquisa da Fiocruz sobre o uso de drogas no Brasil e as contribuições das Ciências Humanas e Sociais. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 127-135.

CORTES de bolsas vão impactar em pesquisas científicas e podem afetar a economia de São Carlos. **G1**. São Carlos e Araraquara. 6 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/09/06/cortes-de-bolsas-va-impactar-em-pesquisas-cientificas-e-podem-afetar-a-economia-de-sao-carlos.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2022.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização, volume 2, São Paulo: Jorge Zahar, 1993.

ESTUDO conclui que sintomas neurológicos pós-vacina contra HPV no Acre estavam relacionados a estresse, não à vacina. **OPAS**. 29 nov. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/29-11-2019-estudo-conclui-que-sintomas-neurolgicos-pos-vacinacao-contrahpv-no-acre> . Acesso em 31 jan. 2022.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. **El país**. São Paulo. 7 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html Acesso em: 9 fev. 2022.

LIMA, Idalice R. M. Extremamente neoliberal e neoconservadora: a construção antidemocrática da educação no Brasil. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021.

MADEIRO, Carlos. Brasil só atinge meta de uma vacina obrigatória e peca mais em 2ª dose. **Uol**. Maceió, 8 set. 2019. Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/09/08/cobertura-de-vacinacao.htm> . Acesso em 31 jan. 2022.

MEC quer censurar curso da UnB sobre o golpe de 2016. **Rede Brasil Atual**. 22 fev. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/02/mec-quer-censurar-curso-da-unb-sobre-o-golpe-de-2016/> . Acesso em 31 jan. 2022.



MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. O Escola Sem Partido e a emergência da direita que ousa dizer o nome. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 45-67.

PONTES, Nádia. "Não podemos nos calar", diz ex-diretor do Inpe. **DW Brasil**. 17 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-podemos-nos-calar-diz-ex-diretor-do-inpe-sobre-censura/a-50060602>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SCHOLARS AT RISK. **Free to Think**, 2019. Disponível em <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2019/>. Acessado em 01 mar. 2022.

SINHORETTO, Jacqueline. Liberdade acadêmica ameaçada: a ascensão da ultradireita no Brasil. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 107-125.

TUESTA, Esteban F.; DIGIAMPIETRI, Luciano A.; DELGADO, Karina Valdivia; MARTINS Nathália F. A.. Análise de participação das mulheres na ciência: um estudo de caso da área de Ciências Exatas e da Terra no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 37-62, jan./abr. 2019.

UnB defende autonomia das universidades frente à censura. **Rede Brasil Atual**. 7 mar. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/03/unb-defende-autonomia-das-universidades-frente-a-censura/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Como citar este ensaio:

SINHORETTO, Jacqueline. O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 38-51, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.791>

Data de submissão do ensaio: 12/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



A sociologia: inútil ou constrangedora?¹

Jacob Carlos Lima²

Resumo: Desde sua origem a sociologia enfrenta desafios acerca de sua legitimação enquanto conhecimento científico e acadêmico. É constantemente desafiada a demonstrar sua relevância e utilidade. Por ter como objetivo compreender as relações sociais, desvendando o aparente e recuperando o não visível nas estruturas sociais, incomoda pelo que revela. Por não ser uma ciência normativa, é questionada em sua utilidade. Neste artigo recupero historicamente alguns momentos desse debate, centrado na sociologia brasileira, sua institucionalização e expansão, os ataques que vem recebendo mais recentemente pelo poder público, e os desafios enfrentados no quadro pandêmico que estamos vivendo.

Palavras-chave: Sociologia e institucionalização. A sociologia com ameaça. Sociologia, utilidade e relevância. Sociologia no Brasil. Sociologia e pandemia.

Sociology: useless or awkward?

Abstract: Since its origin, sociology faces challenges about its legitimization as scientific and academic knowledge. It is constantly challenged to demonstrate its relevance and usefulness. Because its objective is to understand social relations, unveiling the apparent and recovering the unseen in social structures, it is disturbing because of what it reveals. Because it is not a normative science, its usefulness is questioned. In this article I recover historically some moments of this debate, focusing on Brazilian sociology, its institutionalization and expansion, the attacks it has been receiving more recently from public authorities, and the challenges faced in the pandemic scenario we are living.

Keywords: Sociology and institutionalization. Sociology as a threat. Sociology, utility and relevance. Sociology in Brazil. Sociology and the pandemic.

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2019.

² Professor Titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos -SP. E-mail: jacobl@ufscar.br. ORCID <http://orcid.org/0000.0001.6475-9575>.



Desde sua origem no século XIX, a sociologia enfrenta desafios referentes a sua legitimação enquanto conhecimento científico na academia e fora dela. Questiona-se não apenas a sua cientificidade, dada a pluralidade de seus enfoques, mas também a inexistência de um corpo teórico-metodológico dominante que a caracterizaria. Isso, para Weber, seria um atributo das ciências históricas na qual se encontra a sociologia, que pereceria de uma eterna juventude “dado o permanente fluxo da cultura”. Assim, a sociologia constantemente é desafiada a demonstrar sua relevância e utilidade. Por ter como objetivo compreender as relações sociais, desvendando o aparente e recuperando o não visível nas estruturas sociais, incomoda pelo que revela. Por não ser uma ciência normativa, é questionada em sua utilidade.

Neste artigo recupero historicamente alguns momentos desse debate, centrando na sociologia brasileira, sua institucionalização e expansão, os ataques que vem recebendo mais recentemente pelo poder público.

Afinal, para que serve a sociologia?

1. A institucionalização – um pouco de história

A jovem ciência da sociologia nasceu plural. Pluralidade que refletia o acirramento dos conflitos sociais num contexto de rápidas transformações sociais representadas pela industrialização e urbanização na Europa e Estados Unidos e as distintas interpretações que assumiram. No debate social e político do século XIX, foi vista inicialmente com desconfiança, tanto pelos setores progressistas, como pelos conservadores. Foi duramente criticada por autores marxistas pelo seu positivismo e conservadorismo, uma ciência burguesa em sua proposta de uma ciência social que visava o conhecimento como forma de manutenção da ordem vigente. Ao mesmo tempo, também foi percebida no campo marxista como uma sociologia na qual a teoria do materialismo histórico seria sua expressão, utilizando o método dialético e buscando analisar a sociedade a partir das suas contradições e de sua transformação (BUKHARIN, [1921]1970). No campo conservador foi vista como uma ameaça, dada sua abordagem considerada crítica à ordem vigente e confundida com socialismo, num contexto que grandes transformações sociais e onde o “espectro do comunismo” assombrava a Europa (Marx, 1996). Saint-Simon, considerado um dos fundadores do socialismo utópico, foi percebido por Durkheim também como um dos fundadores da sociologia, uma vez que elaborou todas as ideias fundamentais da sociologia, sendo que Comte a construiu efetivamente “definindo-lhe o “método e constituindo seu enquadramento” (DURKHEIM, 1975:108-109).

Tanto Weber como Durkheim, assim como outros autores clássicos como Simmel e Tonnies, tiveram Marx como referência, uns mais outros



menos, mesmo quando buscavam refutar suas análises. Isto demonstra uma característica das ciências humanas de forma geral, da inexistência de um paradigma, como nas ciências naturais e exatas, que pressupõe certo padrão metodológico na busca de dados, assim como nas interpretações possíveis dadas as características de seus objetos.

Para Weber a sociologia é uma ciência explicativa e interpretativa, na qual o pesquisador integra o objeto que estuda o que torna a busca da objetividade do conhecimento mais complexa. Refuta, dessa forma, a proposição durkheimiana da exterioridade do objeto e com isso neutralidade na análise dos fenômenos sociais, propondo a neutralidade axiológica, ou seja, com relação aos julgamentos de valor.

Além das questões políticas e epistemológicas, que não iremos nos deter aqui, a disciplina enfrentou dificuldades na sua institucionalização nas universidades europeias em função de feudos acadêmicos consolidados. Essa característica fortemente nacional marcou seu desenvolvimento, não apenas dentro do campo científico, mas também nas possibilidades de formação e profissionalização.

Do outro lado do Atlântico Norte, a sociologia se institucionalizou já com a fundação do primeiro departamento de sociologia na Universidade de Chicago ainda em 1892. A formação em sociologia, nas duas primeiras décadas do século XX, já vai até o doutorado, com a profissionalização de seus formandos. A característica da sociologia norte-americana estava em sua preocupação de abordar problemas sociais decorrentes da industrialização, da grande onda imigratória e, internamente, a questão racial com a migração massiva dos negros do sul escravagista para os industrializados estados do nordeste, menos no sentido da compreensão da transformação social, mas de analisar como se dava a integração social e os conflitos daí advindos. O trabalho empírico torna-se o centro da atuação. Tem início a experimentação e o desenvolvimento de técnicas de pesquisa que irão constituir o instrumental metodológico da disciplina (COULON, 1995).

Na Europa conflagrada por duas guerras mundiais e crises econômicas e políticas entre elas, o processo foi mais lento. Na revolucionária União Soviética, a sociologia tida como ciência burguesa, foi substituída por Materialismo Histórico, que se tornou a ideologia oficial do Estado e o mesmo ocorreu nos países da Europa Oriental após a segunda guerra mundial. O mesmo ocorreu na China após a revolução socialista. A disciplina, entretanto, foi “reabilitada” a partir do processo de desestalinização na URSS a partir de 1956 e na China em 1979. Dessa forma, a sociologia marxista, se desenvolveu fora da ortodoxia soviética e passou a compor o chamado Marxismo Ocidental em todas as suas variações (ANDERSON, 1999).

Na Alemanha Ocidental, o primeiro curso de graduação em sociologia foi aberto em 1954, no período de reconstrução do país no governo Adenauer, imerso no centro da guerra fria, e que via a disciplina com desconfiança



(ADORNO, 2007). Na França, foi um pouco mais tarde, em 1959, enfrentando as resistências do conservadorismo católico e dos feudos acadêmicos estabelecidos nas universidades (DUBET, 2015).

No Brasil, desde o final do século XIX a sociologia foi percebida igualmente como representante da modernidade capitalista, havendo discussões para a introdução da disciplina do ensino médio e superior. Em 1881, a reforma educacional de Benjamin Constant propôs a Sociologia no ensino médio, mas a proposta nunca foi levada adiante e em 1882, Rui Barbosa, apresentou projeto de reforma do ensino secundário e superior, com a introdução da sociologia no quadro das matérias dos cursos de Direito (AZEVEDO, 1976).

Sua institucionalização teve início com a formação universitária: a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933³, com a abertura do curso de sociologia e política, seguido em 1934 pelo curso de ciências sociais da USP. Ambas, a ELSP e a USP, tiveram como suporte a elite paulistana, formada por empresários e intelectuais, na perspectiva da modernização e industrialização do país, na formação de quadros qualificados para o Estado, empresas privadas e para o ensino médio. A modernização como racionalização da gestão estatal e empresarial da qual a sociologia seria um instrumento. Um exemplo, entre outros, dessa preocupação, foi a existência de “Departamentos de Sociologia” em federações empresariais como a Federação do Comércio de São Paulo. Essa institucionalização da formação foi a primeira na América Latina.

Os dois cursos, o da ELSP e o da USP, se constituíram em modelos que foram reproduzidos no país. A diferença entre ambos estava no caráter de pesquisa e formação de quadros do primeiro; e na formação de professores no segundo. Distinção esta que vai desaparecendo a partir dos anos 1940. Entretanto, esses modelos permaneceram até a reforma universitária de 1971, outros antes, como no caso da existência dos dois cursos numa mesma universidade como o caso da UFMG. Com exceção da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, todos passaram a ser chamados de Ciências Sociais.

A percepção da sociologia como expressão da modernidade durou pouco. Entre 1925 e 1942, algumas propostas de obrigatoriedade da sociologia no ensino médio e no preparatório para cursos superiores foram implementadas em alguns estados, mas a reforma Capanema de 1942⁴ retirou sua obrigatoriedade. É desse período, com a guerra fria se instalando, que a sociologia passa a ser vista como uma ameaça. A alta hierarquia católica interessada no controle do ensino universitário, ora em organização no país, via a racionalidade da disciplina como potencialmente destruturadora, uma subversão dos “valores tradicionais da família brasileira”. Florestan

³ Inspirada no modelo da *Science Po* de Paris, criada em 1872 e até 1945 chamada de *École Libre des Sciences Politiques*.

⁴ Reforma educacional do governo Vargas, capitaneado por Gustavo Capanema, então ministro da educação, que refletia o ideário nacionalista do Estado Novo (Veja-se Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000).



Fernandes destacou esse fato ao escrever nos anos 1950 sobre os desafios para a profissionalização e a pesquisa sociológica no país, que além da necessidade de financiamento público para se tornar viável, enfrentava os entraves do reacionarismo político dominante que dificultavam qualquer avanço (FERNANDES, 1977).

Em termos de produção, a sociologia brasileira foi se constituindo no período 1945-1964 a partir dos grandes debates nacionais da construção do país e suas mazelas, com um sentido crítico crescente, mas ainda fortemente ensaística. Alguns autores identificavam uma escola de sociologia paulista, mais acadêmica e profissional, voltada a estudos sobre mudança social, e uma mais ideológica ou pública, no Rio de Janeiro, mais vinculada aos grandes debates nacionais do período, como o debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento (ALMEIDA, 1987; PEIRANO, 1991; VILLAS BOAS, 1991). Ambas se aproximando na interpretação e análise da modernização de um país periférico como o Brasil. Entretanto, análises mais recentes contestam essa separação, destacando o debate sobre profissionalização no Rio de Janeiro, no qual Luiz da Costa Pinto é um dos expoentes do que seria uma sociologia profissional (VILLAS BOAS, 2005; BOTELHO, 2009; SEGURA-RAMIREZ, 2001).

Ainda na institucionalização, é importante nos referirmos aos dois únicos cursos de pós-graduação no país na área de ciências sociais até o final dos anos 1960 na ELSP com o primeiro mestrado defendido em 1943 e doutorado em 1945; e na USP, o primeiro doutorado em 1945 e mestrado em 1953. Ambos funcionaram de forma tutorial até a reforma de 1971 (LIMA, 2019⁵).

2. A expansão e consolidação

O número de formados na Escola de Sociologia e Política e na USP até 1955 não chegava a 300: 130 formados na primeira e 150 na segunda (MICELI, 1987), considerando aqui apenas os cursos no estado de São Paulo. A partir da década de 1960 esse número começa a crescer de forma contínua. Sobre os formandos nos outros estados, os dados que temos são precários não apenas em seu número, mas também no destino dos seus profissionais^{6,7}. Desde 1937, quando se formou a primeira turma da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o número raramente atingia 10 formados anualmente, havendo anos sem nenhum formado. Em 1964 havia no país cerca de 21 cursos de

⁵ A pós-graduação da ESP continuou de forma tutorial até 1986 quando não foi credenciada pela CAPES (LIMA, 2019).

⁶ Mourão (2008, p. 126) utilizando dados do curso de sociologia e política da UFMG, afirma que no período 1956 e 1966 formaram-se 172 pessoas. Nesse mesmo período a Escola de Sociologia e Política de São Paulo tinha formado 323 (ESCOLA DE SOCIOLOGIA..., s/d).

⁷ Miceli (1987), faz uma estimativa acerca desse período, assim como da inserção no mercado de trabalho. O Curso de Ciências Sociais como formação de professores e os de Sociologia e Política mais direcionados a funções no Estado ou em atividades culturais.



graduação⁸.

A pesquisa ainda engatinhava pela inexistência de órgãos de fomento, sendo dependente, de forma majoritária, de projetos internacionais ou do apoio de órgãos internacionais de fomento⁹. A Fapesp, como órgão de fomento do estado de São Paulo, passou a funcionar a partir de 1962 tendo Florestan Fernandes entre seus primeiros conselheiros. O CNPq, fundado em 1951, incluiu o apoio a pesquisas em humanidades a partir de 1965 e o financiamento efetivo a partir de 1974 quando se torna uma autarquia com o nome atual. A CAPES, também fundada em 1951, sempre esteve mais focada na formação e qualificação de pessoal, com bolsas de estudos e fomento a pós-graduação, sendo que no período de 1957 a 1963, o chamado Programa Universitário – PGU – era um dos que recebiam maiores recursos. A área de Humanidades entrava nesse quadro na formação de pessoal qualificado para o Estado, situação que se altera a partir da segunda metade dos anos 1970. Por fim, a Fundação Ford e FINEP tiveram um papel importante no financiamento da pós-graduação em ciências sociais no Brasil, principalmente no período 1966-1985, o que contribuiu para sua expansão e consolidação (FIGUEIREDO, 1988).

Em termos associativos, a Sociedade Brasileira de Sociologia surgiu em 1950 como desdobramento da Sociedade Paulista de Sociologia de 1937 que poderia ser chamada de paulistana, pois reunia apenas professores e alunos dos dois cursos da cidade de São Paulo, e que teve existência meramente formal. A partir de 1950 e dos congressos de 1954 e 1962, passou a ter abrangência nacional com suas diretorias compostas de forma a ter maior representatividade.

O golpe e a ditadura militar que se estendeu pelos 21 anos seguintes, mesmo não tendo fechado os cursos da área, perseguiu, aposentou e exilou seus professores. A preocupação dos militares de então, com a autonomia científica e tecnológica, assim como sua preocupação em atender demandas da classe média por ensino superior, implicou na expansão da pós-graduação e pesquisa também para a área de humanidades e dentro desta, das ciências sociais.

A partir do Parecer Sucupira de 1965, que buscava regulamentar a pós-graduação no Brasil de forma similar ao norte-americano, surgiram algumas experiências de pós-graduação e a partir da reforma educacional de 1968 (regulamentada em 1971), tornaram-se política pública do Estado brasileiro. Alguns mestrados foram abertos, como o de ciências sociais rurais da ESALQ-USP Piracicaba – juntando Economia e Sociologia (1966); o PIMES na UFPE

⁸ Esse dado é do e-mec e só indica cursos ainda em funcionamento em 2020.

⁹ Por exemplo a pesquisa sobre relações raciais no Brasil (UNESCO-Universidade de Colúmbia); a pesquisa Universidade de Colúmbia com o governo da Bahia no estudo do Recôncavo Baiano (Brandão, 1998); o financiamento do *Smithsonian Institute* na Escola de Sociologia e Política, para a vinda de professores e mesmo para os estudos de comunidade do período; a missão francesa na USP e na Universidade do Distrito Federal.



(1967), também com sociologia e economia, Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ (1968) e Ciência Política do IUPERJ podem ser considerados os primeiros na área de Ciências Sociais, no novo modelo.

Com a democratização e o papel desempenhado pela CAPES e pelo CNPq na organização da pesquisa e pós-graduação, podemos nos referir, não apenas à expansão, mas à consolidação da formação em pesquisa em ciências sociais e em sociologia em particular. A partir dos anos 2000, a expansão das universidades públicas favoreceu a criação de cursos de graduação e pós-graduação na maioria dos estados da federação, assim como o aumento de verbas para pesquisas, agora também com o aporte das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais.

Progressivamente, a produção acadêmica no país tornou-se referência internacional, não apenas em termos quantitativos, mas qualitativos. A organização da ANPOCS e realização sistemática dos seus encontros anuais a partir de 1977 possibilitou um espaço de debates acerca de resultados de pesquisa aos quais foram se incorporando outros congressos da área que contribuíram para a construção do campo acadêmico e de uma cultura científica até então bastante frágil. A SBS só organizou seu terceiro encontro no fim da ditadura, dez anos depois da ANPOCS, em 1987.

Esse processo foi marcado pelas injunções políticas e econômicas. Apesar das crises, foi mantida a continuidade na formação. Se pensarmos no período de 1933 a 2021, são 88 anos de formação; 84 dos primeiros graduados (1937); 71 anos da primeira tese defendida (1945); e 68 anos da primeira dissertação defendida.

3. E a profissionalização?

Em aula inaugural ministrada em 23/04/1968 na Universidade de Frankfurt, Adorno (2007) alertava os alunos que pretendiam ter a sociologia como eixo principal da sua graduação. Mostrava seu pessimismo sobre as perspectivas profissionais para os sociólogos na Alemanha, pelo aumento do seu número e pela dificuldade de absorção dos formados num contexto econômico de recessão de 1966 e 1967. E afirmava que mesmo nos EUA – que chamava de paraíso da Sociologia – encontrar emprego na área não estava fácil. Indicava outro problema que diz respeito à pós-graduação, e que até hoje temos que enfrentar: a universidade não era apenas uma incubadora de sociólogos, mas sua principal consumidora. Chamava a isso de relações incestuosas e pouco desejáveis, o que indicava a contradição entre um desejo de formação e as possibilidades efetivas de emprego na área. E isto num momento em que o Estado social na Europa ainda incorporava parte significativa dos profissionais de sociologia.

Um depoimento pessoal. Quando comecei a estudar sociologia, uma dúvida que me acompanhou por todo o curso era o que iria fazer com um



diploma de ciências sociais. Gostava do curso, de suas discussões teóricas e dos embates políticos, mas não vislumbrava minha inserção no mercado de trabalho. As discussões em sala de aula passavam ao largo da questão da profissionalização, mantendo ora um recorte acadêmico, ora de intervenção política. Em casa, meu pai me fazia uma pergunta básica: o que era a sociologia e para que servia? Por mais que tentasse explicar, ele nunca entendeu, talvez porque eu mantinha minhas próprias dúvidas e não conseguia explicar com clareza. Mas ele teve um lampejo, equivocado sem dúvida, quando FHC virou presidente. Passou a me perguntar se eu iria trabalhar em Brasília no governo. A partir daí vinculou a minha formação a possibilidades concretas de atuação no Estado, desconsiderando minha atividade enquanto professor universitário. Ou seja, nunca teve clareza da atividade do sociólogo e do professor que não considerava enquanto trabalho.

Quando me formei em 1979, estávamos na crise recessiva que teve início em 1973 com o fim do milagre econômico do regime militar. Nesse momento, a pós-graduação aparecia como uma qualificação a mais visando a uma empregabilidade na área, repetindo Adorno, entre o desejo de formação e as possibilidades concretas de emprego. Terminei a graduação em dezembro e em março já assistia às aulas no mestrado. Fui “pesquiseiro”¹⁰ e professor de ensino médio, sempre com contratos flexíveis ou sem contrato algum. Entretanto, o sistema de universidades federais tinha sido organizado e ainda se expandia pelo país e vários postos de trabalho passaram a ser oferecidos, e a titulação pós-graduada era um diferencial importante. Prestei concurso e construí minha carreira como professor e pesquisador em sociologia na universidade pública. Para mim a formação graduada em ciências sociais foi a primeira etapa para a profissionalização e, confirmando a assertiva de Adorno: a universidade formando quadros para a própria universidade. E isso não apenas em sociologia ou ciências sociais. Caso a intenção seja ser pesquisador no Brasil, mais de 90% da pesquisa é realizada nas universidades públicas.

A academia é a parte mais visível da profissionalização do sociólogo, mas não é a única. O número de formados em ciências sociais que permanecem na academia é muito restrito. Utilizando dados censitários de 2010, Baltar e Baltar (2017) apontam que apenas 6,40% dos graduados em ciências sociais (o que inclui antropólogos e cientistas políticos) estão na academia. Os demais se encontram em múltiplas atividades no mercado, como sociólogos, técnicos de planejamento, assessores, consultores, professores do ensino médio e outros sem especificação. No geral o debate sociológico se dá na academia e é nela que o sociólogo – professor e pesquisador – adquire maior visibilidade.

¹⁰ Atuava na aplicação de questionários em diversos projetos temporários.



4. A utilidade da sociologia

Para Dubet (2012, p.10),

as sociedades modernas necessitam da sociologia porque são modernas, porque sabem que são consciência de sua própria ação, porque o mundo se abriu, porque as culturas e as sociedades se entrelaçam cada vez mais uma com as outras e reconhecem-se o tempo todo. Porque sabemos que as respostas aos problemas sociais que nos escandalizam – a pobreza, a opressão, a violência – passam por convicções morais e pela vontade política, e pelo conhecimento, pela sociologia e por todas as ciências sociais.

Enquanto conhecimento sistematizado, a sociologia permite a compreensão crítica das transformações capitalistas seja na análise de temas clássicos como trabalho, movimentos sociais, organizações, a educação, a família, a religião, seja nos temas emergentes, as periferias urbanas, as migrações, as minorias étnicas, sociais e sexuais, as políticas públicas, os meios de comunicação, o meio ambiente, a ciência e a tecnologia, a saúde, gênero, enfim tudo o que abrange a sociabilidade humana. Não é à toa que nós sociólogos discutimos sobre tudo.

O que está em jogo não é a utilidade da sociologia, mas seu poder de desvendar as estruturas sociais, o que raramente interessa aos poderes de plantão.

Segundo Jacobsen e Tester (2015, p. 15),

a sociologia é útil quando oferece narrativas que ligam à época e a experiência. A sociologia é inútil quando fornece informações, e ativamente perigosa quando é vendida aos poderosos. A sociologia é exitosa quando assumida por homens e mulheres como ferramenta pela qual e com a qual podem conectar suas vidas à sua época; avaliar como transformar aquelas significa agir sobre esta.

Bourdieu (2013), em seu “elogio” à sociologia, afirma que a sociologia sempre está sob suspeita nos meios conservadores, acusada de fazer política. Por estudar o seu próprio mundo, termina dando a impressão que toma partido. Mas ao contrário, por estar permanente exposta a essas suspeitas, a disciplina se defende com um forte arcabouço teórico-metodológico. E faz uma indagação se alguém pergunta da utilidade da química, física, arqueologia e mesmo a História. Para ele, o desenvolvimento da sociologia e o progresso do conhecimento científico da sociedade responde aos interesses gerais dessa mesma sociedade. Assim pode ser considerada de interesse público.

No Brasil, desde a metade da década de 2010, assistimos um acirramento dos ataques à sociologia, questionando o porquê de financiar pesquisas na área. O então governador de São Paulo, em 2016, questionou o financiamento pela Fapesp a pesquisas inúteis, citando especificamente a Sociologia. Foi desmentido pela própria Fapesp que demonstrou que apenas 10% do



orçamento daquele ano para as ciências humanas e sociais (ARBEX; LOPES, 2016). Em 2019, apenas 1,4% das bolsas do CNPq foram para as ciências sociais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

O golpe parlamentar de 2016 potencializou a onda conservadora e reacionária que se fortaleceu a partir de 2013 no país. Entre suas primeiras medidas para atender seus patrocinadores, foi feita uma reforma a toque de caixa das relações de trabalho, “modernizando” a CLT com a retirada de direitos básicos do trabalhador e a reforma do ensino médio voltada ao “mercado” que, mais uma vez, tirou a obrigatoriedade da disciplina dissolvendo-a em temas transversais.

O presidente eleito em 2019, junto com um de seus vários ministros da educação, retomou o discurso da inutilidade do conhecimento sociológico (e científico de forma geral) logo no início do mandato, desqualificando-o, dizendo que as universidades públicas não deveriam investir em Sociologia e Filosofia e quem quisesse cursar essas disciplinas teria que ir para a universidade privada. Os dados do Inep neste mesmo ano demonstravam que apenas 3% dos alunos de universidades públicas estavam nesses cursos. Aliás, esse é um dos motivos da maioria das universidades e escolas privadas não ter interesse em oferecer esses cursos, a não ser na forma de EAD: a demanda é baixa, o mercado de trabalho é difícil e a desistência é alta. Trocando em miúdos, não dá lucro.

5. Porque a sociologia constrange

Num livro chamado “Em defesa da Sociologia” de 1996, Giddens indaga porque a sociologia irrita tanto. Para ele, alguns sociólogos responderiam que por ignorância; outros, por medo. Por que medo? Porque veem seu objeto como perigoso e incômodo, que subverte nossas concepções sobre nós mesmos como indivíduos e sobre os contextos sociais que vivemos.

A disciplina, nos anos 1960, esteve no centro das lutas sociais e adquiriu uma reputação de radicalismo vinculado à esquerda política com questionamentos da ordem burguesa. Passou a atrair estudantes preocupados não apenas em conhecer a sociedade, mas também como transformá-la. No final dos anos 1980, com a onda neoliberal, e o desmonte do bloco socialista, a sociologia passou a ser questionada pelo que seria a crise dos paradigmas ou o fim das grandes narrativas representadas pelo marxismo e o funcionalismo, que não dariam mais conta da pós-modernidade representada pelo capitalismo flexível, a fragmentação identitária e os novos movimentos sociais.

O caráter questionador e revolucionário da sociologia moldado nas lutas dos anos 1960 e 1970 como instrumento da transformação social perdeu força, assim como a aura construída nessas décadas. Não apenas na Europa, mas nos Estados Unidos e na América Latina. Citando Horowitz, no livro *The*



Decomposition of Sociology, Giddens destaca a crise da sociologia americana com o fechamento de departamentos em diversas universidades daquele país o que seria mais uma crise de uma ciência que surgiu numa crise e que as têm como seu objeto de estudo.

Esse exemplo foi utilizado por Silke Weber¹¹ na aula inaugural ministrada na abertura do novo curso de graduação em Ciências Sociais da UFPB em João Pessoa, do qual fui um dos organizadores e seu primeiro coordenador em 1994. O contexto dos anos 1990 era de reformas neoliberais que costumam atribuir ao Estado o mau funcionamento do capitalismo. Com sua costumeira política de “enxugamento” do Estado, as universidades públicas ficaram numa penúria que não tinham dinheiro nem para pagar água e luz, e as verbas de pesquisa minguaram. Situação que passou a se repetir a partir de 2016 e desde 2019 com uma sanha destruidora, no sentido de desmonte do próprio Estado e suas políticas sociais. Silke Weber destacou em sua fala, a crise que a sociologia estava vivendo, no qual ao mesmo tempo em que se fechavam cursos, outros eram abertos evidenciando o caráter de resistência da disciplina. Essa crise, no Brasil, a partir da metade da década de 2000 foi superada com aumento de verbas para pesquisa, expansão da pós-graduação e da graduação assim como da obrigatoriedade da sociologia no ensino médio. Se não resolveu a questão da empregabilidade da área, a amenizou com a possibilidade efetiva de acesso à carreira e a verbas de pesquisa.

Mas voltando a Giddens e sua questão do porquê a sociologia irrita tanto, no Brasil esse medo acompanha o desenvolvimento da disciplina desde seus primórdios no país. Podemos falar da predominância dos dois: ignorância, hoje vista como um valor positivo e festejada nas redes sociais e assumindo quase um caráter de política pública; e medo pelo que ela revela, desagradando os poderosos de sempre.

6. Desafios pandêmicos e extra-pandêmicos

Ao lado de questões políticas que ameaçam o fazer sociológico, enfrentamos outros desafios que poderiam ser chamados de “internos” ao campo da sociologia e que merecem ser citados. Um deles é a própria formação do profissional em sociologia. Desde o surgimento dos primeiros cursos de graduação, poucas alterações foram feitas nos currículos, e sempre foi muito alta a taxa de abandono desses cursos, seja pelas baixas expectativas em termos de mercado de trabalho, seja por ser pouco atrativo em sua organização interna. Segundo Villas Boas (2003), tendo como referência o curso de ciências sociais da UFRJ, mudanças curriculares não têm resultado em menor abandono do curso, considerando que, em linhas gerais, apenas se acrescentam ou tiram disciplinas. Demonstrando a experiência com o

¹¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.



programa de Iniciação Científica que integrou os alunos na pesquisa desde cedo, teve o mérito de reduzir para 2% as desistências na UFRJ. Além disso, deve ser considerado que os alunos quando entram no curso, mesmo quando tiveram a disciplina sociologia no ensino médio, têm pouca informação sobre o funcionamento do curso e suas perspectivas de emprego.

Os cursos de ciências sociais têm sido criticados por sua excessiva generalidade ou teorização, com pouca vinculação com a prática cotidiana dos alunos. Nos cursos disciplinares, como a licenciatura em sociologia, raramente muda a estrutura de ciências sociais, incluindo apenas os créditos de licenciatura. Nos cursos de antropologia e ciência política, organizados a partir da constatação da generalidade das “ciências sociais”, praticamente não abordam a sociologia em sua estrutura curricular. A introdução das ênfases na graduação de ciências sociais, na qual o aluno pode optar a partir do 5º semestre por uma das três áreas, muda pouca coisa, uma vez que o aluno termina fazendo as três ênfases como forma de se garantir no mercado de trabalho.

Algumas experiências recentes têm rompido um pouco essa mesmice propiciando uma formação mais centrada, mas que ainda faltam estudos comparativos que resgatem seus diferenciais. A Unilab no Ceará tem uma proposta em dois ciclos. O Bacharelado em Humanidades em quatro semestres que possibilitam aos estudantes uma formação interdisciplinar; seguido pelo segundo ciclo chamado de terminalidades, em seis semestres no qual os alunos podem ou não continuar seus estudos em licenciaturas, na qual uma delas é a Sociologia. Uma versão diferenciada do ciclo básico proposto por Darcy Ribeiro e fracassado durante o período militar. O ex-Reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho, propôs o programa chamado Universidade nova, baseado na proposta de Anísio Teixeira, na qual o projeto da Unilab foi implementado. Um primeiro ciclo de estudos interdisciplinares seguido por um segundo voltado às formações profissionais específicas. Essa proposta foi incorporada nas novas universidades federais, surgidas na década de 2010, tendo havido forte resistência das universidades já consolidadas.

De 2014 a 2019, houve uma queda de 47%, segundo ranking universitário da Folha - RUF (CUNHA, 2019), na procura dos cursos em ciências sociais, seja pela retirada, mais uma vez, da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio seja pelos ataques que vem sofrendo num contexto político, em que é percebida como inútil ou ideologicamente orientada. Nada de muito novo, mas com um grande impacto na procura dos alunos.

Martins (2019) questiona a não existência de uma sociologia aplicada aos grandes temas nacionais, como por exemplo, teria havido nas décadas de 1950 e 1960 com a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento e a modernidade industrial que se anunciava. Entretanto passamos de uma sociologia centrada no eixo Rio-São Paulo, com a pesquisa ainda engatinhando para a constituição do campo nacionalmente com a expansão da formação



e da pesquisa e o crescimento das diversas subdisciplinas que a compõem que se vinculam a uma sociologia aplicada como, por exemplo, a sociologia ambiental, a sociologia do trabalho, a sociologia urbana, da desigualdade social, entre outras, que poderiam somar na formação dos sociólogos contribuindo para melhorar sua problemática empregabilidade. Da mesma forma, cada vez torna-se mais necessário um domínio das tecnologias digitais e ainda são poucos os cursos que se preocupam com isso.

A questão não é responder sobre o utilitarismo imediato do conhecimento sociológico, mas evidenciar sua efetiva utilidade como conhecimento básico na compreensão das estruturas sociais e aplicável para o conhecimento e propostas de resolução.

Na pós-graduação, num contexto de crise como a atual, temos mestres e doutores bem formados, mas sem muitas perspectivas de institucionalização; ou mesmo emprego em escolas particulares, dada à flexibilização crescente do MEC com relação à titulação exigida para professores de ensino superior. As escolas particulares se desobrigam de contratação de titulados optando por professores graduados, mais baratos no mercado e se beneficiando de legislação que flexibiliza os currículos, tornando parte das disciplinas a distância. Essa situação foi agudizada pela reforma Temer que autorizou essas universidades a oferecer 40% do conteúdo de seus cursos de forma *on-line*. As ciências sociais e humanas, com disciplinas majoritariamente teóricas, serão as primeiras a serem totalmente *on-line*, possibilitando a gravação de aulas, correção de provas com inteligência artificial - que já vem ocorrendo, como mostra reportagem de Domenici (2020), precarizando ainda mais o trabalho do professor e eliminando milhares de postos de trabalho.

A pandemia aguçou o que já estava ruim. Menos bolsas, menos investimentos, que inviabilizam a pesquisa e mesmo a continuidade da pós-graduação. Esta está particularmente ameaçada com o desmanche crescente da CAPES, a suspensão da avaliação através de discutível medida jurídica, e a pressão das escolas particulares de liberação da pós-graduação totalmente *on-line*.

7. Concluindo

Mas, voltando às ameaças concretas no plano político, com o governo emergido do golpe parlamentar de 2016 e a agudização da crise política e econômica, a educação e a universidade começaram a sofrer cortes e contingenciamento de suas verbas comprometendo seu funcionamento.

Essa situação se radicaliza com o governo que se assumiu, em 2019, declaradamente anti-universidade, de um neoliberalismo tacanho e com tendências fortemente autoritárias. A sociologia e a filosofia foram eleitas como as grandes inimigas em uma luta ideológica imaginária, na qual seriam



as propagadoras de um “marxismo cultural” que nem seus papagaios digitais sabem o que é. Mais do que a sociologia e a filosofia, a grande inimiga é a inteligência, vista como potencialmente perigosa, arregimentando ressentidos sociais incomodados com a maior inclusão social dos últimos anos. Assistimos pouca reação aos disparates presidenciais e de sua equipe escolhida a dedo por sua incompetência política. O desmanche das políticas sociais e a contínua desmoralização de nossas instituições, partes integrantes desse processo, com apoio entusiástico de nossas elites imersas na colonialidade do poder para utilizarmos o conceito de Quijano (2005).

Voltamos às formas de intimidação do período militar. Ameaças veladas, intimidação em atos públicos – soltaram os demônios presos, abriram a porteira da destruição ambiental e da bandidagem, agora institucionalizada. A nossa frágil democracia, mais uma vez, está em risco. Neste contexto, parafraseando Bourdieu, a sociologia é um instrumento de combate, que se fortalece com a crítica e a distância dos poderosos.

Assim, não é a sociologia que está ameaçada, pois sempre foi combatida, pelo utilitarismo imediatista ou pelo obscurantismo ideológico, mas a sociedade brasileira como um todo, a própria existência do país e suas conquistas civilizacionais. O conhecimento não pode ser pensado de forma utilitária, mas como um processo. E enquanto conhecimento sistematizado, a sociologia busca compreender os fenômenos sociais como forma de contribuir efetivamente para a redução da desigualdade e pela justiça social. O conhecimento não é uma mercadoria de troca no mercado, mas um instrumento de transformação social, por isso incomoda.

Parafraseando Verçosa (2019), a sociologia não é uma terra plana.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia** (1968). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 24. 41-60, 1987.

ARBEX, THAIS; LOPES, REINALDO JOSÉ. Alckmin critica Fapesp por pesquisas 'sem utilidade prática', **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>. Acesso em: 14 jan 2021.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos,



1976.

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia. Sociologia como profissão. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, n.10, p. 259-289, maio/ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Diálogos com Michel H.Jacobsen e Kheit Tester. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOTELHO, André Pereira. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**; (77): 147-177, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Elogio de la sociología: discurso de aceptación de la medalla de oro del CNRS. In: **RES**, n. 19, p. 19-27, 2013.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BUKHARIN, Nicolai. **Tratado de materialismo histórico manual popular de sociologia marxista**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970(1921).

CÂMARA dos Deputados. Ciências sociais representam apenas 1,4% das bolsas do CNPq e gasto em pesquisa é baixo, dizem debatedores. **Câmara dos Deputados**. 12 ago. 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/569033-ciencias-sociais-representam-apenas-14-das-bolsas-do-cnpq-e-gasto-em-pesquisa-e-baixo-dizem-debatedores/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

CUNHA, Carolina. Por que cai o interesse nos cursos de ciências sociais e filosofia? **Uol**. 17 dez. 2021. Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/17/por-que-cai-o-interesse-nos-cursos-de-ciencias-sociais-e-filosofia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 07 dez. 2021.

DOMENICI, Thiago. Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam. **Folha de São Paulo**, 02 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUBET, François. **¿Para qué sirve realmente un sociólogo?** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.



DURKHEIM, Emile. **A ciência social e a ação**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1975.

ESCOLA de Sociologia e Política. **Turma de Sociologia e Política**. Disponível em: <https://fespsp.org.br/egressos/turmas-de-sociologia-e-politica>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FIGUEIREDO, Marcus. O Financiamento das Ciências Sociais. A Estratégia de Fomento da Fundação Ford e da Finep — 1966-1985. In: **B1B**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, 2 ° semestre de 1988.

GIDDENS, Anthony. **In Defense of Sociology: Essays, Interpretations & Rejoinders**. Cambridge: Polity Press, 1996.

JACOBSEN, Michael H.; TESTER, Keith. Introdução. In BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Diálogos com Michel H.Jacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro, Zahar, 2015

LIMA, Jacob. C. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. In: **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 1, p.7-48, abr. 2019.

MARTINS, José de Souza. Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista especial com José de Souza Martins. [entrevista concedida à Patrícia Fachin] IHU online. **Revista do Instituto Humanitas da UNISINOS**. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964. In: **RBCS**, São Paulo. v.2 n.5, p.5-26, out. 1987.

MOURÃO, Vitor, L. A. O curso paralelo de ciências sociais da UFMG. In: **Revista Três Pontos**, v.5, n.2, p. 123-130, 2008.

PEIRANO, Mariza, G.S. Por um pluralismo renovado. In BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org). **As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ:Relume Dumará, 1991, pp. 43-52.



QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina**. Lima: Centro de Investigaciones Sociales, 2005.

RIBEIRO, Daniella Borges; OLIVEIRA, Edineia Figueira dos Anjos; DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basílio; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. In: **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548-561, set./dez. 2020.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor Fernando. Idéias de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. **Mana**; 7(1): 165-190, abr. 2001.

VERÇOZA, Lúcio. A Sociologia não é uma terra plana. **Jornal de todos os Brasis**, 03 jun. 2019. Educação. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/a-sociologia-nao-e-uma-terra-plana-por-lucio-vercoza/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

VILLAS BÔAS, Glaucia K. A tradição renovada. In BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org). **A assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ:Relume Dumará, 1991, pp, 21-42.

VILLAS BÔAS, Glaucia K. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. In: **Tempo Social**, v.15 n.1, p.45-62, abr. 2003.

VILLASBÔAS, Glaucia K. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? **Perspectivas**; 28: 79-103, 2005.

WINKLER, Kalila Luize Balen. **Ciência e tecnologia no âmbito estatal: a CAPES e o CNPq inseridas no desenvolvimentismo brasileiro**. 2019. 127f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Como citar este ensaio:

LIMA, Jacob Carlos. A sociologia: inútil ou constrangedora? **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 52-68, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.784>

Data de submissão do ensaio: 11/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



A liberdade acadêmica e o fazer científico: um olhar sobre os desafios enfrentados no Brasil contemporâneo

Beatriz de Melo Silva¹

Bruna Cinquini²

Talitha Passos de Lima Wormhoudt³

Resumo: O presente ensaio busca pensar o lugar da Sociologia na sociedade, principalmente a importância dos espaços de divulgação científica e a liberdade acadêmica. Atualmente, são recorrentes os ataques à ciência e ao fazer científico, em especial, às matérias das Ciências Humanas. Neste texto, enfatizam-se as dificuldades de estar inserido no campo da sociologia, seja como professor ou pesquisador, considerando os obstáculos para permanecer nas Universidades Públicas como pesquisadores e os entraves causados pelos ataques à ciência. O ensaio aborda a importância da Sociologia na construção de uma sociedade mais democrática, e o fato de ser essencial existirem espaços de divulgação científica, com a finalidade de construir uma análise qualificada sobre o Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Sociologia. Ciência. Divulgação científica. Universidade Pública. Liberdade acadêmica.

Academic and scientific freedom: a look at the challenges in contemporary Brazil

Abstract: This essay seeks to think about the place of Sociology in society, in particular the importance of spaces for scientific dissemination and academic freedom. Currently, attacks on science and scientific practice are recurrent, above all on subjects in the Human Sciences. This text emphasizes the difficulties of being inserted in the field of sociology, whether as a professor

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7166-8126>. biamelos@gmail.com.

² Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1590-3758>. brunacinquiniribeiro@gmail.com.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). São Carlos, São Paulo, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5704-8142>. talithapassos@yahoo.com.br.



or researcher, considering the obstacles to remain in Public Universities as researchers and the obstacles caused by attacks on science. The essay addresses the importance of Sociology in the construction of a more democratic society, and the fact that it is essential to have spaces for scientific dissemination, in order to build a qualified analysis of contemporary Brazil.

Keywords: Sociology. Science. Scientific divulgation. Public University. Academic freedom.

1. Introdução

Espaço de balbúrdia, vagabundos, bagunceiros. São todos termos utilizados por pessoas ligadas ao atual governo para nomear estudantes da área de humanidades das Universidades Públicas. No caso da profissão do sociólogo e sua histórica subvalorização, os ataques insistem em continuar, sobretudo sob a forma do não reconhecimento do seu papel legítimo na sociedade. A reflexão crítica que fundamenta o fazer sociológico não possui, ao menos diretamente, a função de “gerar retorno imediato ao contribuinte” (PARANHOS, 2019), como sugeriu o presidente Bolsonaro. Um de seus objetivos é formar cidadãos com pensamento crítico para que conheçam a realidade em que estão inseridos e estejam aptos a lutar por mudá-la quando necessário.

Qualquer pessoa com acesso à internet pode divulgar informações sem qualquer embasamento técnico em seus perfis pessoais e obter um expressivo engajamento. Urge que os sociólogos ocupem esses espaços, propondo discussões com qualificação técnica e senso crítico.

Com o advento da internet e das redes sociais, o *ciberespaço* é uma das principais fontes de informação da população em geral, e é fundamental que as divulgações científicas não se restrinjam a congressos e eventos específicos, mas sejam realizadas também de maneira *online*, o que facilita a democratização do conhecimento.

Em um momento de grande ataque às ciências humanas no Brasil, entender a multiplicidade da sociologia é essencial (ROCHA, 2021). Não é o objetivo deste ensaio discutir sobre o mercado de trabalho do profissional da área da sociologia, mas é importante para o entendimento de que o papel da disciplina vai além do meio acadêmico, e, claro, muito além do estereótipo de “pensadores radicais” que acompanhamos nos discursos dos últimos anos: “o trabalho do sociólogo não é se deixar comover ou sofrer com o sofrimento dos grupos estudados, mas explicar as condições sociais em que tais fenômenos se reproduzem” (BALTAR; BALTAR, 2017, p. 264).



2. O cenário pós 2018 e o ensino da Sociologia

Em abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro usou sua conta na rede social Twitter para expor a sua clara intenção de cortar os investimentos nos programas ligados às ciências humanas, com a justificativa de que o investimento não traria retorno financeiro imediato para o país (PARANHOS, 2019). Um discurso comum de defesa das áreas consideradas “práticas” e a desvalorização do que é entendido como estritamente teórico. Uma clara falta de conhecimento sobre a amplitude do conhecimento das ciências sociais e seus impactos práticos.

Desde o início do mandato do atual presidente Jair Bolsonaro, foi possível identificar a tentativa de vincular as discussões das ciências humanas - mais especificamente da sociologia e da filosofia - a um caráter estritamente ideológico, reunindo diversos apoiadores que as classificam como “esquerdistas” e as universidades públicas como locais de “balbúrdia” (KER, 2020). Como consequência destes discursos proferidos pelo chefe do Executivo e seus apoiadores, as ações contra o pensamento crítico, agora transformados em “ideologia” seriam ponto central de ataque. Em que pese, a Sociologia como disciplina curricular obrigatória na educação básica possui uma trajetória marcada pela intermitência e descontinuidade (SILVA, 2007).

No cenário contemporâneo, a lei nº 11.684, promulgada em 02 de junho de 2008, estabeleceu a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos três anos do Ensino Médio, promovendo simultaneamente um amplo debate sobre as condições institucionais para seu ensino, bem como sobre a formação de professores, produção de materiais, recursos didáticos e metodologias apropriadas.

Nesse sentido, em 16 de fevereiro de 2017, essa conquista foi ameaçada pela lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e estabeleceu a Reforma do Ensino Médio, “colocando em xeque a permanência de sua obrigatoriedade nos três anos desta etapa, bem como seu caráter disciplinar” (SILVA; GARCIA, 2020).

Na base do texto da reforma consta que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia (BRASIL, 2017)”. Por meio de tal Reforma, a obrigatoriedade do ensino de sociologia - bem como de filosofia, artes e educação física - foi posto em discussão novamente. O texto trouxe a preocupação, tanto com as questões da carga horária quanto sobre a obrigatoriedade dessas práticas como disciplina de fato.

Outro ponto que se encontra além da discussão sobre a obrigatoriedade é a escolha dos profissionais considerados aptos para lecionar as atividades das áreas das ciências humanas. Neste sentido, foi abandonado a obrigatoriedade de profissionais formados em suas áreas específicas, (licenciatura em sociologia/ciências sociais) criando, em seu lugar, o requisito do notório



saber, que segundo a Lei seriam: "profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional" (BRASIL, 2017). Ou seja, não necessariamente profissionais com formação específica são autorizados a ministrar as disciplinas, o que mostra, mais uma vez, a descredibilização do sociólogo, no sentido de que qualquer outra área poderia ser capaz de lecionar o conteúdo.

Além do Ensino Médio, temos também o problema no Ensino Superior, no desmonte às universidades públicas, os "locais de balbúrdia". Nada de novo para nós, que sabemos que, citando Darcy Ribeiro, "a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto", discurso proferido em julho de 1977, na cerimônia de abertura da Reunião Anual da SBPC, realizada na PUC-SP.

Aqui também podemos inserir a discussão sobre a inadequação entre a formação universitária e o mercado de trabalho, sendo cada vez mais comum pessoas seguirem uma profissão não correspondente ao seu diploma: outro fato que descredibiliza o papel da universidade e do pensamento crítico, colocando, mais uma vez, as atividades profissionais consideradas práticas em detrimento das outras. Quem escolhe o que é mais importante?

As mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio passam a valer no ano de 2022, em um processo de implementação progressivo pelas escolas públicas e privadas, tornando-se obrigatório para todas as instituições de ensino a partir do ano de 2023. A proposta de integrar as disciplinas por área de conhecimento - como a divisão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - e a implementação do ensino técnico, será visto na prática, e então será possível entender, de fato, qual será a posição destinada ao curso de sociologia, e, logo, aos sociólogos. Posicionar a sociologia como ciência é uma luta diária.

3. Reflexões sobre o ensino da sociologia

Retomando a discussão dos ataques mencionados anteriormente, é possível fazer uma reflexão acerca da importância da autonomia dos campos científicos. Partindo da ideia de que para um campo ter autonomia, é necessário que as pressões externas, principalmente, pressões políticas não influenciam as produções científicas. No momento em que ocorre uma "politização" de uma disciplina, é possível assimilar este fenômeno como indicação de perda de autonomia (BOURDIEU, 2004).

Com o objetivo de aprofundar essa reflexão, podemos pensar em um exemplo já mencionado por Bourdieu em seu livro *Os usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (2004), no qual pontua:

[..] se você tentar dizer aos biólogos que uma de suas descobertas é de esquerda ou de direita, católica ou não-católica, você suscitará uma franca hilaridade, mas nem sempre foi assim. Em



sociologia, ainda se pode dizer esses tipos de coisas (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Esse exemplo é muito interessante para pensar o que estamos vivenciando no Brasil. Existem inúmeras falas com este teor para desqualificar as pesquisas, em especial, no campo das ciências humanas. Grupos favoráveis ao atual governo apontam as produções acadêmicas como opiniões ou ideologias “esquerdistas” feitas por “esquerdistas”, sendo assim, não deveriam ser consideradas. O curioso, ainda pensando neste exemplo, é ressaltar que Bourdieu escreveu em outro contexto e afirma em seu exemplo, que os biólogos jamais enfrentariam esse tipo de intervenção. A partir do caso brasileiro, com a presença da bolsonarização (SOLANO, 2018) e sua (não) gestão da pandemia, vemos que, aqui, até o biólogo e vários outros profissionais do campo das ciências naturais, como médicos, estão tendo que enfrentar a taxação em suas pesquisas como produções “esquerdistas”.

No período pandêmico, tal situação ficou nítida no caso do biólogo Atila Iamarino, que junto com Carlos Hotta têm o canal de divulgação de pesquisas *ScienceBlogs Brasil* desde 2008. Ambos se dedicam ao canal com objetivo de levar a ciência à população brasileira, incluindo o pensamento científico no cotidiano das pessoas. Apesar de o canal existir há algum tempo, ambos tiveram sua credibilidade como cientistas questionada ao se posicionarem favoravelmente ao isolamento social.

É muito comum escutarmos que as matérias de ciências humanas incomodam aqueles que pertencem, de alguma forma, ao poder, pois, esse conhecimento poderia proporcionar as ferramentas para os indivíduos terem outra visão de mundo, como cidadãos críticos. É uma ideia presente até mesmo em autores da sociologia, como Bourdieu (2001, p. 60) pontua:

[...] se os que têm algo a ver com a ordem estabelecida, seja lá o que for, não gostam nem um pouco da sociologia, é porque ela introduz uma liberdade em relação à adesão primária que faz com que a própria conformidade assuma um ar de heresia ou de ironia.

A sociologia proporciona, de fato, uma formação que permite analisar os fenômenos por uma lente mais crítica e questionadora.

A prática de deslegitimar o ensino das ciências humanas e o trabalho dos professores nas escolas, ganharam força e abriram espaços para que os pais dos alunos comesçassem uma onda de vigilância e questionamentos com os professores que lecionam matérias como sociologia e história (CASSOL, 2018). O ambiente da sala de aula tem que ser um espaço onde as ideias possam ser debatidas de forma democrática e sem censura. Quando o professor passa a ser vigiado, controlado, e mais, passa a sofrer ameaças pelos temas que aborda, o ato de lecionar perde o seu sentido, por isso, essas ações de vigilância e controle têm que ser combatidas. O atual governo não só questiona a ciência, o ensino das humanidades, como também tem o projeto de formar cada vez mais



cidadãos menos críticos, com a destruição e deslegitimação dessas matérias na escola. São ataques constantes que professores de ciências humanas têm que enfrentar no dia a dia, colocando em risco a autonomia do professor em relação a sua matéria.

Neste contexto, o aumento nos investimentos em divulgação e a consequente popularização da ciência fará com que a percepção pública sobre a ciência seja alterada. É fundamental que exista uma articulação das políticas institucionais de divulgação acadêmica, a fim de resultar em um estímulo à cultura científica na sociedade. O diálogo dos cientistas com a sociedade é essencial, de modo a aproximar os cidadãos do processo de construção do conhecimento, assim como de seus resultados. Através dessa integração podem-se articular os saberes produzidos na universidade e a cultura popular, o que geraria uma apropriação social do conhecimento.

A educação como componente primordial para o desenvolvimento da sociedade, e tanto a formação técnica quanto a divulgação dos resultados obtidos com as pesquisas são importantes. É sempre um desafio transformar o conhecimento robusto de anos de pesquisa em informações acessíveis ao público em geral, devendo sempre existir a preocupação de não banalizar um conteúdo complexo.

Qual a ciência que queremos divulgar? Devemos buscar sempre propagar não a ciência com função utilitária, mas a que visa fomentar a reflexão do mundo e que objetiva encontrar uma das inúmeras explicações sobre a natureza das coisas (LINS DE BARROS, 2002). O conhecimento precisa ser simplificado para que seja acessível à população, desde que não perca sua essência. Almeida (2002) disserta muito bem sobre tal temática quando explica sobre a teoria da relatividade. Apenas os especialistas entendem com propriedade tal teoria e seus cálculos, porém, a população conhece as linhas gerais de tal teoria, pois o conhecimento se popularizou e se tornou acessível.

A divulgação é muito discutida nos espaços acadêmicos, quando se aborda sobre o papel social e político do fazer científico, buscando-se o reconhecimento e validação da população. José Reis (1907-2002) foi um importante pesquisador e figura fundamental para a construção de trajetórias de cientista-divulgador, considerado o “pai da divulgação científica no Brasil”, contribuiu para o desenvolvimento da comunidade acadêmica e da institucionalização da ciência, sempre reforçou a importância da educação universal (MASSARANI; DIAS, 2018).

Foi no período do pós-guerra que os pesquisadores brasileiros se responsabilizaram pela incumbência de realizar a divulgação de seu trabalho à sociedade. Foi nesse período que começaram a ser criadas novas formas de comunicação científica, seja através da imprensa em geral ou através de publicações específicas, como revistas científicas. A própria revista *Áskesis* é um exemplo de espaço de divulgação da produção dos estudantes e pesquisadores da sociologia.



A divulgação científica pode ocorrer de diversas formas e entre diferentes grupos, sendo que a pesquisa atinge os pesquisadores da mesma área, de outras áreas, e a sociedade civil. É essencial que se estimule o compartilhamento do conhecimento, além de incentivar as crianças, assim como fazia José Reis, que era um pesquisador conceituado e palestrava em feiras de ciências de colégios, visando compartilhar conhecimento e garantir que a ciência esteja presente na vida da população. Há várias formas de atingir a sociedade civil, e uma delas é realizada através desta revista, elaborada por discentes e dirigida a toda a população.

Qual o espaço que o sociólogo pode ocupar? Na medida em que a sociologia visa à compreensão dos fenômenos sociais de maneira desnaturalizada e histórica, ele pode e deveria - estar em todos os lugares. Tudo se torna um objeto de análise. Em um mundo cada vez mais dinâmico, no qual as *fake news* se proliferam rapidamente, é fundamental que existam espaços de compartilhamento de conhecimento, e os cientistas precisam estar mais próximos da sociedade.

Quando pensamos no sociólogo como profissional logo nos vem à mente o professor, seja no ensino médio ou no ensino superior, o que reflete a síntese do papel da sociologia a um único setor mais visível. A importância da “sociologia profissional”, se usarmos as categorias de Burawoy (2007), é indispensável e indiscutível, visto que propaga o conhecimento científico no meio acadêmico. É preciso entender que os sociólogos também estão em outros lugares, ocupando funções profissionais que também fazem parte do seu escopo - e no contexto atual, ainda bem.

O fato é que a descredibilização do papel do sociólogo no meio acadêmico reflete nas outras áreas de atuação possíveis, que são preenchidas por profissionais de outras formações, fazendo um trabalho que está no escopo da sociologia. Oportunidades de atuação em instituições como SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio), como analistas, na área de pesquisa, marketing, meio ambiente, informática e assistência social, também são destinadas a sociólogos, mesmo que não exclusivamente, mas em conjunto a outras formações - serviço social, direito, relações internacionais, jornalistas, entre outros:

Se a sociologia, como formação intelectual, acredita de fato em sua capacidade de rever e propor questões que impliquem em mudanças sociais, então, nada menos a esperar que os sociólogos ocupem todos os postos de trabalho possíveis (BALTAR; BALTAR, 2017, p. 283).

Dito isso, voltamos ao ponto do ensaio. Tratemos da desvalorização da atuação profissional do sociólogo na propagação do conhecimento científico, seja em escolas ou universidades - principalmente as universidades públicas - locais onde logo somos associados pela escolha da profissão, e os ataques às



ciências humanas são evidentes.

4. Considerações finais

No contexto atual, os obstáculos se impõem para aqueles que já estão em sala de aula, como mencionado anteriormente, mas também para quem ainda está em processo de formação. Os cortes em verbas de pesquisa são uma realidade no Brasil, o que significa, na prática, barreiras para formação de novos professores e pesquisadores brasileiros. Os alunos estão tendo que lidar com cortes nas bolsas de pesquisas, o que muitas vezes acaba inviabilizando sua continuidade nos estudos. Para aqueles que permanecem na universidade, resta a insegurança, seja pelo medo constante de mais cortes ou pelo futuro incerto no mundo do trabalho.

Estar no campo científico, em um governo que ataca constantemente a ciência é um desafio que todos os pesquisadores brasileiros enfrentam. O problema começa, muitas vezes, no início do curso quando os alunos percebem que as oportunidades de bolsas são remotas e tem que optar por trabalhar e estudar, o que torna tudo muito mais difícil e cansativo, ou largar o curso. Sendo assim, a dificuldade, atualmente, está em conseguir permanecer no curso. A partir do Censo da educação superior 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que acompanhou o fluxo da trajetória dos estudantes que ingressaram em 2010, pode-se apontar que em 2019, a taxa de desistência foi de 59%, sendo que apenas 40% dos alunos conseguiram concluir o curso. Os cortes prejudicam cada vez mais os alunos das classes baixas, que representam muitas vezes a primeira geração da família a pisar em um curso superior.

Para os alunos que conseguem a permanência, precisam lidar com mais obstáculos: viver em um governo no qual constantemente a ciência é atacada. Fazer ciência em um contexto deste formato não é fácil. Portanto, cada vez mais, é comum observar o movimento que chamam de “fuga de cérebros” (TOLEDO, 2021). Pesquisadores com formações de excelência, diante do contexto brasileiro, acabam optando por deixar o Brasil e continuar suas carreiras em outros lugares, onde a ciência é valorizada e vão poder desenvolver seus trabalhos com maior apoio financeiro e reconhecimento.

É fundamental que o país invista na ciência e nos cientistas, pois é através da construção e divulgação do conhecimento que se avança em direção a um país com menos desigualdade. É imprescindível lutar contra os ataques à ciência e às Universidades Públicas, visto que, só a partir desta luta será possível manter as pesquisas e os pesquisadores produzindo trabalhos de alto nível que beneficiam a sociedade em geral.



Referências bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Ozorio de. A vulgarização do saber. In: MASSARANI, Luisa et al. (Org.) **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002, p. 65-72.

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira A Sociologia como profissão. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 5, núm. 10, 2017, Maio-, pp. 259-289.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**: aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. Tradução de Egon de Oliveira Rangel. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. **Os usos Sociais da Ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 jun. 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BURAWOY, Michael. For public sociology. In: CLAWSON, Dan et al. **Public sociology**: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century. Berkeley: University of California Press. 2007a. p. 23-65.

CASSOL, Daniel. **Na Lei ou "na marra", a extrema-direita empurra "Escola sem Partido"**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.aapeoesp.org>.



br/noticias/noticias-2018/na-lei-ou-na-marra-extrema-direita-empurra-escola-sem-partido/. Acesso em: 28 junho de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2019**. Brasília: MEC, 2020.

KER, João. **Os ataques de Weintraub às universidades da "balbúrdia"**. 2020. <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620e0cf0b0915a9272d6gcjhx8ci.html>. Acesso em: 28 junho de 2022.

LINS DE BARROS, Henrique. A cidade e a ciência. In: MASSARANI, Luisa et al.(Org.) **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002, p. 25-42.

MASSARANI, Luisa; DIAS, Eliane Monteiro de Santana (org.). José Reis: **reflexões sobre a divulgação científica**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2018.

PARANHOS, Thaís. **Dinheiro deve ir para "leitura, escrita e fazer contas", diz Bolsonaro sobre corte em cursos de humanas**. 2019. <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-afirma-que-vai-cortar-recursos-das-faculdades-de-humanas>. Acesso em: 28 junho de 2022.

ROCHA, Thiago. **As três frentes de ataque às universidades**. 2021. <https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/as-tres-frentes-de-ataqueas-universidades/>. Acesso em: 28 junho de 2022.

SILVA, Ileizi. A Sociologia no Ensino Médio: Os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. In: **Cronos**, v. 8, n. 2, p. 403-427, 2007.

SILVA, Beatriz de Melo; GARCIA, Fernanda Di Flora. O tema do refúgio nos livros didáticos de sociologia aprovados no PNLD 2018. **Teoria e Cultura**, v. 15, p. 271-288, 2020.

SOLANO, Esther. **O perigo da bolsonarização da vida**. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/O-perigo-da-bolsonariza%C3%A7%C3%A3o-da-vida>. Acesso em: 28 junho de 2022.

TOLEDO, Diego. **Corte de verbas pressiona ciência e amplia temor de**



'**fuga de cérebros**'. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/podcast-e-tem-mais-corte-de-verbas-pressiona-ciencia-e-amplia-temor-de-fuga-de-cerebros-do-brasil/>. Acesso em: 28 junho de 2022.

Como citar este ensaio:

SILVA, Beatriz de Melo; CINQUINI, Bruna; WORMHOUDT, Talitha Passos de Lima . A liberdade acadêmica e o fazer científico: um olhar sobre os desafios enfrentados no Brasil contemporâneo. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 69-79, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.787>

Data de submissão do ensaio: 22/03/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas

Rodrigo Constante Martins¹

Jéssica Pires Cardoso²

Ana Carina Sabadin³

Resumo: Este ensaio objetiva apontar possibilidades de problematização das desigualdades sociais no Brasil a partir de uma sociologia direcionada para o tema dos conflitos agrários e ambientais no século XXI. Para tanto, revisita os temas e trajetos teórico-analíticos empreendidos pelo Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade - RURAS, com vista ao desenvolvimento de um programa de pesquisas que atravessa as condições de produção de desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Ruralidades e meio ambiente. Desigualdades socioambientais. Conflitos agrários. Conflitos socioambientais. Ruralidades contemporâneas.

Ruralities, environmental and society: researches paths

Abstract: This essay aims to point out possibilities of problematizing social inequalities in Brazil from sociology directed to the theme of agrarian and environmental conflicts in the 21st century. Therefore, it revisits the themes and theoretical-analytical paths undertaken by the Research Group CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade - RURAS, with a view to developing a research program that crosses the conditions of production of socio-environmental inequalities.

Keywords: Ruralities and environment. Socio- environmental inequalities. Agrarian conflicts. Socio-environmental conflicts. Contemporary ruralities.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. <http://orcid.org/0000-0003-2700-3319>. rmartins@ufscar.br.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. <https://orcid.org/0000-0002-0180-1737>. jessicapires.cardoso@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. <https://orcid.org/0000-0001-6581-1312>. acsabadin@gmail.com.



1. Introdução

Uma das contribuições mais relevantes que as ciências sociais produziram desde o final do século XIX foi a consolidação da diversidade explicativa como mérito do processo de produção do conhecimento. Isto é, o lançamento de diferentes olhares e recortes produz resultados diversos nas ciências sociais, e esta diversidade cumpre um importante papel no enriquecimento das formas de leitura e, conseqüentemente, das formas de construção da política na contemporaneidade.

No Brasil, a compreensão dos processos de desigualdade social adquiriu abrangência desde o final do século XX. Às abordagens mais usuais de leituras deste fenômeno – tais como aquelas baseadas nos recortes de classe, raça e gênero – se somaram novas construções analíticas, com entradas alternativas via novos marcos identitários e políticos. Dentre estes marcos, a questão ambiental se firmou como dimensão relevante que atravessa os diferentes alcances da pesquisa sociológica.

Os estudos rurais foram particularmente impactados pela emergência da questão ambiental. Conforme sistematização bibliográfica realizada por Martins e Cunha (2020), desde o início da década de 1970, a expressão *meio ambiente rural* passou a ganhar corpo, sendo então problematizada pelas ciências sociais em termos de construção histórica. A partir da década de 1980, a temática ambiental se consolidou nos estudos rurais como eixo transversal, indicador de um novo patamar de relações com os fluxos urbanos e com as demandas globais por sustentabilidade, conservação da paisagem natural e segurança alimentar.

Em diálogo com este debate internacional, alguns grupos de pesquisas no Brasil trabalharam, desde o início dos anos 2000, na problematização de temas que articulam as dimensões ambientais das desigualdades sociais nos territórios rurais do país. O RURAS – Grupo de Pesquisas em Ruralidades, Ambiente e Sociedade –, criado em 2010 no Departamento de Sociologia e estruturado nas atividades do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, segue desenvolvendo um programa de pesquisas cujo eixo atravessa as condições de produção de desigualdades socioambientais. O objetivo deste ensaio é justamente recuperar os temas e os trajetos analíticos empreendidos pelo grupo no campo de estudos de ruralidades e meio ambiente. Assim, o propósito maior do texto não é lançar luzes sobre os trabalhos do grupo, mas sim apontar as possibilidades de problematização das desigualdades sociais no Brasil a partir de uma sociologia direcionada para o tema dos conflitos agrários e ambientais no século XXI.



2. Ruralidades e desigualdades socioambientais: temas e objetos

Os estudos sobre desigualdades sociais na sociologia brasileira possuem diferentes estratégias de formulação do objeto de análise. Repertoriar estas estratégias certamente demandaria um esforço de amplo espectro, posto que se teria necessariamente de atravessar temas e matrizes teóricas distintas. Desde os estudos pioneiros sobre sociedade de classes e questão racial (FERNANDES, 2008a; HASENBALG, 2005), passando pelos marcadores de gênero (SAFFIOTI, 2013), pelo debate sobre subcidadania (SOUZA, 2003) e chegando recentemente ao tema das diferenças (COSTA, 2019), os estudos sobre desigualdades na sociologia pouco se dedicaram às sociabilidades rurais. A rigor, por décadas se manteve a crença social (e, em certos círculos, também a crença sociológica) de que os territórios rurais fossem espaços a serem urbanizados pelas instituições modernas. Neste sentido, o rural seria uma etapa do arcaico, do atraso, na qual a desigualdade social seria um dado intrínseco. Face a seu caráter de trânsito, o rural não mereceria maiores atenções das sociologias específicas, cujos objetos – tais como trabalho, cultura, religião ou relações raciais – seriam formulados no escopo e para a explicação das sociabilidades próprias do espaço urbano.

Coube à sociologia rural brasileira, portanto, estabelecer os canais de diálogo com as sociologias específicas para interpretar os fenômenos próprios dos territórios rurais no país. Assim, a sociologia rural assimilou o diálogo interdisciplinar, e mesmo o diálogo com diferentes campos da sociologia, como um de seus fundamentos epistêmicos. E deste esforço de diálogos resulta sua condição no debate sobre as sociabilidades contemporâneas, nas quais o rural se mantém como presente e se projeta como futuro. O rural torna-se compreendido simultânea e complexamente como território e como construção simbólica, em um *continuum* com os espaços urbanos no qual as modalidades de circulação de pessoas, objetos e relações seguem caminhos peculiares à nossa história agrária. O próprio conceito *rural* é então deslocado da fixidez espacial e lançado à fluidez das relações amparadas na reinvenção permanente dos desenhos espaço-temporais – desenhos, aliás, que marcam a emergência da moderna questão ambiental (GIDDENS, 2009; URRY, 2011). Revelam-se, assim, dinâmicas plurais, grupos e classes sociais variadas e modalidades próprias de agenciamentos de práticas sociais, no sentido de que o rural – ou a ideia de – também produz subjetividades. Esta produção justificaria o alcance de ruralidades plurais, geradas em movimentos de diferentes escalas (MARTINS, 2014).

Neste contexto, a incorporação da questão ambiental pela sociologia rural sugere, desde a década de 1990, potenciais analíticos de grande monta. Dentre estes caminhos analíticos, está a problematização das desigualdades sociais no campo decorrentes, ou reproduzidas, pelos conflitos socioambientais. As



pesquisas desenvolvidas no RURAS vêm, em grande medida, transitando nesse caminho.

Embora a problematização das desigualdades seja transversal às pesquisas revisitadas⁴, é possível ainda notar nuances nas formas pelas quais esta problemática é mobilizada. Isso se justifica tanto pela diversidade de recortes, abordagens e escalas das pesquisas quanto pelas entradas analíticas demandadas por cada uma delas. Longe de esgotar as possibilidades de interpretação e de diálogos entre e a partir destes estudos, o esforço deste tópico consiste em ir ao encontro dessas nuances a partir da identificação de três temas centrais: *desigualdades de saberes*; *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal* e *desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*. Vale dizer que tais temas possuem fronteiras borradas, nem sempre com demarcação explícita. A escolha de explorá-los individualmente permite potencializar e expor novas possibilidades às reflexões acerca das desigualdades ambientais nos territórios rurais.

O primeiro tema refere-se às *desigualdades de saberes*, identificadas na construção de políticas e tomadas de decisão em arenas públicas que pautam sobre as formas de uso e gestão dos recursos naturais. Seja em âmbito global (ESPINOZA, 2016), nacional (CAMPREGHER, 2020) ou local (ARBAROTTI, 2018; ANDRADE, 2015; LIMA, 2012), nota-se a expressão de um saber hegemônico, amparado na tecnociência, capaz de produzir políticas de gestão e, por conseguinte, ausências no alcance participativo de grupos que não se relacionam com as formas legítimas dessa visão do mundo social.

Inscritos nessas diferentes esferas que se pretendem participativas e democráticas – como o Conselho Mundial da Água (ESPINOZA, 2016), os Comitês de Bacia Hidrográfica (ANDRADE, 2015; ESPINOZA, 2011; LIMA, 2012) e regulamentos e legislações nacionais que propõem a gestão dos recursos hídricos, como a Lei das Águas (CAMPREGHER, 2020) –, observa-se que as disputas pela gramática legítima e a aceitabilidade dos discursos não dependem do desejo dos agentes ou setores em nomear e constituir um mundo social, mas a eficácia simbólica da construção da realidade social e o alcance nos espaços participativos necessitam dos capitais simbólicos mobilizados na ação (ESPINOZA, 2011; CAMPREGHER, 2020; GAMEIRO, 2013). No avesso desse saber, têm-se as experiências daqueles que criam estratégias e formas de resistências cotidianas ante as disputas para a garantia de uso e acesso à água (ARBAROTTI, 2018).

Um segundo tema presente nas pesquisas do RURAS corresponde às *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal*. A investigação mais aprofundada de políticas voltadas aos espaços rurais aponta tanto a disparidade de interesses existentes em termos de sua elaboração (SABADIN,

⁴ Para este ensaio são consideradas apenas teses e dissertações já finalizadas. O site do RURAS disponibiliza os resumos das pesquisas em andamento e demais publicações do grupo, sejam elas individuais ou coletivas (www.ruras.ufscar.br).



2017) quanto os efeitos socioambientais por elas produzidos (CARDOSO; SABADIN, 2021). No primeiro eixo, é possível identificar não só a valorização de determinados *saberes*, mas também a mobilização de recursos de poder por setores e agentes econômicos específicos visando à manutenção de suas posições no espaço social (GAMEIRO, 2017; SABADIN, 2017). Estratégia semelhante pode ser observada na elaboração de projetos de grandes empreendimentos instalados em territórios rurais (CARDOSO; 2016; MACIEL, 2016; POQUIVIQUI, 2019).

Enquanto estes últimos se pautam em justificativas centradas na noção de bem-comum – como a criação de empregos, o desenvolvimento local/regional e o progresso econômico –, as políticas e regulamentações socioambientais se destacam pelo apelo à sustentabilidade. Nesses meandros, o papel desempenhado pelas esferas burocráticas estende-se ao mascaramento de conflitos e contradições, as quais desnudam os processos de acumulação capitalista e os efeitos das transformações provocadas nas dinâmicas agrárias e socioambientais dos territórios (GAMEIRO, 2017; REIS, 2013; SABADIN, 2017). O segundo eixo das pesquisas inseridas nas desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático preocupa-se com estes efeitos capazes de atravessar o cotidiano das populações rurais, ribeirinhas e quilombolas (CARDOSO, 2016; MENDES, 2020; POQUIVIQUI, 2019, REIS, 2013).

Os territórios rurais, marcados por esses recursos, se tornam um objeto privilegiado para uma reflexão que não se encerra na dimensão material dessas desigualdades. Até aqui, os demais temas mobilizados puderam indicar o rural enquanto um espaço permeado por disputas, as quais propiciam o acesso e, na mesma medida, resultam no uso restrito dos recursos naturais por parte de determinados grupos e setores econômicos, seja lançando luz nas dimensões de disputas agrárias que englobam o espaço rural (ARBAROTTI, 2018), ou mesmo nas novas ruralidades⁵ que compõem esse território (CARDOSO, 2016; MADUREIRA, 2013; OLIVEIRA, 2020). Na esteira dessas discussões, encontra-se um terceiro tema transversal às pesquisas do RURAS: *as desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*.

Uma investigação pormenorizada dessas disputas abre espaço para a problematização das injustiças ambientais, do racismo ambiental e das desigualdades de gênero experienciadas em meio aos processos de acumulação capitalista (ARAÚJO, 2014; CARDOSO, 2016; MENDES, 2020; POQUIVIQUI, 2019). Central a esse conjunto de estudos, está a identificação de que custos e benefícios das mudanças socioambientais são desigualmente distribuídos, refletindo, assim, no reforço de desigualdades de classe, de raça, de etnia e de gênero. A multiplicidade de análises demonstra ainda que o alcance dos riscos resultantes das desigualdades socioambientais e rurais supera os

⁵ A noção de “novas ruralidades” pretende romper com as oposições binárias espaciais entre rural e urbano, reconhecendo a presença de múltiplas sociabilidades e articulações distintas inseridas em uma mesma localidade (CARNEIRO, 2012).



limites e as fronteiras regionais, perfazendo as realidades das regiões Norte (ARAÚJO, 2014), Centro-oeste (POQUIVIQUI, 2019), Nordeste (MACIEL, 2016) ou Sudeste (ARBAROTTI, 2018; CARDOSO, 2016).

Em interface a essas análises, os recursos naturais são apreendidos por sua dimensão subjetiva, que contribui para a reflexão desse rural enquanto uma construção simbólica. Assim, a proximidade ao território rural também revela um espaço preenchido por identidade, sociabilidade e memória, no qual o sentimento de pertencimento e os vínculos singulares transformam esse local em um “espaço de vida”, não mais restrito apenas a um espaço produtivo (ARBAROTTI, 2018; CARDOSO, 2016; OLIVEIRA, 2020) do país.

3. Fundamentos epistêmicos e arranjos analíticos

A estratégia metodológica de classificar as pesquisas revisitadas em três temas das desigualdades socioambientais funciona como recurso para explorar os fundamentos epistêmicos e os arranjos analíticos mobilizados e construídos pelo RURAS. Percorrer esses fundamentos e arranjos a partir de cada um dos temas, em contrapartida, requer a triagem de categorias que são comuns às pesquisas revisitadas. Optando por esse caminho, a despeito do risco de não abarcar toda a costura de diálogos propostos por cada uma dessas pesquisas, é possível lançar luz àquilo que ampara a questão das desigualdades no campo das temáticas rural e ambiental para além de casos individuais.

O tema das *desigualdades de saberes* tenciona duas correntes teóricas distintas que dão suporte às análises dos trabalhos revisitados. Por meio dos fundamentos de Michel Foucault (2014; 2017) sobre a noção de discurso de verdade e as noções de verdade e saber-poder, bem como das análises de Pierre Bourdieu (2008) acerca da formação de um mercado simbólico dos discursos, reflete-se sobre a expressão e as ausências de saberes nas arenas participativas e na formação de políticas de gestão ambiental e territorial (ANDRADE, 2015; CAMPREGHER, 2020; LIMA, 2012). Concretamente, estes aportes teóricos dão centralidade à eficácia do conhecimento científico para a produção, distribuição e circulação de enunciados legítimos no campo ambiental. Em interface com esse movimento, o suporte teórico apresentado traz à baila, ainda, um conjunto de valores e saberes abafado por essa lógica técnico-racionalista que, fundamentada em um suporte institucional, estrutura decisões políticas.

Já o tema das *desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal* tem como alicerce a reflexão sobre o Estado, compreendido enquanto um campo de lutas concorrenciais. Categorias bourdieusianas como autoridade, poder e dominação contribuem no entendimento das contradições produzidas e reproduzidas dentro desse campo, visando à garantia de recursos de poder por parte de grupos ou agentes específicos (BOURDIEU, 2010; 2014). As



pesquisas revisitadas ainda articulam estas categorias com a matriz histórica do Estado brasileiro, traçando um singular diálogo com os trabalhos de Florestan Fernandes (2008b) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), os quais partem da herança oligárquica como fundamento da conservação de posições e interesses nesta decisiva arena de circulação do poder.

Transpondo esse alicerce para a construção de políticas socioambientais, e a fim de avançar sobre as relações entre agentes e grupos específicos que disputam pelos recursos simbólicos desse campo, as pesquisas agregam a seu arranjo analítico a sociologia das justificações, tal como proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020). Esses autores fornecem um suporte importante para vislumbrar novas estratégias de agentes e setores específicos diante dos desacordos frente à crescente demanda por preservação ambiental. Como resultado das pressões internacionais, há uma movimentação estratégica de setores econômicos de incorporação da *crítica* para então lograr acordos que, ao fim e ao cabo, permitem a acumulação do capital.

No tocante ao tema das *desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais*, duas categorias ganham centralidade: experiência e injustiça socioambiental. A primeira delas, resgatada de Edward P. Thompson (1981), reinsere mulheres e homens no curso da história como *sujeitos históricos*, tecidos em circunstâncias contingentes e dotados de “agência” que lhes permite refletir e “tratar” sobre acontecimentos da realidade social. Situar esses indivíduos no processo histórico, reconhecendo que os mesmos compartilham valores, normas e regras apreendidas como sentimentos por meio de uma vivência comum, e que intervêm ativamente em determinados acontecimentos, contribui para identificar, a partir da experiência de cada agente, uma dimensão ampla do mundo rural que desessencializa a figura do camponês e supera uma identidade idealizada na história e na própria produção de sentidos sobre a história.

A segunda categoria problematiza o alcance desigual e diferenciado dos riscos frente aos efeitos das desigualdades ambientais e rurais no Brasil. Reflexão trilhada por um conjunto de pesquisadores contemporâneos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; MARTINS, 2015), tais considerações revelam uma exposição desproporcional dos riscos ambientais a certos sujeitos que carregam em seus corpos marcadores sociais de diferença, como classe, raça, etnia e gênero. Por conseguinte, as pesquisas revisitadas ponderam acerca da distribuição objetiva dos efeitos negativos dos riscos ambientais a grupos e corpos específicos, exprimindo, assim, a diferença de poder de grupos sociais sobre os recursos ambientais, bem como a prevalência dos interesses ambientais de certos sujeitos sociais sobre os mais despossuídos.

Este breve percurso pelos fundamentos epistêmicos elucida o despreendimento de uma leitura ortodoxa de vertentes da teoria sociológica. No que concerne às pesquisas revisitadas do RURAS, isso se dá por algumas razões. A primeira delas indica que é a partir da própria realidade empírica que



nascem as demandas por teorias, conceitos e categorias – e não o contrário. Embora munidos de lentes analíticas, os pesquisadores e pesquisadoras utilizam-nas enquanto artefato nas imersões de campo, e não como um fato. Outra razão considera que uma leitura engessada de quaisquer uma das vertentes provocaria não apenas uma interpretação também engessada de determinado fenômeno, como ainda impossibilitaria o exercício da imaginação sociológica. A este respeito, há de acrescentar que a liberdade dos pesquisadores e pesquisadoras na escolha de suas próprias lentes analíticas movimenta e oxigena a construção do conhecimento, sem que haja uma perda do rigor científico.

Não descolada dessas razões, tem-se uma multiplicidade de diálogos possíveis entre vertentes teóricas distintas – contrastantes ou não – em busca da ampliação das margens do possível na explicação sociológica.

4. Considerações finais

A partir de uma leitura voltada ao tema dos conflitos agrários e ambientais, a discussão apresentada neste ensaio buscou contribuir com os estudos dedicados às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo. O percurso do texto priorizou os diálogos tecidos no âmbito do grupo de estudos RURAS, o qual vem se dedicando à interface da sociologia rural e ambiental ao longo de sua trajetória.

Apresentar os temas centrais de pesquisas já concluídas por pesquisadores e pesquisadoras do grupo foi a primeira estratégia lançada para avançar na problematização dessas desigualdades. Com esse propósito, explorou-se os subtemas das desigualdades de saberes, das desigualdades produzidas pelo aparelho burocrático estatal e das desigualdades de uso e acesso aos recursos naturais. Essa estratégia possibilitou não apenas revisitar aspectos transversais na produção do grupo, como também sinalizar debates mais amplos envoltos nessa temática, dentro e fora da sociologia.

Nessa linha, outro ponto de alcance deste ensaio foi explorar os principais fundamentos epistêmicos e arranjos analíticos mobilizados e construídos pelo RURAS para ponderar acerca dessas desigualdades. Viu-se, no entanto, que uma das premissas assumidas coletivamente foi a esquivas de uma leitura ortodoxa de vertentes teóricas da sociologia. A esse respeito, traçou-se ainda alguns pontos que convidam à reflexão sobre a imaginação sociológica e a construção do conhecimento científico.

Do trânsito nos três temas transversais às pesquisas revisitadas foi possível também visualizar a costura de fundamentos epistêmicos, tão cara aos percursos trilhados pela própria sociologia rural, seus temas e objetos. Para essa sociologia, priorizar a articulação entre empiria e teoria implica ainda em considerar que as experiências da sociedade por ela observadas



relacionam-se diretamente com as metamorfoses da própria natureza – e, porque não, da própria *ideia* de natureza (WILLIAMS, 2011). Nesse sentido, trata-se de uma sociologia que caminha atenta às transformações do mundo físico e às relações tecidas a partir da interação da sociedade com esse mundo. As pesquisas do RURAS guiam-se por esse percurso, procurando fluir por essas metamorfoses e ideias que sustentam a sociologia rural contemporânea.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo. G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ANDRADE, Clarissa Perci de. **Metamorfoses na tecnocracia da água: um estudo sobre o campo burocrático ambiental**. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2015.

ARAÚJO, José Augusto Carvalho. **Cultura da terra, cultura das águas: o fenômeno da transumância em Marabá (PA)**. 2014. 1962f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2014.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. 2018. 358f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2018.

BOLTANSKI, Luc; THÈVENOT, Laurent. **A justificação: sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O poder simbólico**. 14^aed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

CAMPREGHER, Raiza. **Ciência e política na reforma da gestão de recursos hídricos no Brasil: a participação da Associação Brasileira de Recursos Hídricos**. 2020. 190f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2020.

CARDOSO, Jéssica Pires. **Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de**



Jaguara. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

_____. ; SABADIN, Ana Carina. Escavando as águas, apagando as chamas: uma análise preliminar da dinâmica socioambiental da expansão canavieira paulista sobre a área de afloramento do Aquífero Guarani. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, IX, 2021, online. **Anais...**, 2021, p. 1-35.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In:_____. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha (org). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019, p. 53-77.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. **Do discurso sobre natureza à natureza do discurso: o caso do parlamento das águas**. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2011.

_____. **Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água**. 2016. 242f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (vol. 1). 5ªed. São Paulo: Ed. Globo, 2008a.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª reimpressão. Editora Globo, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

_____. Verdade e Poder. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo. Fundação Editora Unesp, 1997.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi. **O fetiche da mercadoria “verde”: a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro**. 2017.



311f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2017.

GIDDENS, Anthony. **The politics of climate change**. Cambridge: Polity Press, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2005.

LIMA, Márcio Junior Teixeira de. **Municipalidades na governança das águas: hierarquias e interdependências**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2012.

MACIEL, Jeanne Mariel Brito. **Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. 2016. 242f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2016.

MADUREIRA, Gabriel Alarcon. **A ressignificação da questão ambiental em contexto de ruralidade: para uma leitura crítica do Paradoxo de Giddens**. 2013. 169f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2013.

MARTINS, Rodrigo Constante. Pensando as ruralidades contemporâneas. In: MARTINS, Rodrigo Constante (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2014, p. 07-12.

_____. ; CUNHA, Luis Henrique. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.92, p.1-29, 2020.

_____. Fronteiras entre desigualdade e diferença da governança das águas. **Ambiente & Sociedade**, n. 18, n.1, 2015, p.211-228.

MENDES, Giovana Rosangela Ferreira. **Injustiça socioambiental nos cruzamentos da história e memória: comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo**. 2020. 224f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2020.

OLIVEIRA, Priscila Silveira de. **Cultura, Poder e Meio Ambiente: Sociologia dos trânsitos identitários de uma comunidade rural**. 2020.186f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos,



2020.

POQUIVIQUI, Agilson. **Racismo ambiental e violência identitária: um estudo sociológico dos impactos socioambientais de projetos de barragens no estado do Mato Grosso.** 2019. 253f. Tese (Doutorado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2019.

REIS, Tainá. **Propriedade e renda fundiária: configurações contemporâneas do rural paulista.** 2013. 136f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2013.

SABADIN, Ana Carina. **Das estratégias às justificações: uma análise da construção política do Protocolo Agroambiental Paulista.** 2017. 145f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar, São Carlos, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

URRY, John. **Climate Change and Society.** Cambridge: Polity Press, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: _____. **Cultura e Materialismo.** Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Como citar este ensaio:

MARTINS, Rodrigo Constante; CARDOSO, Jéssica Pires; SABADIN, Ana Carina. Ruralidades, ambiente e sociedade: percursos de pesquisas. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 80-91, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.790>

Data de submissão do ensaio: 28/07/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos

Alexsandro Arbarotti¹
Tainá Reis²

Resumo: Em consonância com parte do debate estabelecido pela Sociologia Rural e pela Sociologia Ambiental - difundido, também, nos dez anos da Revista *Áskesis* -, objetivamos neste ensaio tratar sobre a exploração do ser humano e da natureza no processo de produção capitalista da mercadoria agrícola. O capitalismo, como organizador do tecido da vida, carrega uma lógica necropolítica, na qual estão envolvidos os habitantes do planeta, os seres vivos e os “não vivos”, isto é, no processo de produção de valor há uma mistura entre atividades humanas, extra-humana (máquinas e softwares) e da natureza. Desse modo, é preciso integrar a dimensão ecológica na compreensão das desigualdades sociais. A apropriação e exploração não é só do trabalho humano, mas também do trabalho da natureza.

Palavras-chave: Necropolítica. Capitalismo. Metabolismo singular. Sociologia Rural. Sociologia Ambiental.

Scorched earth: how capital appropriates the labour of living beings

Abstract: In line with part of the debate established by Rural Sociology and Environmental Sociology - also disseminated in the ten years of *Áskesis Magazine* -, we aim in this essay to deal with the exploitation of human beings and nature in the process of capitalist production of agricultural goods. Capitalism, as the organizer of the fabric of life, carries a necropolitical logic, in which the inhabitants of the planet, living beings and the “non-living” are involved, that is, in the process of value production there is a mixture between human activities, extra-human (machines and software) and nature. Thus, it is necessary to integrate the ecological dimension in the understanding of social inequalities. Appropriation and exploitation are not only of human work, but also of nature's work.

Keywords: Necropolitics. Capitalismo. Singular metabolism. Rural Sociology. Environmental Sociology.

¹ Doutor em Sociologia. LEESU, Ecole des Ponts ParisTech, Universidade Paris Est Créteil, França. Orcid: 0000-0002-9318-3322. Email: arbarotti@gmail.com.

² Doutora em Sociologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Bahia. Orcid: 0000-0003-4901-0448. E-mail: tainareisz@gmail.com.



1. Introdução

Muito se fala atualmente sobre estarmos vivendo uma crise ecológica sem precedentes. Entretanto, um olhar mais crítico às relações sociais e econômicas mostram que a verdadeira crise é a do capitalismo e do seu modo de produção. Trazer o capitalismo para o centro da crise tem como objetivo buscar superar o dualismo historicamente estabelecido entre Humanos/Natureza e, assim, compreendê-lo como um evento coproduzido pelos seres humanos e pela natureza, visto que o capitalismo é uma maneira de organizar a natureza (MOORE, 2015).

Nessa via está a produção de parte da Sociologia Rural e da Sociologia Ambiental, propondo um olhar crítico sobre essa crise, observando-a não de forma isolada, mas integrada aos processos econômicos, políticos e sociais. A Revista *Áskesis* tem sido desde sua fundação um importante espaço de divulgação científica de tais áreas, possibilitando a difusão deste debate. As publicações da revista encontram sintonia com as produções dos grupos de pesquisa do programa de pós-graduação ao qual ela está vinculada³; no debate rural e ambiental, com o grupo TRAMA - Terra, Trabalho, Memória e Migração e RURAS - Ruralidades, Ambiente e Sociedade⁴.

O presente ensaio se ancora nas discussões propostas por tais grupos e tem, em consonância, como pano de fundo a literatura de Karl Marx, Enrique Leff, Achille Mbembe, Walter Benjamin, Judith Butler, entre outros. O objetivo deste ensaio é tratar dos estudos sobre o rural tocando nos dois pontos principais que, a nosso ver, guiaram essa área de estudos nos últimos anos: a exploração do ser humano e da natureza no processo de produção da mercadoria agrícola dentro do modelo econômico capitalista. Como diz Mbembe (2020), o capitalismo pode ser visto como um regime *termopolítico*, no qual corpos racializados e natureza são carbonizados, sugados, explorados e usados para a produção do capital.

Assim, observamos que a cada momento do processo de produção de valor e acumulação do capital existe uma mistura da atividade humana, extra-humana (máquinas e *softwares*) e da natureza. A acumulação no capitalismo é centrada pela exploração em grande escala da força de trabalho e da apropriação do trabalho não pago ou mal pago dos seres-humanos e da natureza. Nesse sentido, é necessário integrar o capitalismo dentro da natureza, e a natureza dentro do capitalismo, pois o capitalismo é antes de tudo um sistema baseado na natureza. Deste modo, a crise do capitalismo se revela uma vez que as oportunidades de apropriação do trabalho gratuito ou mal pago dos seres humanos, das florestas, dos oceanos, do clima e do solo

³ Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar).

⁴ Coordenados, respectivamente, pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins.



estão se reduzindo drasticamente (MOORE, 2015).

Portanto, olhar os seres humanos dentro do tecido da vida, o que foi definido por Moore (2015) como *metabolismo singular*, proporciona o estabelecimento de ligações entre as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, ecológicos e de defesa dos direitos de todos os seres vivos que habitam o planeta⁵. A integração da dimensão ecológica na compreensão da crise econômica e das desigualdades sociais (classe, raça, gênero) a partir da análise de como o capitalismo organiza o tecido de vida permite, desde modo, articular problemas que eram vistos como distantes.

Partindo desses pressupostos que consideram os seres humanos como parte da natureza, o conceito de antropoceno perde sua força analítica⁶. Isto porque esse termo toma a sociedade como um todo unificado e, por consequência, remete a toda a sociedade a responsabilidade dos problemas que emanam do capitalismo. Visto que os seres humanos não são todos iguais face às mudanças climáticas, esse conceito revela seu lado egocêntrico e etnocêntrico. Afastando-nos deste conceito, propomos seguir uma retomada das discussões sobre natureza e capitalismo compreendendo este último como o cerne das questões ambientais e agrárias contemporâneas.

2. A natureza no capitalismo

Antes de tudo, é importante dizer que a economia capitalista vê a natureza como um recurso, ou seja, “natureza igual aos recursos naturais”. Esta ideia de uma divisão entre o reino da natureza e os seres humanos foi elaborada por Descartes (1973), segundo a qual somente os seres humanos tinham sentimentos e eram racionais. O resultado desta visão de natureza sem espírito no contexto de uma economia capitalista tem servido para justificar seu uso como meio de produção e para a satisfação das necessidades e desejos de alguns humanos.

E, como observa Mbembe (2006; 2017; 2020), o capital é uma força viva e criativa (quando se trata de expandir mercados e lucros) e um processo sangrento de destruição (quando se trata de explorar o planeta), destruindo

⁵ Moore (2015) entende *metabolismo singular* como uma realidade em que as pessoas são integradas no tecido da vida como um todo (*web of life*).

⁶ O termo Antropoceno foi proposto pela primeira vez pelo químico Paul Crutzen, juntamente com seu parceiro de pesquisa Eugene Stoermer, durante as discussões do encontro *International Geosphere-Biosphere Programme*. Em 2002 o termo foi formalizado no artigo “Geology of Mankind” (CRÜTZEN, 2002), com o sentido de uma era geológica caracterizada pela interferência da ação dos homens e mulheres no sistema Terra. Trata-se de um conceito que surgiu para marcar as características do tempo presente. Para esse autor, a era do Antropoceno inicia-se com a Revolução Industrial e é intensificada após a segunda guerra mundial. Entretanto, esse não é um consenso. Autores como Haraway (2020) e Moore (2015) criticam essa visão, pois ela remeteria os problemas vividos no capitalismo à espécie humana como um todo. Contudo, sabemos que parte da espécie humana é, na verdade, vítima da máquina do capital. Nós não somos todos iguais diante do antropoceno, por isso Haraway (2020) afirma que a melhor palavra para definir nosso tempo é “Capitaloceno”. Nós não entraremos nesse debate, mas concordamos que o termo antropoceno não é suficientemente preciso para descrever a complexidade da realidade social atual.



a vida das espécies. Isto é parte de uma lógica necropolítica, segundo o autor, no qual o poder social e a política decidem quem tem o direito de viver e quem deve morrer. Estão envolvidos nessa lógica necropolítica os humanos e não-humanos e os seres vivos e os seres “não-vivos”.

Assim, se pensarmos na produção agrícola na economia capitalista, é possível ver que a natureza é vista como um obstáculo que deve ser superado, como afirma Martins (2006, p.174): “[...] a transformação da matéria-prima em mercadorias [na agricultura] não é feita exclusivamente pelo trabalho humano, mas pela combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais”. Ou seja, a agricultura tem um período de não-trabalho humano que é inerente à sua atividade. Portanto, os ritmos biológicos e os fatores climáticos (o trabalho da natureza⁷) são os que operam o processo de produção das “matérias primas” (LEFF, 2005; 2010).

Entretanto, para superar este limite e cumprir o papel de “comandante” da natureza, em meados do século XX houve um intenso movimento em direção à agricultura intensiva capitalista (puxado pelos países da Europa e dos Estados Unidos, seguido por outros países do Ocidente), que buscava desenvolver instrumentos tecnológicos para relativizar as “barreiras” naturais inerentes à produção de bens agrícolas. De fato, este processo ocorreu porque a agricultura, devido à sua natureza orgânica - que requer seu próprio tempo - foi um obstáculo e uma limitação à produção de valor e ao aumento da taxa de mais-valia. De tal forma que este cenário impediu a articulação de um sistema de produção unificado entre a agricultura e a indústria alimentícia (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987).

Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), esta intervenção humana direta e planejada nos ciclos da natureza é um dos elementos que marcam a era do que se convencionou chamar Antropoceno. Neste contexto, para dar seguimento a esta reflexão, é importante esclarecer o princípio do valor de troca dos bens na sociedade capitalista.

3. Teoria do valor e renda da terra: o trabalho da natureza na agricultura capitalista

Segundo Marx, o valor de troca de mercadorias é expresso pela representação de uma equação que iguala as quantidades de diferentes mercadorias para permitir a troca entre elas. Tomando o mesmo exemplo de Marx (2013), este é o processo no qual uma determinada quantidade de trigo é igualada por outra quantidade de ferro para permitir a troca entre eles. Esta equação revela a presença de um fator comum entre essas mercadorias, ou seja, os valores de uso que lhes dão utilidade como mercadoria, quando são

⁷ Quando falamos de trabalho da natureza, estamos generalizando o que sabemos que é um palco de uma grande diversidade de seres que habitam o solo e permitem o crescimento das plantas.



proporcionalmente igualadas, possibilitam a troca. E, renunciando o valor de uso das mercadorias, resta nelas apenas a propriedade de serem produtos do trabalho (MARX, 2013).

Contudo, não se trata de um trabalho qualquer. De fato, o trabalho nas sociedades capitalistas perde seu valor de uso, ou seja, as diferentes formas concretas deste trabalho não se distinguem mais umas das outras e acabam sendo reduzidas a um trabalho humano igual. Em outras palavras, o trabalho humano abstrato. Assim, os valores das mercadorias cristalizam em si mesmos a acumulação de trabalho humano, como explicado por Marx (2013, p.116):

Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção [a produção de mercadorias] foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores - valores de mercadorias.

Nesse sentido, o valor fundante ou a manifestação do valor da mercadoria é medido por meio da força de trabalho abstrato despendida para a sua produção. Assim, “[...] o elemento que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2013, p. 116). Dessa forma, um valor de uso só possui valor por meio da quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

Quando Marx (2013) refere-se ao trabalho socialmente necessário, ele introduz dois elementos para que as mercadorias possam ser igualadas por meio do trabalho: o grau social médio de destreza e a intensidade desse trabalho. Nesse sentido, o modo de organização social de uma sociedade, os meios de produção e o trabalho humano empregado é que determinam o valor de uma mercadoria. A mercadoria, que é a finalidade do trabalho, dessa maneira, é delimitada pelas necessidades imediatas e pelos desejos subjetivos demandados pela sociedade, mais o conhecimento técnico e das leis da natureza para produzi-la⁸.

Esta fórmula, portanto, deixa em aberto o valor da mercadoria, pois a força produtiva pode variar diante de algumas circunstâncias como aplicabilidade tecnológica, grau de desenvolvimento da ciência, eficácia dos meios de produção, destreza dos trabalhadores e condições naturais. Nesses termos, só podem configurar-se mercadorias os objetos que possuem objetividade de valor expressas em uma mesma unidade social, que são reconhecidas como úteis e, por conta disso, suportes de valor.

Essa análise, todavia, deixa uma lacuna quando aplicada aos processos produtivos não industriais. Isso porque na produção agrícola o valor teria que levar em consideração o trabalho socialmente necessário exercido pela

⁸ Segundo Marx (2013), a natureza dessas necessidades não altera a questão colocada, pois o que conta é a mercadoria que é produzida em sociedades onde reina o modo de produção capitalista em que as mercadorias são objetos externos que satisfazem as necessidades humanas de qualquer tipo.



natureza, pois, como visto, o valor na produção agrícola é resultado da combinação do trabalho humano com o ritmo biológico das forças naturais. Nesses termos, na formulação marxista, a natureza aparece somente como matéria prima ou como meio de produção, no que tange ao que Marx (1983) definiu como renda diferencial.

A renda da terra, para Marx (1983), surge com a racionalização da agricultura, que passou de algo empírico e tradicional para o emprego científico da Agronomia. Essa renda, retirada da terra por meio do trabalho, foi decomposta por Marx em três tipos, partindo do pressuposto de entrada no mercado de terras menos produtivas para a produção, devido ao aumento da demanda por produtos: *renda diferencial de tipo I*, que está ligada a recursos que podem viabilizar um rendimento superior ao preço agrícola médio vinculado a elementos naturais (localização e fertilidade do solo); *renda diferencial de tipo II*, que está ligada ao investimento de capital para a intensificação da produção; e *renda absoluta*, que está associada à propriedade privada da terra e ao modo de produção capitalista (MARX, 1983).

Assim, percebe-se que quando não é matéria prima, a natureza é vista como parte da chamada renda diferencial de tipo I, que compreende os elementos naturais de uma propriedade, ou seja, a fertilidade do solo e sua maior capacidade de produção de mercadorias. Não se considera que o processo de transformação exercido pela natureza é resultado do desgaste de energia exercido pela força de trabalho da natureza, no caso, os seres vivos que habitam o solo, para a produção de mercadorias. Como observou Leff (2005), a natureza não pode ser pensada apenas como um ente passivo no processo produtivo e na produção de valor e de mais-valia do capital, assim como considerava o materialismo histórico e os paradigmas clássicos e neoclássicos da economia que desprezavam o papel da natureza como parte das forças produtivas e de trabalho. Seguindo esse viés, Leff (2005, p. 137) afirma a necessidade de

[...] reconhecer a especificidade própria da natureza como portadora e suporte de um potencial produtivo e, portanto, de um potencial libertador que fortalece as forças produtivas e guia as forças sociais para a construção de uma racionalidade histórica, fundada em princípios de equidade e sustentabilidade.

Esses princípios de racionalidade e de equidade proporcionariam a possibilidade de reconhecer o trabalho desempenhado pela natureza e que é apropriado pelo capitalista sem nenhuma paga.

4. O tempo da natureza e o tempo do capitalismo

A crítica de Leff (2005) chama a atenção para o fato de que os capitalistas não reconhecem o tempo de espera da ação dos processos biológicos da



natureza (que conta com o trabalho de muitos seres vivos) como um tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Destarte, assim como o trabalho doméstico (*care*) das mulheres contribuiu para a acumulação de capital sem nunca ser reconhecido como trabalho (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019; SILVA, 2015, REIS, 2020), o trabalho dos seres vivos no solo também é negligenciado neste processo. De fato, os capitalistas consideram o tempo de trabalho da natureza como não-laboral e, portanto, como um obstáculo e um atraso para o processo produtivo, para a extração de mais-valia e para a interconexão com a indústria.

O capitalista, desse modo, busca não só o aumento da mais-valia do trabalhador, mas também se empenha, sobremaneira, em buscar a relativização das “barreiras” naturais na agricultura, com o objetivo de aproximar ao máximo a prática agrícola da industrial. Para isso, o capitalista procura maximizar o controle dos processos naturais e assim aumentar a valorização do capital através de mais-valia relativa (com a implementação de implementações técnicas) e mais-valia absoluta (fazendo com que a natureza produza mais commodities em menos tempo de trabalho, especialmente com a aplicação de fertilizantes químicos) (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987; MARTINS, 2006; LEFF 2010).

Como observa Leff (2005), é certo que as aplicações tecnológicas das ciências têm se convertido na maior força produtiva e, também, destrutiva do capital, e seus efeitos, no que tange aos processos naturais, estão baseados no modelo de produção de mais-valia. É sobre essas bases que

[...] desenharam-se complexos modelos de prospectiva tecnológica que planejam a produção e a aplicação de conhecimento científico-tecnológicos. Tudo isto implica a articulação prática de diferentes áreas da ciência e da técnica no processo econômico e no controle político dos agentes sociais, que permite a reprodução ampliada do capital (LEFF, 2010, p. 32).

É o que observa Benjamin (2012), fazendo uso das palavras de Paul Valéry, sobre um tempo em que a produção das pessoas imitava o procedimento lento e paciente da natureza, como o moldar de uma pérola, mas que fora substituída por produções aceleradas de uma indústria onde o tempo é o mais importante e as pessoas já não podem se sentir em harmonia com a natureza. E, justamente por isso, Valéry afirma, em tom de lamentação: “O homem de hoje não cultiva mais aquilo que não pode ser abreviado” (VALÉRY, 1960 *apud* BENJAMIN, 2012, p. 223).

Este distanciamento, segundo Starhawk (2015), em um mundo vazio, visa nos fazer pensar apenas no que pode ser medido, contado, adquirido... A natureza instrumentalizada para produzir alimentos, a terra como objeto, a ciência para o desenvolvimento, a democracia para os ricos.

Goodman *et al.* (1990) apresentam essa demanda de dominação também na agricultura capitalista, partindo do conceito de *apropriacionismo*, que é



a busca da indústria de apropriar-se de frações do processo de produção agrícola com objetivo de superar as restrições ambientais, de descontinuidade da ação do trabalho humano e a espera do processo biológico para a produção da mercadoria agrícola. Os avanços, nesse sentido, podem ser representados principalmente pela mecanização, utilização de insumos químicos e pelo uso de biotecnologias na manipulação genética de espécies que produzem mais em menor tempo (mais-valia relativa) (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1987).

Tomando o exemplo dos insumos químicos, com a disponibilidade de energia barata e do desenvolvimento do processo Haber-Bosch⁹, foi possível introduzir nitrogênio reativo no meio ambiente, de outra maneira que não através do cultivo de plantas de fixação de nitrogênio no solo. Como o nitrogênio é um dos principais fatores limitantes do crescimento das plantas, esse controle significou uma mudança de paradigma na produção agrícola, pois, a partir dos anos 1960, foi possível observar um aumento na produção agrícola juntamente com o uso do nitrogênio (ESCULIER, 2018).

Nesses termos, é possível observar que o *apropriacionismo* traz como mote a busca da superação da dependência da espera da transformação da matéria prima em mercadoria pela ação da natureza e de seus ritmos biológicos. Muitas interferências nos ciclos da natureza foram adquiridas nesse sentido, mas “[...] os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a serem determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra” (GOODMAN *et al.*, 1990, p. 8). Ou seja, os ritmos biológicos da produção agrícola e as descontinuidades entre tempo de trabalho e tempo de produção ainda permanecem como “barreiras” insuperáveis.

Nesse contexto, é possível entender o aumento vertiginoso do uso de fertilizantes minerais ou químicos. É importante destacar que a fertilização já era praticada na Europa desde o século XIX, entretanto, no começo do século XX houve uma intensificação do consumo. Os três principais minerais fertilizantes (nitrogênio, potássio e ácido fosfórico) apresentavam um consumo mundial em 1900 de 04 milhões de toneladas, valor que subiu para 17 milhões em 1950 e 130 milhões no final dos anos 1980. Tanto o uso de fertilizantes como de defensivos químicos como inseticidas, herbicidas e fungicidas (agrotóxicos) tiveram significativo aumento depois da Revolução Verde, a partir dos anos 1960 (OLIVEIRA; MALAGOLLI; DALTRO, 2019).

No Brasil, nos últimos anos temos observado um aumento vertiginoso no consumo de agrotóxicos e fertilizantes. O país é o maior consumidor de agrotóxicos mundial desde 2008, consequência do desenvolvimento do agronegócio (CARNEIRO *et al.*, 2015). Quase um terço do total de agrotóxicos usados no Brasil foi liberado a partir de 2019, ano em que se bateu o recorde

⁹ O processo de Haber-Bosch (por vezes designado simplesmente como processo de Haber) é um procedimento industrial de obtenção de amoníaco a partir de diazoto e di-hidrogénio no estado gasoso. O processo de obtenção por este método permitiu sintetizar quase a totalidade de amoníaco necessário para a produção de fertilizantes. Além disso, o fato de o amoníaco poder ser convertido em compostos úteis na síntese de explosivos (TNT e nitroglicerina, por exemplo) fez com que a sua exploração tivesse ainda mais sucesso ao longo da Primeira Guerra Mundial.



de consumo do país. Em 2020, com uma média de aprovação de 10 novos agrotóxicos por semana, quebrou-se o recorde do ano anterior. Destaca-se que 90% dessas aprovações ocorreram durante a pandemia de Covid-19.

O uso dessas substâncias tóxicas¹⁰, muitas já proibidas em diversos países, é sustentado pela ideologia do agronegócio, que propaga o discurso de desenvolvimento deste setor, escondendo a exploração do trabalho e do meio ambiente que ele representa (SILVA; VERÇOZA; BUENO, 2013).

Entendemos que tal ideologia está inserida no *apropriacionismo* e nessa busca por quebrar as “barreiras” inerentes à natureza. Efetivamente, a implementação de tecnologias mecânicas, intervenções químicas e mutações genéticas na agricultura e na natureza estão transformando a natureza e a produção de muitas maneiras, levando cada vez mais à monocultura, à extinção de diversas espécies e à contaminação do solo e da água. No entanto, o ciclo e o ritmo biológico ainda não podem ser superados totalmente, pois ainda precisamos esperar o trabalho dos seres vivos no solo.

5. A política da exploração

É de se destacar, ainda, a ação do Estado para a efetivação deste projeto de apropriação da natureza. Como diz Achille Mbembe (2017), a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, tornar possível a extração. No caso brasileiro, temos os debates sobre o Pacote do Veneno em tramitação no Congresso como uma expressão das tentativas de flexibilização do uso de agrotóxicos, ou, como entendemos, da necropolítica.

Em suma, como observou Leff (2005), a consolidação do modo de produção capitalista, baseado na acumulação, na reprodução ampliada e na utilização dos meios naturais é a principal causa da erosão dos solos, da perda de fertilidade das terras, da destruição dos ecossistemas e do esgotamento dos recursos naturais. De acordo com Stengers (2015), é sob o nome do “progresso” que este sistema insustentável foi posto em prática. Um sistema que destrói laços, “cerca tudo” (SILVA, VERÇOZA, REIS, 2019) e busca o máximo de lucro a partir da substituição do valor de uso pelo valor de troca. Stengers (2015) afirma, enfim, que dentro deste sistema a inteligência coletiva das multiplicidades dos usos acaba por ser destruída e a justificativa do direito de propriedade é transformado em um direito de abuso. Nestes termos, “O trabalho e o lucro tornam-se uma esfera autônoma, um fim em si mesmo, e a terra um mero recurso” (STENGERS, 2015 p.4).

A expansão desse sistema para uma escala planetária vem transferindo esses processos de degradação ambiental aos países historicamente explorados (pilhados) pelo colonialismo e pela guerra, como mostra Mbembe (2017).

¹⁰ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um ano, nos países pobres, os agrotóxicos causam 70 mil intoxicações agudas e crônicas, que podem evoluir para óbitos.



Isso evidencia os elementos não só econômicos, mas políticos e sociais dessa questão, ancorada em uma forma de organização para a morte.

A “civilização dos costumes” só foi possível, segundo Mbembe (2017), por causa das formas enriquecedoras das aventuras coloniais, baseadas no extrativismo e na constituição da desumanidade dos povos estrangeiros para dominá-los. Uma dominação que foi exercida não tanto por causa da cor de sua pele, mas, sobretudo, porque se comportaram como parte integrante da natureza e a viram como a mestre indiscutível, como observado por (STARHAWK, 2015).

Neste sentido, os “selvagens” eram seres humanos “naturais” e, portanto, “sub-humanos” para os europeus, que os massacraram sem ter consciência de cometer assassinato, já que estes “selvagens” não tinham o caráter especificamente humano¹¹. Assim, o colonialismo tinha uma nobre missão de levar a civilização a estes “bárbaros camponeses”. E se com esta sagrada missão se podia ganhar muito dinheiro, era apenas uma coincidência. Mbembe (2013) aponta que de todos os humanos, o negro é o único cuja carne foi feita uma mercadoria. Um fato que marcará profundamente a mente e a alma dos negros (FANON, 2015; QUIJANO, 2005).

Assim, neste contexto, para Mbembe (2017), a paz civil vivida nos países exploradores depende em grande parte da violência distante, dos incêndios, das atrocidades e das guerras de feudos e outros massacres nos quatro cantos do mundo. É importante ressaltar que esta necropolítica também é empregada no território dos países exploradores, através de um racismo de classe que toma as classes trabalhadoras e os povos sem Estado como selvagens do mundo colonial (MBEMBE 2006; 2017).

Segundo Starhawk (2015), a desvalorização dos seres humanos permite a formação de relações de poder nas quais eles são explorados, já que a humanidade é reservada para certas classes, raças e gêneros. É por isso que é possível observar nos países explorados a perpétua e diária negação da humanidade àqueles que são julgados como sendo os outros – pobres, lésbicas, gays, doentes mentais – em comparação com a cultura dos homens brancos da classe dominante (STARHAWK 2015; ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER 2019). Como observa Butler (2011; 2015), estes não são corpos que importam.

Nós mobilizamos deliberadamente esta dimensão da exploração, do racismo e do preconceito para com alguns seres humanos juntamente com a reflexão sobre o lugar da terra na produção agrícola porque, em nossa leitura, trata-se da mesma lógica: a destruição da natureza (seres não humanos) e de alguns seres humanos, que também são vistos como não humanos por esse sistema. Assim, fica flagrante que a racionalidade capitalista não reconhece

¹¹ É interessante notar que os povos indígenas afogaram os europeus para ver se eles se decompunham. Isto lhes permitiu saber se os homens brancos eram espíritos maus e não deuses (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).



o papel da natureza (os seres vivos) e de certos grupos de seres humanos no processo de reprodução da vida. A riqueza e a produção agrícola neste modelo capitalista se beneficiam, por um lado, do trabalho de muitos seres vivos negligenciados e, por outro, da exploração do trabalho de alguns seres humanos que estão subempregados, pois como observa Tsing (2017), a precariedade é a condição do nosso tempo. O resultado desta conta é simples: 82% da riqueza produzida em 2018 foi para o 1% mais rico da população mundial (RAPPORT OXFAM, 2022).

Segundo Leff (2005, p.ix), este modelo produziu a mercantilização do ser e a superexploração da natureza, ou seja, “a perda do sentido da existência gerada pelo pensamento racional em sua negação da alteridade”.

6. Considerações finais

Esta ideologia de progresso e crescimento está agora diante dos limites dos bens naturais transformados em mercadoria e do massacre de vidas humanas e não humanas. Aqueles que produzem para garantir a vida não têm o direito de viver, pois o modelo agrícola capitalista é necropolítico. Diante desse cenário, Tsing (2017) explora em seu livro as possibilidades de vivermos nas ruínas do capitalismo.

Por isso, é importante iniciar um processo de ressignificação do mundo, que terá como objetivo a construção de outra racionalidade e a valorização do conhecimento que foi esquecido. Nas palavras de Leff (2005), é necessário promover a *fertilidade* da diferença e a *descolonização* do conhecimento, sobretudo através da valorização das práticas locais e da construção de novos atores políticos para a construção de novos territórios de vida.

Estes novos territórios de vida devem ser lidos como rotas de fuga para um mundo de possibilidades e novas práticas sociais e políticas, como mostra Fraser (1992) com a ideia de espaços “contra-públicos” e “subalternos”. A mudança de paradigma e de relações de poder deve abrir a possibilidade de pensar em outras formas de viver no mundo, de produzir, de comer e de construir um território. A reconstrução de lugares físicos, mas também e, sobretudo, a recriação ou redescoberta de valores elementares, como o amor, a criatividade e a beleza. No sentido proposto por Barrau (2019, p.73): “(...) não mais pensar em animais e plantas como recursos, mas como entidades em si mesmas, com as quais obviamente é possível interagir, mas fora da lógica reificadora que prevalece hoje”. Trata-se, portanto, de cultivar e valorizar uma emoção coletiva, alegre, erótica e libertadora. Uma emoção de modos alternativos de interação entre os seres, como diz Lecerf Maulpoix e Le Donné (2017).

Enfim, pensar sobre as crises sem perder a esperança, pois é possível ver nascer em meio a essa terra arrasada, iniciativas de construção de outros



modos de viver o/no mundo (TSING, 2017). São iniciativas criativas, em uma perspectiva de fabulação, como diz Haraway (2020). Segundo ela, vários movimentos estão colocando em obra esse outro modo de viver o mundo a partir da resistência, da revolta, da luta e do luto. Grupos que estão elaborando maneiras de viver bem e de morrer com dignidade. O mais importante, portanto, não é somente saber que precisamos de um outro mundo, e rápido, mas que este outro mundo é também possível (HARAWAY, 2020).

Referências bibliográficas

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Féminisme pour les 99%**. Un Manifeste. Paris: La Découverte, 2019.

BARRAU, Aurélien. **Le plus grand défi de l'histoire de l'humanité..** Neuilly-sur-Seine: Michel Lafon, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que importam [Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Sérgio Murilo Rodrigues]. **Sapere Aude**, v.6, n.11, p. 12-16. 2015.

_____. Vidas precárias. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. v.1, n.1, p. 13-33, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Segurança Alimentar e nutricional e saúde. Parte 1. In: Carneiro, Fernando Ferreira et al (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind. **Revista Nature**, v.415, n.23, 2002.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ESCULIER, Fabien. **Le système alimentation/excrétion des territoires urbains: régimes et transitions socio-écologiques.** Université Paris-Est, 2018.

FRANTZ, Fanon. **Peau noire, masques blancs.** Paris: Seuil, 1952.



FRASER, Nancy. **Repensar la esfera pública**: une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement. Cambridge, MIT Press, 1992, p.109-142.

GOODMAN, David. SORJ, Bernard., WILKISON, Jhon. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HARAWAY, Donna J. **Vivre avec le trouble**. Paris: Mondes à faire, 2020.

LECERF MAULPOIX, Cy. LE DONNÉ, Margaux. 2017. Sensibilités climatiques entre mouvances écoféministes et queer. **Multitudes**, 2 (67): 8, 2017. <https://doi.org/10.3917/mult.067.0066>

MAULPOIX, Cy Lecerf; LE DONNÉ, Margaux. Sensibilités climatiques entre mouvances écoféministes et queer. **Multitudes**, n.67, 2017.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura Brasileira. **Revista Agrária**, n.4, p. 165-84, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (livro I: o processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Nécropolitique . **Raisons politiques** 1, v. 21, n.31, p.29-60, 2006.

_____. **Critique de la raison nègre**. Paris: La Découverte, 2013.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. **Brutalismo**. Paris: La Découverte, 2020.

MOORE, Jason W. **Capitalismo in the web of life**. Verso: Londres, 2015.

OLIVEIRA, Maiara Prates, MALAGOLLI, Guilherme Augusto; CELLA, Daltro. Mercado de fertilizantes: dependência de importações no Brasil. **Interface Tecnológica**, v. 16, n. 1, p. 489-498, 2019.



OXAFAN. **Rapport OXFAN: Les inégalités Tuent**, Oxfan internacional, Janeiro 2022 https://www.oxfamfrance.org/wp-content/uploads/2022/01/Rapport_Oxfam_Inegalites_mondiales_Davos_170122.pdf

REIS, Tainá. Acostumar: o trabalho do tempo, cuidado e adoecimento no corte de cana. In: 44^o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020. **Anais...** [Online]. p. 1-18, 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Melancolia e trabalho. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; BRAGA, Maria Alice; MATOS, Marlise (coords). **IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-reitoria de Extensão. 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; REIS, Tainá. Cercamentos: Imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil. **Eutopía - Revista de desarrollo económico territorial** n. 16, p. 31-50, dez./2019.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos; BUENO, Juliana Dourado. A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a (nova) morfologia do trabalho. **Caderno CRH**, v.26, n.68, p. 253-271, maio/ago 2013.

STARHAWK. **Rêver l’obscur: Femmes, magie et politique**. Paris: Cambourakis, 2015

STENGERS, Isabelle. Le prix du progrès. Discussion avec Isabelle Stengers sur les sorcières néopaiennes et la science moderne. [Entrevista concedida a Mathieu Rivat e Aurélien Berlan]. **Jef Klak - Critique sociale et expériences littéraires**. 2015. Disponível em: <https://www.jefklak.org/le-prix-du-progres/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Le champignon de la fin du monde: Sur la possibilité de vivre dans les ruines du capitalisme**. Paris: La découverte, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo et al (org.) **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VEGRO, Celso Luís Rodrigues. Mercado de fertilizantes: aumento das importações preocupa. Análises e indicadores do agronegócio. **Análise e**



indicadores do Agronegócio. v. 13, n. 4, abr/2018. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-16-2018.pdf>. Acesso em 03 jan. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio.** Revue Mana, 1996.

Como citar este ensaio:

ARBAROTTI, Alexsandro; REIS, Tainá. Terra arrasada: a apropriação pelo capital do trabalho dos seres vivos. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 92-106, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.786>

Data de submissão do ensaio: 20/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022



Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia

Felipe Padilha¹
Lara Facioli²

Resumo: Considerando o impacto da pandemia da síndrome respiratória aguda grave por coronavírus (SARS-CoV-2) sobre a pesquisa de campo, neste breve ensaio, buscaremos apresentar e discutir algumas questões e impasses que envolvem a transposição de desenhos de investigação para campos digitalmente mediados. Buscaremos refletir sobre como as Ciências Sociais, em especial a Sociologia, podem mobilizar o digital como recurso, como campo ou como ferramenta para a coleta de dados, oferecendo respostas criativas a determinadas situações críticas que afetam o trabalho de campo. Ao final, destacamos algumas questões éticas que se apresentam diante das especificidades de campos mediados pela tecnologia.

Palavras-chave: Pesquisa de Campo com Mídias Digitais. Pandemia (COVID-19). Ética em Pesquisa; Imaginação Sociológica.

Fieldwork with digital media: challenges for sociological imagination in pandemic times

Abstract: Considering the impact of the severe acute respiratory syndrome coronavirus (SARS-CoV-2) pandemic on field research, in this short essay, we are going to present and discuss some issues and impasses that involve the transposition of research designs to digitally mediated fields. We are going to reflect on how the Social Sciences, especially Sociology, can mobilize the digital as a resource, as a field or as a tool for data collection, offering creative responses to certain critical situations that affect fieldwork. At the end, we highlight some ethical issues that arise in face of the specificities of fields mediated by technology.

Keywords: Field Research with Digital Media. Pandemic (COVID-19). Research Ethics. Sociological Imagination.

¹ Professor Substituto do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5511-7252>. E-mail: felipeapa@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4054-9631>. E-mail: larafacioli@yahoo.com.br.



1. Introdução

O processo de transposição de parte significativa das interações cotidianas para formas mediadas pelas tecnologias digitais ganhou expressividade em meio às dinâmicas organizacionais adotadas em resposta à pandemia da síndrome respiratória aguda grave por coronavírus (SARS-CoV-2). Em termos de pesquisa, as interdições em torno das interações presenciais impulsionaram parte significativa dos projetos rumo a adequação de técnicas de coleta de dados para contextos mediados. Em especial, essas mudanças se fizeram notáveis nas abordagens qualitativas, como as de inspiração etnográfica, apoiadas em técnicas como entrevistas e observação participante. De certo modo, a pandemia nos lembrou que processos de pesquisa não ocorrem isolados das relações cotidianas, das circunstâncias políticas, nem dos desafios epidemiológicos que enfrentamos.

As mídias digitais oferecem ao mesmo tempo um escopo epistemológico, teórico e metodológico para a pesquisa social (cf. WALTON, 2018, p. 116). Chamamos de “campo de pesquisa” o conjunto de procedimentos empíricos mobilizados na obtenção dos indicadores a partir dos quais a investigação tecerá suas análises. Desde fins da década de 1990, o debate acadêmico entre Sociologia e Antropologia em torno das mídias digitais tem se expandido, resultando numa literatura diversificada em termos de abordagens e orientações teórico-metodológicas³. Resultado de um intenso trabalho de pesquisa empírica, a pesquisa de campo com mídias digitais colocou em perspectiva diferentes dimensões relacionadas com a tecnologia, contribuindo para ampliar as complexidades envolvidas no estudo de práticas sociais digitalmente mediadas.

Suely Deslandes e Tiago Coutinho (2021, p. 2) observam que “as interdições de contato presencial durante e pós-pandemia podem fazer com que as metodologias digitais se tornem uma necessidade para a pesquisa social”. É provável que a suspensão de parte significativa das interações face a face tenha favorecido a digitalização das pesquisas, direcionando os interesses para campos de estudo recém consolidados, como é o caso da Sociologia Digital e da Antropologia Digital.

Considerando as relações entre a pandemia e a pesquisa de campo, neste breve ensaio, construído em comemoração ao aniversário da Revista *Áskesis*, buscaremos apresentar e discutir algumas questões e impasses que envolvem a transposição de desenhos de investigação para campos digitalmente mediados. Como pano de fundo das reflexões apresentadas a seguir, consideramos que a Sociologia Digital compõe importante quadro analítico para lidar com dimensões contemporâneas de conexão constante, de forma que ponderar acerca de processos políticos e democráticos, da relação

³Para um balanço provisório das produções no campo da Sociologia Digital ver: MISKOLCI e BALEIRO, 2018.



entre ciência e sociedade deve envolver, fundamentalmente, para a Sociologia, atenção redobrada à maneira como interagimos com as mídias digitais. Nesse sentido, é avultoso examinar diálogos teóricos e ferramentas possibilidades metodológicas para pesquisa empírica atravessada pelo digital.

Para tanto, buscaremos refletir sobre como as Ciências Sociais, em especial a Sociologia, podem mobilizar o digital como recurso, como campo ou como ferramenta para a coleta de dados, oferecendo respostas criativas a determinadas situações críticas que afetam o trabalho de campo. Ao final, discutimos algumas implicações éticas para a pesquisa, levando em consideração as especificidades dos campos mediados pela tecnologia.

2. O período pandêmico e os campos digitalmente mediados

Ainda que se possa argumentar que as mídias digitais se constituíram como fenômeno sociotécnico relevante para a pesquisa sociológica ao longo das duas décadas que antecederam à pandemia, foi no contexto do seu agravamento que a internet passou a ser incentivada como meio predominante para as interações em escala nunca antes vista. Pequenas atividades comerciais, serviços e outras transações informais, antes ausentes da rede, ganharam uma interface digital visando à manutenção das atividades. A expansão do uso da internet como recurso comunicacional foi mediada por entendimentos consolidados a partir de discursos e objetivos epidemiológicos, tecnológicos, governamentais e até mesmo institucionais e corporativos/comerciais.

Em contrapartida/ No entanto/ Todavia, a expansiva digitalização das atividades alimentou medos e ansiedades sociais, muitos dos quais decorrentes do agravamento da desigualdade social e econômica, projetada sob um contexto de acirramento da crise política. Ao fim e ao cabo, o acesso à internet se converteu em pressuposto para o acesso a serviços básicos, tanto públicos quanto privados. Aplicativos e sites consolidaram-se como os principais canais de acesso a políticas públicas como, por exemplo, o Auxílio Emergencial, um dos poucos programas assistenciais implementados pelo governo para mitigar os efeitos da emergência sanitária.

De modo semelhante, a internet foi mobilizada como eixo estruturante das políticas educacionais, sendo usada como meio de comunicação predominante para a manutenção de parte significativa das atividades de ensino. Pouco foi dito a respeito do acesso à infraestrutura da rede ou a inexistência de dispositivos necessários para conexão, o que resultou na digitalização de desigualdades preexistentes.

As maneiras como nos relacionamos com a tecnologia são condicionadas e experimentadas de modos distintos tanto em nível coletivo quanto individual e, por isso, estão longe de serem homogêneas ou uniformes. Para nós, sociólogos e sociólogas, não é suficiente saber quantas pessoas usam a



tecnologia. Interessa-nos saber como elas usam, em que contexto esse uso se dá, guiado por quais propósitos e interesses, visando quais finalidades.

O acesso a tecnologia não se reduz às condições econômicas para a aquisição de um dispositivo e para a contratação de uma operadora de telefonia e internet. Usar uma rede social, por exemplo, pressupõe algum domínio da leitura e da escrita, além de uma localidade cuja infraestrutura esteja disponível para a conexão. Da mesma forma, é necessário compreender, minimamente, os códigos e dinâmicas comunicacionais adotadas no interior de uma determinada plataforma. Podemos mencionar como exemplo, regiões de zonas rurais ou mesmo aquelas afastadas dos grandes centros urbanos que, em geral, dispõem de uma infraestrutura precária, que resulta em conexões intermitentes ou com baixa capacidade.

Janet Kraynak (2020, p.1) lembra-nos que habitar um mundo digital implica no reconhecimento de que a “digitalização não se resume a uma tecnologia, confinada ao *hardware* ou *software* do computador, mas representa uma ideologia operativa, uma força poderosa e transformadora da própria vida cotidiana”⁴. Para esta historiadora da arte, a aceitação tácita do digital como mediador das relações interpessoais e interinstitucionais se traduz na exigência por novas formas de capital social relacionadas ao domínio da tecnologia, gerando, em contrapartida, novos eixos de produção de desigualdades e novas formas de exclusão.

Nas universidades brasileiras, a despeito dos notáveis esforços institucionais e do corpo docente para dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão em meio às interdições, a crise de saúde evidenciou a necessidade de avanços no que se refere à inserção de tecnologias nos processos educacionais (LIMEIRA et al., 2020). De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, promovida pelo Comitê Gestor da Internet, no ano de 2020, os indicadores de acesso à internet apresentaram o maior crescimento dos 16 anos da série histórica. O levantamento também revelou que, no mesmo ano, o país chegou a 152 milhões de usuários - um aumento de 7% em relação a 2019. Com isso, tem-se que 81% da população com mais de 10 anos possui acesso à internet em casa. Em contrapartida, quase 20% da população brasileira não tem acesso à internet (NIC.br, 2021). A digitalização acelerada pela pandemia e como ela transformou as relações e outros processos sociais - como os educacionais e de pesquisa - ainda é questão passível de compreensão aprofundada pela teoria social, porém podemos afirmar que tais transformações indicam caminhos a serem desbravados por investigações futuras.

A expansão da conexão de alta velocidade e a explosão no consumo de *smartphones* forneceram as bases para mudanças cotidianas e estruturais. Aprendemos a conviver e a nos relacionar com um arsenal quase imperceptível

⁴ Tradução nossa. No original: “[...] digitization is not a technology, confined to the hardware or software of the computer, but represents an operative ideology, a powerful, and a transformative force of everyday life itself”.



de câmeras de monitoramento; mantemos contas em plataformas e sites; marcamos nossos amigos em redes sociais; trocamos curtidas; mobilizamos *hashtags*; usamos mapas digitais que interagem com o espaço físico; deixamos pistas digitais que confirmam nossa presença em lugares específicos; aceitamos ou rejeitamos pedidos de amizade e bloqueamos pessoas. A midiaticização das relações tem expandido e reinscrito nossas noções a respeito de estarmos juntos ou separados, nossas expectativas, nossos comportamentos, nossa expressão emocional e nossa performance - incluindo a maneira como falamos e nos expressamos e, em última análise, a maneira como entendemos e conferimos sentido ao mundo. Ela tem modificado até mesmo os critérios a partir dos quais estabelecemos juízos sobre comportamentos individuais e coletivos (COULDRY; HEPP, 2017).

Para as novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras familiarizados com a internet, a interligação entre os usos das mídias digitais e diferentes práticas cotidianas pode ter facilitado a incorporação dessas mídias ao processo de pesquisa. Para pesquisadores e pesquisadoras mais experientes, experimentos bem-sucedidos na realização de observação participante, grupos focais, entrevistas e conversas - antes predominantemente realizadas em contextos face a face - por meio de aplicativos de trocas de mensagens e serviços de redes sociais, podem contribuir para desmistificar a adoção da tecnologia como recurso de pesquisa, suscitando reflexões teórico-metodológicas à luz de outros contextos.

Se por um lado, a adoção das tecnologias tem contribuído para romper com estereótipos negativos, consolidando as mídias digitais como um instrumento profícuo para o trabalho de pesquisa em abordagens qualitativas, por outro lado, a legitimação desses mesmos instrumentos enquanto recursos de pesquisa ainda suscita questões pertinentes. Em outras palavras, a aceitação cada vez mais tácita da tecnologia no processo de pesquisa também se relaciona com a imaginação sociológica.

A socióloga Saskia Sassen (2002, p. 366) argumenta que “não existe economia puramente digital nem empresa ou comunidade completamente virtual. Isso significa que poder, contestação, desigualdade, hierarquia, se inscrevem no espaço eletrônico e moldam a produção de *softwares*”⁵. Embora reconheça que as tecnologias possam de fato ser constitutivas de novas dinâmicas sociais, Sassen considera que elas também podem derivar ou simplesmente reproduzir relações anteriores. Sendo assim, sublinha a autora, o esforço de lidar com as mídias digitais demanda a produção de categorias com capacidade para capturar elementos que, com frequência, são concebidos como atributos contraditórios ou mutuamente exclusivos. Dito de outro modo, as complexas interações entre tecnologia e vida social desafiam

⁵ Tradução nossa. No original: “There is no purely digital economy and no completely virtual corporation or community. This means that power, contestation, inequality, hierarchy, inscribe electronic space and shape the production of software” (SASSEN, 2002, p. 366).



as proposições convencionais a respeito da separação entre público e privado, *online* e *offline*, além de alterar as noções de hierarquia e escala.

O digital remonta a um conjunto de transformações sociotécnicas que vem se delineando pelo menos desde a segunda metade do século XX, produzidas nas articulações entre transformações sociopolíticas, mudanças culturais e subjetivas, alinhadas ao campo das inovações tecnológicas. De uma perspectiva sociológica, o digital não corresponde a uma entidade fixa ou a um conjunto de comandos encarnados num dispositivo tecnológico, mas refere-se a práticas sociais produzidas com a tecnologia e que ganham contornos específicos de acordo com o contexto em tela. Dessa perspectiva, predomina uma abordagem dos aspectos sociotécnicos, isto é, das características sociais e tecnológicas constitutivas do digital enquanto fenômeno, e que são fundamentais para o entendimento a respeito de como interações e relações sociais mediadas têm se tornado predominantes.

Problemas políticos e epistemológicos costumam propor desafios convidativos à imaginação sociológica. Pensar o papel da Sociologia em períodos assim passa por uma avaliação do ambiente social no qual estamos inseridos; por uma distinção entre problemas públicos e privados e pelo entendimento sobre como se dão as interações entre as instituições e o comportamento individual e coletivo. Nesse sentido, autores como Lorenzo Viviani (2020, p. 284) têm chamado a atenção sobre como as mudanças recentes têm nos levado a questionar se e como a crise pandêmica é capaz de renovar a definição das “problemáticas sociais”. Acompanhando a formulação de Wright Mills (1972), para quem a imaginação sociológica não é outra coisa senão a capacidade de refletir sobre si mesmo, livre dos hábitos familiares da vida cotidiana, a fim de olhar a realidade com outros olhos, Viviani busca incentivar jovens pesquisadores e pesquisadoras a se apropriarem da vocação da sociologia para a leitura das mudanças sociais, especialmente, aquelas produzidas em tempos de crise.

Entre as diversas contribuições que a Sociologia Digital tem a oferecer para a pesquisa de campo com mídias digitais, encontram-se proposições teórico-metodológicas empiricamente orientadas, com capacidade para analisar como tecnologias e práticas sociais se articulam a processos de mudança. Nossos telefones inteligentes resultam de decisões e escolhas políticas que, com frequência, estão vinculados a formas contemporâneas de exploração que se reproduzem com base em interesses geopolíticos e econômicos.

A construção de uma representação social da pandemia passou pelo uso mais ou menos consciente da expressão “distanciamento social”, também mobilizado como justificativa para a transposição das atividades cotidianas para as redes digitais. Nesse sentido, a crescente exposição às redes sociais serviu para contrapor as fronteiras espaço-temporais impostas pelas interdições de contato presencial. Entretanto, a noção de distância



social, emprestada do vocabulário biomédico, especificamente, das áreas dos estudos de virologia e de epidemiologia, ganha outra força semântica quando submetida ao ponto de vista das Ciências Sociais. Viviani (2020) argumenta que, durante a pandemia, o amplo emprego da noção de “distanciamento social” por veículos de comunicação e governos contribuiu para moldar as relações sociais, afetando a percepção de si e dos outros, com efeitos sobre os comportamentos e representações individuais e coletivas.

Para este sociólogo italiano, “distanciamento físico” e “distanciamento social” são termos que remetem a diferentes classes de fenômenos sociológicos. No primeiro caso, a distância interpessoal passa a ser mensurada em termos de espaço, enquanto, no segundo, a métrica do espaço assume uma dimensão social, na qual não é a distância física, mas a relação social que estabelece a conexão.

No Brasil, pode-se dizer que, especialmente para grupos com acesso à internet, a pandemia se caracterizou também como um contexto de intensificação da sociabilidade por meio das redes sociais, no qual as mídias digitais passaram a figurar como um recurso para contornar as interdições de contato físico. Em casos desse tipo, as interações mediadas por câmeras e microfones permitiram a criação de canais visuais capazes de recriar formas de reconhecimento e identificação. Em contrapartida, para grupos desfavorecidos, em situação de vulnerabilidade social, o digital se converteu em mais uma barreira a ser superada para garantir a própria sobrevivência.

Um exemplo ilustrativo a esse respeito pode ser encontrado nos dados sobre evasão escolar durante a pandemia. De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021), a evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de alunos. Durante a pandemia de Covid-19, esses números aumentaram em 5% entre os alunos do ensino fundamental e 10% no ensino médio. Para os que ainda estão matriculados, a dificuldade foi de acesso, com 4 milhões de estudantes sem conectividade. Já a nota técnica emitida pela entidade *Todos pela Educação*, fundamentado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), que busca traduzir os efeitos da pandemia, mostrou que cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2020, o que representa 171% em comparação a 2019. Também no contexto do ensino superior, os problemas não estão limitados à evasão de estudantes, mas incluem dificuldades para a conexão destes. Pacotes de dados com capacidade insuficiente, a falta de ambientes adequados para o estudo e acompanhamento das aulas consistem em dificuldades enfrentadas.

Os levantamentos anteriormente mencionados revelam alguns dos marcadores que balizam a desigualdade de acesso e sinalizam as dificuldades que se impõem diante das pretensões de digitalização de diferentes processos. Ao mesmo tempo, são ilustrativos a respeito da diversidade de condições que moldam os usos. A tecnologia em si não faz coisas e não é capaz de determinar



os contextos de acesso tampouco as formas de uso. Os ecossistemas em rede, que conectam plataformas e usuários, são produzidos à luz de contextos moldados por interesses mais amplos, expressos por estruturas de poder que são locais, mas também internacionais (SASSEN, 2002).

Contextos de investigação mediados pela tecnologia se entrelaçam com múltiplos objetos de pesquisa e eixos de análise, interconectando de maneira transversal diferentes áreas de produção de conhecimento. Nesse sentido, a internet pode ser compreendida como um recurso complementar para a pesquisa e, ao mesmo tempo, estruturante do campo e das relações pesquisadas.

Entre outras especificidades, a pesquisa de campo mediada demanda um olhar atento sobre o papel desempenhado pelas infraestruturas digitais na formação das interações sociais. No caso de campos construídos parcial ou inteiramente mediados por serviços de redes sociais, como Twitter, Facebook e Instagram, a arquitetura da plataforma, ou seja, o *design* da interface e os recursos por ela disponibilizados, pode afetar tanto a logística da pesquisa quanto às estratégias mobilizadas para responder a questão estabelecida. Em comum, diferentes serviços de redes sociais colocam à disposição do usuário um conjunto básico de recursos destinados à produção de um perfil online, a partir do qual espera-se que o usuário passe a interagir com outros no interior de uma arquitetura digital (boyd, 2014; LUPTON, 2015).

Cada plataforma oferece ao usuário uma interface configurada em torno de entendimentos que conferem sentido a produtos e atividades específicas. A mercadoria *online* não se limita àquilo que é vendido, mas inclui também as informações sobre o item e seus consumidores (LUPTON, 2015, p. 10). Conforme Richard Miskolci (MISKOLCI, 2021, p. 41), “vendidos como serviços, tais redes sociais *online* tentam se apresentar ocultando ao máximo seus interesses comerciais e priorizando propagandas que lhes dão uma aura de espaço livre de interesses e exploração econômica”.

3. Algumas ferramentas de pesquisa: a entrada no campo, entrevistas e dimensões éticas

A respeito das dimensões empíricas da pesquisa conectada, podemos mencionar que as abordagens etnográficas discutem a “entrada no campo” como um conjunto complexo de processos e negociações que envolvem alguma dose de criatividade e, muitas vezes, alguém familiarizado com o contexto local e disposto a colaborar com a nossa entrada nesse universo. A internet produz a falsa impressão de que esse processo poderia ser facilitado mediante um “clique”, por meio da produção de uma conta em uma plataforma na qual estão as pessoas que se quer encontrar. Além disso, a arquitetura da rede pode complexificar os níveis de participação e de integração do pesquisador às interações estudadas.



No que se refere a campos inteiro ou parcialmente construídos a partir de serviços de redes sociais digitais⁶, a possibilidade de ingressar em uma determinada rede sem ser visto é particularmente reveladora a respeito dos atuais dilemas éticos conformados em torno da privacidade na internet. A infraestrutura da plataforma molda os encontros em campo à medida que estabelece as condições para a experiência do contato entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.

Os lemas adotados por cada plataforma oferecem bons exemplos de como serviços de redes sociais sugerem uma atuação discursiva a seus participantes, incentivando uma performance individual. O mote adotado pelo Facebook, “o que está pensando”, busca acionar impulsos relacionais, sob a forma comentários, curtidas e outras reações, convertendo-os em interações. Com base em *hashtags* que formam um retrato do “que está acontecendo no mundo nesse momento”, o Twitter pretende operar como um sensor das tendências e tópicos de debate em ascensão. Já o YouTube interpela os sujeitos a produzirem e transmitirem o próprio conteúdo, a partir da sugestão: “transmita você mesmo”. Marcado pelo forte apelo visual, o Instagram busca “captar e compartilhar os momentos do mundo” enquanto o Tik Tok, adaptado aos padrões de velocidade da publicidade digital, recomenda: “não faça anúncios, faça Tik Toks”. A popularidade de cada usuário traduz-se em números de visualizações, curtidas e compartilhamentos que, na rede, se convertem em capital social, conferindo o status de influenciador digital a quem for capaz de acumular uma robusta carteira de clientes. Além disso, num contexto de mercado, cada plataforma tende a rapidamente incorporar recursos bem-sucedidos a partir da experiência da concorrência.

Num contexto de conectividade (VAN DIJCK, 2016), as plataformas moldam tanto as interações que estabelecemos com nossos interlocutores de pesquisa, quanto às interações que eles estabelecem entre si⁷. Essa nova dinâmica relacional afeta as noções convencionais sobre a entrada no campo de pesquisa e, ao mesmo tempo, traz novas questões em torno da negociação e do consentimento para a realização do trabalho. Além do mais, campos parcial ou inteiramente mediados tendem a proporcionar um tipo de contato intensivo e constante entre o pesquisador e os sujeitos incluídos na pesquisa. Serviços de redes sociais favorecem uma profusão de interações sincrônicas e assincrônicas que tensionam a noção convencional da ida a campo. O processo de aproximação, contato, negociação, familiarização e imersão, assim como as negociações em torno das técnicas de obtenção e registro das informações

⁶ Empregamos o termo “serviços de redes sociais digitais” para sublinhar características comerciais de plataformas digitais que, com base em perfis individuais, estruturam públicos em dinâmicas interativas produzidas em rede.

⁷ José van Dijck (2015) explica que, na internet, o social pode ser constituído tanto a partir de conexões realizadas por usuários como pode ser mediada pela conectividade automatizada (cf. p. 30), isto é, através da algoritmos que permitem identificar tendências de comportamentos. A conectividade pode ser entendida como produto da junção entre usos, conteúdos e negócios num contexto sociotécnico de mercantilização da informação, a partir das relações entre usuários.



ganham outros contornos a partir das redes.

Online, as entrevistas podem se transformar, por exemplo, em conversas de acompanhamento (FACIOLI, 2017), cujo início e término não dispõem de horário marcado e final previsto. Entrevistas podem ser realizadas por videoconferência, audioconferência ou troca de mensagens instantâneas de modo síncrono ou assíncrono, isto é, sem a interação simultânea, mobilizando diferentes recursos, tais como *e-mails*, mensagens de áudio trocadas por aplicativos de mensagens, fóruns de discussão ou salas de bate-papo. No entanto, independentemente da plataforma ou da modalidade de contato adotada, para que o pesquisador ou a pesquisadora possa assegurar e garantir a

[...] qualidade, efetividade e privacidade nas entrevistas *online*, são necessários alguns pré-requisitos, tais como: confiabilidade e segurança da rede de Internet e dos equipamentos (celular, computador, câmera, microfone e fone de ouvido), além de ambiente privativo e silencioso, em que seja possível assegurar o mínimo de interrupções, o que vale tanto para o pesquisador quanto para o participante (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020, p. 964).

Há uma dimensão criativa na busca por combinar métodos, técnicas e estratégias de investigação de maneiras até então pouco convencionais para responder perguntas específicas ou para contornar limitações, como as que foram impostas pela pandemia em torno do contato face a face. Esse caráter experimental da pesquisa tem se constituído um traço marcante nas investigações que envolvem mídias digitais, revelando novas formas de escrita, de descrição e o teste de novas técnicas e métodos de coleta de dados, que evidenciam a dimensão do artesanato intelectual, característica da pesquisa social.

Também convém destacar que o campo de pesquisa pode ser entendido como possuidor de múltiplas faces e materialidades, que podem inclusive ocorrer em lugares distintos. Nesse sentido, consideramos proveitosa a formulação oferecida por Peter Spink a respeito do campo-tema, entendido como um complexo de redes de sentido que se interconectam formando “um espaço criado [...] herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado, na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação” (SPINK, 2003, p. 28).

As estratégias mobilizadas por cada investigação resultam da junção entre a questão de pesquisa a ser respondida e as técnicas passíveis de serem empregadas de acordo com as características particulares de cada plataforma, dos dispositivos de acesso e dos contextos de uso. Além da infraestrutura, questões legais também podem eventualmente abrir ou restringir as condições da pesquisa empírica, definindo as propriedades do campo, ou ainda, eventualmente, convertê-las no próprio objeto de estudo⁸. Tanto

⁸ Para um exemplo sobre os impedimentos legais podem afetar o trabalho de pesquisa de campo ver a análise de Iana Alvarez (2017) a respeito do aplicativo Lulu. Lançado em 2013 e operando a partir



quanto for possível, devemos buscar conhecer a infraestrutura da plataforma estudada, o que implica em compreender aspectos técnicos, legais, a história de seu desenvolvimento, assim como as demandas que podem conduzir a transformações e adequações em sua arquitetura.

O trabalho de campo tem muito a ganhar incorporando métodos e técnicas de pesquisa à luz do digital. Não se trata de descobrir uma nova metodologia ou um modelo de pesquisa capaz de solucionar todos os problemas a partir da tecnologia, mas de reconhecer que a digitalização tem, cada vez mais, desafiado nossas presunções sobre as relações entre tecnologia e vida social. Além disso, boas combinações experimentais podem inspirar desenhos de pesquisa mais colaborativos e interativos, promovendo um contexto mais favorável à interlocução entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa (STATELLA, 2020).

Em muitos campos, a internet opera essencialmente como recurso para a comunicação ou para a partilha dos resultados alcançados pela pesquisa. Mesmo em casos desse tipo, a presença dos *smartphones* e da internet altera os modos de comunicação entre quem realiza e quem colabora com a pesquisa. No entanto, especificamente no caso de campos construídos a partir de serviços de redes sociais, quando comparada com o modo tradicional de escrita e registro das informações e observações, a pesquisa mediada reposiciona o lugar da observação possibilitando um tipo de acompanhamento contínuo e em tempo real. Em outras palavras, ao deslocar as posições de quem observa e de quem é observado, os campos mediados exigem reflexões a respeito dos princípios éticos que orientam boas práticas de pesquisa e, conseqüentemente, devem nortear a tomada de decisões por parte de pesquisadores no interior de processos e contextos investigativos específicos.

As orientações expressas nas cartas da Associação Internacional de Sociologia (ISA), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) preconizam a confidencialidade das informações e o anonimato dos sujeitos de pesquisa como princípios éticos fundamentais e norteadores das práticas de pesquisa em Ciências Sociais. Do mesmo modo, desde 2002, as diretrizes éticas relativas à pesquisa na internet discutem explicitamente a necessidade de garantir o anonimato e a confidencialidade dos autores dos textos utilizados - incluindo postagens, fotografias e imagens de perfis mantidos em redes sociais digitais -, endossando a necessidade de preservar a privacidade dos sujeitos envolvidos no estudo (AoIR, 2002; 2012; 2020).

Consideramos que a negociação do consentimento para a realização de acompanhamento e observação sistemática das atividades de perfis em redes sociais *online* e *blogs* na internet deve obedecer o mesmo protocolo que rege a negociação do consentimento informado para a obtenção de entrevistas.

de informações extraídas do Facebook, este aplicativo multiplataformas permitia que mulheres realizassem a avaliação do desempenho de homens e que publicassem os resultados na rede. Após uma série de disputas judiciais, o uso do aplicativo foi proibido sob o argumento de violação de privacidade.



Desse modo, quer seja dentro ou fora da rede, as condições da pesquisa devem sempre ser negociadas com os sujeitos com os quais estabelecemos interlocuções e que, informados das condições do trabalho, poderão ou não consentir o acompanhamento de suas publicações. É dever do pesquisador ou da pesquisadora zelar pelo direito à privacidade dos sujeitos envolvidos em qualquer pesquisa, sendo dele ou dela a responsabilidade por todas as informações tornadas públicas em seu trabalho.

Qualquer estudo deve considerar as vulnerabilidades presentes nos assuntos que se propõe a tratar. Entretanto, no caso da pesquisa de campo, marcada pela convivência próxima entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, algumas vulnerabilidades podem se ocultar por trás ou mesmo no interior de descrições e representações aparentemente impessoais. Por todas as características elencadas, a pesquisa com mídias digitais exige que se estabeleça uma postura de “reflexividade ética” durante todo o processo de pesquisa (MARKHAM e BUCHANAN, 2012), levando em consideração inclusive eventuais prejuízos futuros que possam ser causados aos participantes do estudo.

A análise de fotografias, textos, imagens, interações ou outros tipos de informações pessoais produzidas e compartilhadas *online* em plataformas de comunicação em rede, que não se constituem de maneira inteiramente pública nem totalmente privada, desafia a criatividade em termos de escrita e de construção da pesquisa. A exposição de dados sensíveis no trabalho deve levar em consideração que a pesquisa acadêmica resulta num documento atemporal. Recursos como a descrição densa do campo, das dinâmicas das plataformas, dos perfis dos sujeitos, sem mencionar a literalidade das falas, são exemplos de como impedir que o conteúdo se torne prontamente localizável na rede. Outras saídas engenhosas podem substituir a utilização do *print screen* e a reprodução literal de imagens, mesmo quando constituem o objeto de análise. Um exemplo a este respeito pode ser encontrado no trabalho de Gleiton Bonfante (2016) que, ao analisar aplicativos de busca de parceiros para homens gays, reproduziu os perfis dos interlocutores a partir de desenhos feitos a mão, de forma a ocultar, o máximo possível, suas informações, garantindo preservação da privacidade dos sujeitos.

Embora a dimensão ética da pesquisa mediada se insira em um debate mais amplo do que foi abordado neste ensaio, as questões apresentadas tornam-se urgentes para o atual contexto na medida em que se inscrevem entre as problemáticas resultantes do deslocamento de parte significativa das pesquisas para campos conectados. Entender as interações que ganham sentido à luz de arranjos sociotécnicos pressupõe percorrer os fluxos de sujeitos pela rede, percebendo como usos e conteúdos adquirem sentido sob determinados contextos. Além do estatuto convencionalmente atribuído ao campo, as mídias digitais afetam as etapas logísticas da pesquisa, assim como as técnicas e procedimentos metodológicos empregados em diferentes



momentos do trabalho. Longe de serem neutros, esses arranjos devem ser percebidos como produtos da articulação entre interesses sociais, culturais, econômicos, institucionais, políticos e tecnológicos que, de diferentes maneiras, vinculam local e global.

Os desafios colocados para a imaginação sociológica dependem da nossa capacidade de renovar as dimensões epistemológicas, técnicas e metodológicas consolidadas nas Ciências Sociais, encarando com seriedade os processos e as transformações em curso e que foram inauguradas pelas chamadas “novas mídias” e que, convenhamos, já nem são tão novas assim.

Referências bibliográficas

Associação Brasileira de Antropologia. **Código de ética do antropólogo e da antropóloga**. 2012. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>>. Acesso em 09 Fev. 2022.

Association of Internet Researchers (AoIR). **Internet Research: Ethical Guidelines 3.0**. 2020. Disponível em: <<https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>>. Acesso em 9 Fev. 2022.

Association of Internet Researchers (AoIR). **Ethical decision-making and internet research: Recommendations from the AoIR ethics working committee**. 2002. Disponível em: <<http://aoir.org/reports/ethics.pdf>>. Acesso em 9 Fev. 2022.

Association of Internet Researchers (AoIR). **Ethical decision-making and internet research**. 2012. Disponível em: <<http://aoir.org/reports/ethics2.pdf>>. Acesso em 9 Fev. 2022.

ALVAREZ, Iana Lopes. Eles na pele delas: dilemas acerca do aplicativo Lulu. **Revista Florestan**. v. 4, n. 6, p. 49-69, 2017. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/179/01-03_dossi%C3%AA#>. Acesso em 9 Fev. 2022.

boyd, danah. **It's complicated: The social lives of networked teens**. London: Yale University Press, 2014.

BONFANTE, Gleiton M. **Erótica dos signos nos aplicativos de pegação: processos multissemióticos em performances íntimo-espetaculares de si**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The Mediated Construction of Reality**.



London: Polity, 2017.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.11, 2020.

ESTALELLA, Adolfo; CRIADO, Tomás Sánchez. Acompañantes epistémicos: la invención de la colaboración etnográfica. In: VEINGUER, A. L.; DIETZ, G. (Orgs.), **Investigaciones en movimiento: etnografías colaborativas, feministas y decoloniales**, Buenos Aires: CLACSO, 2020, p.145-179.

International Sociological Association. **Código Ético**. 2012. Disponível em: <<https://www.isa-sociology.org/es/sobre-isa/codigo-etico-440>>. Acesso em 09 Fev. 2022.

KRAYNAK, Janet. **Contemporary Art and the Digitization of Everyday Life**. Oakland: University of California Press, 2020.

LIMEIRA, George Nunes; BATISTA, Maria Elenice Peixoto; BEZERRA; Janete de Souza. Desafios da utilização das novas tecnologias no ensino superior frente à pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e2219108415, 2020. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8415>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. Londres: Routledge, 2015.

MARKHAM, Annette. BUCHANAN, Elizabeth. **Ethical decision-making and internet research recommendations from the AOIR Ethics Working Committee** (Version 2.0). 2012. Disponível em: <<http://aoir.org/reports/ethics2.pdf>>.

MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 132-156, jan./abr.2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20336/rbs.237>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

NÚCLEO de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Educação e tecnologias**



digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19. 1. ed., São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-digitais-desafios-e-estrategias-para-a-continuidade-da-aprendizagem-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em:

SASSEN, Saskia. Towards a Sociology of Information Technology. **Current Sociology**, v. 50, n. 3, Maio 2002, p. 365-388.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0011392102050003005>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família**, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497966365017>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

Sociedade Brasileira de Sociologia. **Código de ética**. 2019. Disponível em: <<https://www.sbsociologia.com.br/a-sociedade/codigo-de-etica/>>. Acesso em 09 Fev. 2022

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica:** Taxas de Atendimento Escolar. Dez. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota>. Acesso em 9 Fev. 2021.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil:** Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; Abril - 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

VIVIANI, Lorenzo. Oltre la pandemia: l'immaginazione sociologica alla prova del nostro tempo. Società Mutamento Politica - **Rivista Italiana di Sociologia**, v. 11, n. 21, Julho, 2020, p. 281-295. Disponível em: <<https://doi.org/10.13128/smp-11968>>. Acesso em: 9 Fev. 2022.

WALTON, Shireen. Remote ethnography, virtual presence: exploring digital-



visual methods for anthropological research on the web. In: COSTA, Cristina; CONDIE, Jenna (Orgs.). **Doing Research In and On the Digital Research Methods across Fields of Enquiry**. Londres: Routledge, 2018, p. 116-133.

Como citar este ensaio:

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Pesquisa de campo com mídias digitais: desafios para a imaginação sociológica em tempos de pandemia. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 107-122, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.788>

Data de submissão do ensaio: 09/02/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022